

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALINE BOHACZUK PAVANELI

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS FIRMADOS PARA A  
AQUISIÇÃO DE BENS E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS: UM  
PROTOCOLO PARA AVALIAÇÃO DE PORTAIS ESTADUAIS

CURITIBA

2015

ALINE BOHACZUK PAVANELI

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS FIRMADOS PARA A  
AQUISIÇÃO DE BENS E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS: UM  
PROTOCOLO PARA AVALIAÇÃO DE PORTAIS ESTADUAIS

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em Ciência, Gestão e  
Tecnologia da Informação pelo programa de Pós-  
Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da  
Informação, Setor de Ciências Sociais Aplicadas  
da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Simão de Paula Pinto

CURITIBA

2015



Código CAPES: 40001016058P1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Setor CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
Programa de Pós Graduação em CIÊNCIA, GESTÃO E TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO

### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA, GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ALINE BOHACZUK PAVANELI**, intitulada: **"DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS: PROTOCOLO PARA AVALIAÇÃO DE PORTAIS ESTADUAIS"**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua <sup>APROVAÇÃO</sup>....., completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em CIÊNCIA, GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**.

CURITIBA, 16 de Dezembro de 2015.

Prof JOSÉ SIMÃO DE PAULA PINTO (UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof CÉSAR ANTONIO SERBENA (UFPR)

Prof MARCOS ANTONIO TEDESCHI (UFPR)

Prof SÉRGIO SOARES BRAGA (UFPR)

Prof LUCIANO ELIAS REIS (PUC/PR)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu marido Rubens Marchi Filho por estar sempre ao meu lado, me apoiando em todas as decisões, com amor e compreensão e por saber me zoar com carinho, sempre que necessário.

A minha mãe, Cleia Regina Bohaczuk, pelo incentivo e amor incondicional, por sempre vibrar com minhas vitórias e me apoiar nas dificuldades.

Ao meu pai, Ademar Pavaneli, pelo apoio e amor.

À minha irmã Giuliana Pavaneli, pela disposição em me ajudar e por sempre estar ao meu lado.

Meu agradecimento póstumo a minha avó Valdira Felchak Bohaczuk, por todo apoio e empolgação com meus estudos.

Ao Prof. Dr. José Simão de Paula Pinto, pela orientação desta pesquisa, que muito contribuiu para seu desenvolvimento e conclusão.

Aos professores do mestrado, que compartilharam seu conhecimento e me possibilitaram ricas discussões.

Aos familiares e amigos que de alguma forma me incentivaram e contribuíram para que este trabalho pudesse ser desenvolvido.

Em especial, agradeço à minha cunhada Alessandra Jamus Marchi, pela ajuda na tradução dos textos em espanhol.

À amiga Mariana Fonseca, pela ajuda e incentivo no desenvolvimento do pré-projeto de pesquisa.

Aos colegas de mestrado, pela convivência e pelo aprendizado compartilhado em tantas aulas.

À amiga e mestre nata, Laura Maria Saporski Cachuba, pelas incontáveis vezes que cedeu seu tempo para me ajudar e ensinar.

Aos chefes e colegas de trabalho, que apoiaram meus estudos.

Meu agradecimento póstumo a Jorge Narozniak, grande jornalista e amigo com quem tive o prazer de trabalhar lado a lado, pelo incentivo para cursar o mestrado.

À Suzana Possamai, pela amizade, por acreditar no meu potencial e por me ensinar a pautar.

A James Alberti, amigo e jornalista puro sangue, pela inspiração.

À Rivelina, companheira fiel, que durante horas e horas de estudo esteve sempre ao meu lado, no meu colo, ou me chamando para passear nos momentos em que precisava de distração.

A Sonny Terry & Brownie McGhee, The Cure, Wanda Jackson e Johnny Cash, pela companhia sonora e inspiração.

## RESUMO

O estudo teve como objetivo criar um protocolo para avaliar a divulgação de informações sobre contratos firmados para a aquisição de bens e execução de obras e serviços públicos, medida obrigatória com a publicação da Lei de Acesso à Informação, de 2011. A transparência e o desafio da divulgação de informações sobre a execução de contratos foram discutidos partindo da compreensão da legislação e do histórico da transparência administrativa, no Brasil e no mundo. Foram apresentados os principais conceitos de arquitetura da informação e de usabilidade de portais da internet, assim como as normas, padrões e modelos previstos na legislação brasileira. A Gestão da Informação e as Tecnologias da Informação e da Comunicação foram abordadas como fatores estratégicos para a transparência pública. O protocolo para avaliação dos portais de transparência, desenvolvido com base na legislação e em recomendações nacionais e internacionais, possui 45 questões, divididas em duas questões chave: conteúdo (22) e usabilidade (23). Cada item pode somar até 50 pontos. Desse modo, a pontuação final de cada portal pode chegar a, no máximo, 100 pontos. Uma análise descritiva dos portais também é apresentada, com os principais pontos positivos e o potencial de desenvolvimento de cada sítio. A pesquisa avaliou os portais de transparência do poder executivo de 23 estados brasileiros e do Distrito Federal. Os portais de três estados não puderam ser avaliados, pois estavam em manutenção ou em vias de implantação de banco de dados sobre contratos. Os resultados foram apresentados em rankings por nota final, nota em conteúdo e nota em usabilidade. Foram calculadas as médias gerais em cada ranking, assim como as médias por região do Brasil. As avaliações apontaram para a falta de padrão na divulgação de informações sobre os contratos, tanto em um comparativo entre os sítios, quanto dentro de um mesmo portal. Além disso, apenas seis portais possuem bancos únicos para divulgar as informações sobre contratos, dez atenderam parcialmente a esse critério de pesquisa e oito não divulgam nenhuma informação sobre os contratos. A média da nota final dos portais avaliados foi 43, demonstrando que há muito potencial para desenvolvimento de melhorias, principalmente em relação ao conteúdo de contratos públicos, como detalhamento das fases de um contrato, disponibilização de cronograma de execução e pagamento, assim como melhorias em ferramentas de busca.

**Palavras-chave:** Transparência pública. Portais de transparência. Contratos. Usabilidade. Gestão da informação.

## ABSTRACT

The study aimed at creating a protocol to rate the dissemination of information on goods purchase and work execution firm contracts, compulsory measure with the publication of the Access to Information Act of 2011. Transparency and the challenge on the dissemination of information on the performance of contracts were discussed starting from the understanding of law and history of administrative transparency in Brazil and worldwide. The main concepts of information architecture and usability of Internet portals, as well as the norms, standards and models provided for in the Brazilian legislation were presented. The Information Management and Information Technology and Communication have been addressed as strategic factors for public transparency. The protocol for evaluation of the transparency portals was developed based on legislation and national and international recommendations, has 45 questions, divided into two key concepts: content (22) and usability (23). Each key concept can reach 50 points. Thus, the final score of each portal may reach a maximum of 100points. A descriptive analysis of the portals is also presented, with key strengths and development potential of each site. The survey assessed the transparency portals of executive power of 23 Brazilian states and the Federal District. The three states portals could not be assessed because they were in maintenance or database deployment routes on contracts. The results were presented in rankings by a final note, note in content and note on usability. The general average were calculated in each ranking, as well as the averages region of Brazil. The evaluations pointed to the lack of standard in disseminating information on contracts, both in a comparison between the sites, as within the same portal. In addition, only six portals have single banks to disclose information on contracts, ten responded partially to this string and eight do not disclose any information on the contracts. The average final score of thee valuated portals was 43, showing that there is much potential for development of improvements, especially regarding the content of public contracts, as detailing the stages of a contract providing execution and payment schedule, as well as improvements in search engines.

**Keywords:** Public transparency. Transparency websites. Firmed Contracts. Usability. Information Management.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - OS QUATRO PILARES DO CÓDIGO DE TRANSPARÊNCIA FISCAL .....	30
QUADRO 2 - A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE TRANSPARÊNCIA NO BRASIL .....	34
QUADRO 3 - MODALIDADES DE LICITAÇÃO .....	36
QUADRO 4 - INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS FIRMADOS NOS PORTAIS ESTADUAIS.....	48
QUADRO 5 - INFORMAÇÕES ÚTEIS PARA CONTRATAÇÕES ABERTAS.....	52
QUADRO 6 - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE <i>CHECKBOOKS</i> .....	55
QUADRO 7 - AS TRÊS BASES DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO SEGUNDO ROSENFELD E MORVILLE.....	58
QUADRO 8 - OS COMPONENTES DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO SEGUNDO ROSENFELD E MORVILLE .....	58
QUADRO 9 - RÓTULOS TEXTUAIS SEGUNDO ROSENFELD E MORVILLE.....	61
QUADRO 10 - HEURÍSTICAS DE USABILIDADE DE NIELSEN .....	67
QUADRO 11 - PROCEDIMENTOS E REFERENCIAIS PARA A EXECUÇÃO DA PESQUISA.....	92
QUADRO 12 - DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	93
QUADRO 13 - PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA NACIONAIS ANALISADOS .....	94
QUADRO 14 - QUADRO SÍNTESE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE CONTRATOS PÚBLICOS.....	111
QUADRO 15 - AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA QUANTO A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS EM UM ÚNICO BANCO DE DADOS.....	117



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	ERRO NA PÁGINA DE CONTRATOS FIRMADOS DO PORTAL DO PARANÁ .....	22
FIGURA 2 -	CONCEITOS DE ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO SEGUNDO ROSENFELD E MORVILLE.....	58
FIGURA 3 -	ANATOMIA BÁSICA DE UM SISTEMA DE BUSCA SEGUNDO ROSENFELD E MORVILLE.....	63
FIGURA 4 -	PROCESSO DE NAVEGAÇÃO EM UM <i>WEBSITE</i> .....	70
FIGURA 5 -	TESTE BÁSICO DE USABILIDADE .....	72
FIGURA 6 -	AS TRÊS BASES DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE NEGÓCIOS (INFORMAÇÃO, PESSOAS E RECURSOS TECNOLÓGICOS).....	79
FIGURA 7 -	ERRO NA PÁGINA DE LICITAÇÕES DO PORTAL DA BAHIA.....	137
FIGURA 8 -	PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DE MINAS GERAIS.....	150
FIGURA 9 -	PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DE MINAS GERAIS 2.....	151
FIGURA 10 -	BUSCA POR CONTRATOS E CONVÊNIOS DO GOVERNO DA PARAÍBA .....	153
FIGURA 11 -	TELA DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DE RORAIMA. ....	163
FIGURA 12 -	CONTRATOS DE OBRAS DO PODER EXECUTIVO DE SANTA CATARINA.....	165
FIGURA 13 -	CONSULTA DE CONTRATOS TOCANTINS .....	171

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - APRESENTAÇÕES DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS NOS PORTAIS ESTADUAIS CONFORME O ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA.....	48
GRÁFICO 2 - <i>RANKING</i> DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA POR NOTA FINAL.....	116
GRÁFICO 3 - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS EM UM ÚNICO BANCO DE DADOS .....	118
GRÁFICO 4 - MÉDIA DA NOTA FINAL POR REGIÃO .....	119
GRÁFICO 5 - <i>RANKING</i> DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA POR NOTA NO QUESITO CONTEÚDO .....	122
GRÁFICO 6 - <i>RANKING</i> DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA POR NOTA NO QUESITO USABILIDADE .....	126
GRÁFICO 7 - <i>RANKING</i> DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA POR NOTA ALCANÇADA EM CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS.....	129
GRÁFICO 8 - <i>RANKING</i> DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA POR NOTA ALCANÇADA EM CRITÉRIOS RECOMENDÁVEIS .....	130

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	QUANTITATIVO DE PUBLICAÇÕES RELACIONADOS AO TEMA DESTA PESQUISA.....	26
TABELA 2 -	<i>RANKING</i> DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO À NOTA FINAL DA AVALIAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS .....	115
TABELA 3 -	MÉDIAS DAS NOTAS FINAIS DA AVALIAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS POR REGIÃO.....	117
TABELA 4 -	<i>RANKING</i> DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTEÚDO RELACIONADO A CONTRATOS.....	120
TABELA 5 -	MÉDIAS DAS NOTAS DE CONTEÚDO NA AVALIAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS POR REGIÃO.....	121
TABELA 6 -	<i>RANKING</i> DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO À USABILIDADE GERAL E DA PÁGINA DE CONTRATOS .....	125
TABELA 7 -	MÉDIAS DAS NOTAS DE USABILIDADE NA AVALIAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS POR REGIÃO .....	125

## LISTA DE SIGLAS

ABRAJI	–	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
AI	–	Arquitetura da Informação
BDTD	–	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CNPJ	–	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CSV	–	<i>Comma-separated value</i> . Em português: Valores separados por vírgulas
ePING	–	Os padrões de interoperabilidade de governo eletrônico
FBI	–	<i>Federal Bureau of Investigation</i> . É o Departamento Federal de Investigação norte americano
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	–	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INDA	–	Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
ISO	–	<i>International Organization for Standardization</i> . Em português: Organização Internacional de Normatização
IT	–	Índice de Transparência
LAI	–	Lei de Acesso à Informação
LRF	–	Lei de Responsabilidade Fiscal
LT	–	Lei da transparência
MHT	–	Arquivo compactado de um sítio
OCDE	–	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGP	–	<i>Open Government Partnership</i> . Em português: Parceria para Governo Aberto
PDF	–	<i>Portable Document Format</i> . Em português: Formato Portátil de Documento
PNAD	–	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SLTI	–	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
TCU	–	Tribunal de Contas da União
TI	–	Tecnologia da Informação
TIFF	–	Formato de arquivo de imagem rotulado. Permite armazenar arquivos de imagem de alta resolução sem perda de qualidade.

- TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação
- US PIRG – *U.S. Public Interest Research Group*. Em português: grupo de pesquisa de interesse público dos Estados Unidos da América
- XLS – Planilha do Microsoft Excel
- XML – Linguagem extensível de marcação genérica

*Accountability*: Termo em inglês que significa prestação de contas com a responsabilização dos gestores públicos.

*Checkbook*: Literalmente significa talão de cheque, mas neste estudo, optou-se por não traduzir o termo que, no contexto da pesquisa, pode ser interpretado como livro on-line de prestação de contas.

*Checklist*: Lista de checagem

*Download*: Transferir arquivos ou programa de um sítio para um computador

*Frameworks*: Em Tecnologia da Informação significa a estrutura de um sítio ou sistema

*Hiperlink*: Faz ligação entre informações de um mesmo documento ou direciona o usuário para outros documentos ou páginas da internet

*Lobby*: Tentar influenciar decisões de alguma maneira por conta do interesse de um grupo ou de uma pessoa.

*Ranking*: Classificação, categorização.

*Website*: é uma palavra composta por *web*=rede e *site*=lugar, ou seja, um lugar na rede, ou uma página na internet.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
1.1 PROBLEMA .....	20
1.2 OBJETIVOS .....	23
1.2.1 Objetivo geral .....	23
1.2.2 Objetivos específicos.....	23
1.3 JUSTIFICATIVA .....	24
<b>2 A TRANSPARÊNCIA E O DESAFIO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS.....</b>	<b>27</b>
2.1 BREVE HISTÓRICO DA TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA.....	27
2.1.1 Transparência fiscal .....	29
2.1.2 Dados governamentais abertos.....	30
2.1.3 <i>Accountability</i> .....	31
2.2 AS RAÍZES DA TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA NO BRASIL .....	32
2.3 TRANSPARÊNCIA E LEGISLAÇÃO .....	32
2.4 LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....	35
2.4.1 Modalidades .....	36
2.4.2 Contratos.....	37
2.5 ESTUDOS SOBRE A TRANSPARÊNCIA EM PORTAIS BRASILEIROS .....	40
2.5.1 Índice de transparência .....	42
2.6 ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE A TRANSPARÊNCIA .....	43
2.7 A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS FIRMADOS NO BRASIL .....	45
2.8 A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS FIRMADOS EM OUTROS PAÍSES.....	49
2.8.1 <i>Good Jobs First</i> .....	49
2.8.2 <i>Open Contracting</i> .....	50
2.8.3 <i>Following the Money: How 50 States Rate in Providing Online Access to Government Spending Data</i> .....	53
2.9 O DESAFIO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS ....	55
<b>3 A ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO E A USABILIDADE A FAVOR DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA .....</b>	<b>56</b>

3.1 A ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO .....	56
3.1.1 Sistemas para a construção de um sítio.....	58
3.1.2 ePING - Os padrões de interoperabilidade de governo eletrônico .....	63
3.1.3 Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA).....	64
3.2 A ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL.....	65
3.3 USABILIDADE EM PORTAIS DA INTERNET .....	65
3.4 A USABILIDADE DE ACORDO COM A LEI DA TRANSPARÊNCIA .....	72
3.4.1 Padrões <i>Web</i> em Governo Eletrônico - Cartilha de usabilidade.....	73
3.4.2 eMAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico .....	75
<b>4 A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO COMO FATORES ESTRATÉGICOS PARA A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA .....</b>	<b>77</b>
4.1 A GESTÃO DA INFORMAÇÃO .....	77
4.1.1 O conceito de informação.....	77
4.1.2 O conceito de Gestão da Informação .....	78
4.2 AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO .....	81
4.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TICs PARA A EFETIVAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	82
4.3.1 Estratégia de gestão da informação .....	87
4.4 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TICs NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS.....	88
<b>5 MÉTODO DA PESQUISA .....</b>	<b>90</b>
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	90
5.2 ABORDAGEM E NATUREZA .....	91
5.3 PROCEDIMENTOS.....	91
5.3.1 Definição do universo .....	93
5.3.2 Coleta dos dados .....	94
5.3.3 Instrumentos de coleta de dados .....	94
5.3.2.2 Síntese sobre a divulgação de informação sobre contratos públicos .....	96
5.3.4 Tratamento e análise de dados .....	112
5.3.5 Evolução do protocolo de pesquisa e da definição do universo .....	112
5.4 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA .....	113
<b>6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>114</b>



6.1 NOTA FINAL DA AVALIAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS .....	114
6.1.1 Nota de conteúdo na avaliação de divulgação de informações sobre contratos.....	120
6.1.2 Nota de usabilidade da avaliação de divulgação de informações sobre contratos.....	124
6.1.3 Pontuação por critérios obrigatórios e recomendáveis.....	128
6.2 ANÁLISE DESCRITIVA DOS PORTAIS AVALIADOS .....	131
6.2.1 Portal de transparência do estado do Acre .....	131
6.2.2 Portal de transparência do estado de Alagoas.....	132
6.2.3 Portal de transparência do estado de Amapá .....	134
6.2.4 Portal de transparência do estado do Amazonas.....	135
6.2.5 Portal de transparência do estado da Bahia.....	137
6.2.6 Portal de transparência do estado do Ceará .....	138
6.2.7 Portal de Transparência do Distrito Federal .....	140
6.2.8 Portal de transparência do estado do Espírito Santo .....	142
6.2.9 Portal de transparência do estado de Goiás .....	144
6.2.10 Portal de transparência do estado do Maranhão.....	146
6.2.11 Portal de transparência do estado do Mato Grosso .....	147
6.2.12 Portal de transparência do estado do Mato Grosso do Sul .....	149
6.2.13 Portal de transparência do estado de Minas Gerais.....	150
6.2.14 Portal de transparência do estado do Pará .....	151
6.2.15 Portal de transparência do estado da Paraíba .....	152
6.2.16 Portal de transparência do estado do Paraná .....	154
6.2.17 Portal de transparência do estado de Pernambuco .....	155
6.2.18 Portal de transparência do estado do Piauí.....	157
6.2.19 Portal de transparência do estado do Rio de Janeiro.....	158
6.2.20 Portal de transparência do estado do Rio Grande do Norte.....	159
6.2.21 Portal de transparência do estado do Rio Grande do Sul .....	160
6.2.22 Portal de transparência do estado de Rondônia .....	161
6.2.23 Portal de transparência do estado de Roraima .....	162
6.2.24 Portal de transparência do estado de Santa Catarina.....	164
6.2.25 Portal de transparência do estado de São Paulo .....	165
6.2.26 Portal de transparência do estado de Sergipe .....	169

6.2.27 Portal de transparência do estado de Tocantins .....	170
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>172</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>177</b>
<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>186</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>188</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>198</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Uma das frases mais conhecidas e inspiradoras do jornalismo investigativo é “siga o dinheiro”, de W. Mark Felt. Ele foi vice-diretor da Agência Federal de Investigação dos Estados Unidos (em inglês: *Federal Bureau of Investigation*– FBI) na década de 70. Por muito tempo identificado apenas como “Garganta Profunda”, Felt foi a fonte anônima que forneceu informações aos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, do *Washington Post*, responsáveis pela divulgação do caso Watergate, que acabou com a saída do então presidente dos Estados Unidos Richard Nixon<sup>1</sup>. Inspirado nessa premissa, o presente projeto pretende avaliar a divulgação de informações sobre o andamento de contratos públicos firmados a partir de licitações públicas.

*Governments around the world spend an estimated US \$9.5 trillion every year through contracts. Yet in most countries, information about these contracts is unavailable for public scrutiny, rendering the contracting process vulnerable to corruption and mismanagement (OPEN CONTRACTING DATA STANDARD, 2015)*<sup>2</sup>

A divulgação de informações, no Brasil, está prevista na Constituição de 1988, sob o título de Transparência Administrativa e é aplicada por meio da legislação vigente. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei nº 101 de 2000, estabelece as normas públicas de gestão fiscal a serem adotadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ela é complementada pela Lei da Transparência, nº 131, de 27 de maio de 2009, que determina a disponibilização, **em tempo real**, de informações sobre a execução orçamentária e financeira em todas as esferas do poder público.

Já a Lei nº 12.527/2011, conhecida como lei de acesso à informação, garante o direito fundamental de acesso à informação pública a toda a população, com base nas diretrizes abaixo, que constam no Artigo 3º da lei:

<sup>1</sup> BBC NEWS. **Obituary**: Mark Felt. Disponível em:

<<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4598983.stm>>. Acesso em: 16/06/2015.

<sup>2</sup> Em tradução livre: Governos em todo o mundo gastam um valor estimado de US \$9.5 trilhões todos os anos em contratos. No entanto, na maioria dos países as informações sobre esses contratos não estão disponíveis para o escrutínio público, tornando o processo de contratação vulnerável à corrupção e má gestão. Disponível em: <<http://standard.open-contracting.org/>>. Acesso em: 16/06/2015

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública. (BRASIL, 2011)

Os portais da transparência devem divulgar todas as receitas e gastos públicos de maneira acessível a qualquer cidadão e, dessa forma, estimular a participação popular e o acompanhamento dos gastos públicos.

Colaboram para o cumprimento da legislação as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), pois permitem que as informações relacionadas à transparência sejam disseminadas com maior alcance, rápida atualização e menor custo, por exemplo, por meio da internet. Em 2013, mais da metade da população brasileira (50,1%) tinha acesso à internet, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>3</sup>. Juntas, as TICs e a Lei da Transparência permitem o acesso às informações sobre a gestão pública.

Pierre Lévy, em seu livro *Ciberespaço*, afirma que é necessário explorar as potencialidades positivas do novo espaço de comunicação aberto pela rede. Para o autor, “não são os pobres que se opõem à internet – são aqueles cujas posições de poder, os privilégios (sobretudo os privilégios culturais) e os monopólios encontram-se ameaçados pela emergência dessa nova configuração da informação” (LÉVY, 1999, p. 13).

O intuito deste estudo é avaliar a transparência nos contratos firmados pelos governos estaduais e identificar pontos que podem ser melhorados pelos gestores, de modo que possibilitem o acompanhamento do investimento do dinheiro público.

A aplicação do dinheiro público é um dos motivos de insatisfação da população brasileira, como mostraram as manifestações de junho de 2013, que levaram milhares de pessoas às ruas. Iniciadas primeiramente pelo aumento da tarifa

---

<sup>3</sup> G1. **Mais de 50% dos brasileiros estão conectados à internet, diz Pnad**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/09/mais-de-50-dos-brasileiros-estao-conectados-internet-diz-pnad.html>> Acesso em: 16/06/2015

do transporte coletivo em São Paulo, as manifestações ganharam as ruas de todo o país. Na medida em que mais pessoas aderiam aos protestos, aumentavam também as causas: saúde, segurança, desperdício do dinheiro público e corrupção foram algumas das bandeiras levantadas pelos manifestantes. Reiterando a importância da internet como ferramenta da participação popular, a organização e divulgação das mobilizações foram feitas por meio das redes sociais da internet.

A falta de transparência e de acompanhamento de contratos públicos com empresas privadas facilita o desvio de dinheiro público e corrupção. Como exemplo, pode-se citar os contratos investigados pela operação *Lava Jato*, deflagrada pela Polícia Federal (PF) em março de 2014, e que ainda está em andamento. A investigação já é considerada a maior operação contra a corrupção no país. Os desvios de dinheiro público são estimados em R\$ 10 bilhões (dez bilhões de reais). A Petrobras, Sociedade Anônima de Capital Aberto, cujo principal acionista é a União Federal, está no centro das investigações. O esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas consistia na fraude de contratos com empresas fornecedoras. O dinheiro desviado era usado para pagamento de propina a partidos políticos e a executivos.<sup>4</sup>

## 1.1 PROBLEMA

Os portais da transparência dos estados brasileiros e do Distrito Federal tiveram prazo de um ano, vencido em maio de 2010, para começarem a funcionar. Porém, estudos, reportagens e pesquisas mostram que não há um padrão de apresentação das informações e que nem todos os portais seguem os itens estabelecidos pela legislação.

Na edição de 2012 do Índice de Transparência, avaliação realizada a cada dois anos pela Associação Contas Abertas<sup>5</sup>, uma entidade da sociedade civil que busca aprimorar os gastos públicos, o portal do Paraná, por exemplo, ficou em 14º

---

<sup>4</sup> G1. **Entenda a Operação Lava Jato**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/entenda-operacao-lava-jato-da-policia-federal.html>>. Acesso em: 16/06/2015

<sup>5</sup> CONTAS ABERTAS. **Índice de Transparência**: Edição 2012. 2012. Disponível em: <<http://www.contasabertas.org.br/website>>. Acesso em: 16/06/2015.

lugar no *ranking*, que avaliou vinte e seis estados brasileiros mais o Distrito Federal. Em relação às informações sobre as licitações paranaenses, a análise apontou que:

O portal de compras do governo não permite *download* dos editais de licitação na íntegra. Porém, algumas informações sobre os editais (Modalidade de licitação, Data de realização, Órgão licitante, Número e ano do edital e Objeto) são disponibilizadas sem a necessidade de cadastro. Não é possível identificar o nome, CNPJs e lances oferecidos pelas empresas concorrentes, e também não estão disponíveis os contratos firmados a partir dos procedimentos licitatórios (ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS, 2012).

Já em 2014, o estado ficou em 15º lugar no *ranking*, mas melhorou em alguns itens referentes às licitações: “Quanto ao processo licitatório, o portal disponibiliza todas as informações requeridas, sendo estas: edital das licitações, os participantes que concorreram e contrato” (ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS, 2014).

Apesar da aparente melhora na avaliação, ainda é muito difícil obter informações com facilidade, inclusive para realizar cruzamento de dados. Por exemplo, é praticamente impossível saber quantos contratos uma empresa específica firmou com o estado em um determinado período. No portal da Transparência do Paraná, na seção “Licitações” é possível acessar a seção “Contratos firmados”. Dentro do portal da transparência do estado o usuário é levado para um sistema de encaminhamento de contratos para apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Não fica claro se todos os contratos firmados pelo Paraná estão disponíveis por meio deste sistema.

Como em outras ocasiões, no acesso ao portal realizado no dia 08 de junho de 2015, o portal estava indisponível, conforme mostra a FIGURA 1.



FIGURA 1 - ERRO NA PÁGINA DE CONTRATOS FIRMADOS DO PORTAL DO PARANÁ  
 FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ.  
 NOTA: ACESSO EM 08/05/2015

Na busca por contratos é obrigatório informar o órgão contratante (entre secretarias, empresas de economia mista, universidades, etc.) que somam aproximadamente 190 unidades. Só então aparece uma lista com o nome de todas as empresas já contratadas por aquele órgão. **Para saber que contratos foram firmados com uma empresa em todos os órgãos, no período de um ano, é necessário fazer a pesquisa 190 vezes.** Não existe a possibilidade de buscar contratos pelo nome da empresa por meio de uma ferramenta de busca livre. Há também um fator limitante em relação ao período, já que não é possível estabelecer a busca entre determinados anos, mas sim buscar os dados ano a ano. Não existe nenhum tipo de legenda ou *hiperlink* que informe as diferenças técnicas entre as modalidades de licitação, ou que especifique termos técnicos diretamente na página de “Contratos firmados”.

Considerando-se o exposto, a questão da pesquisa é: Como os portais de transparência dos governos estaduais brasileiros divulgam as informações sobre contratos firmados para a compra de bens e a execução de obras e serviços públicos?

## 1.2 OBJETIVOS

Visando criar um protocolo de pesquisa, a partir de estudos quanto à divulgação de informações de contratos, e com base em estudos relacionados à transparência governamental, conceitos da arquitetura da informação e usabilidade, definiram-se os objetivos para esta pesquisa, que são apresentados nesta subseção.

### 1.2.1 Objetivo geral

Avaliar os portais de transparência dos estados brasileiros, a partir de um protocolo de observação, quanto à divulgação de informações sobre contratos firmados para aquisição de bens e execução de obras e serviços públicos.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) compreender a evolução da transparência pública no Brasil e em outros países, os aspectos legislativos relacionados aos portais da transparência e à divulgação de informações sobre licitações públicas e contratos firmados;
- b) criar um protocolo de observação para avaliação da divulgação de informações sobre contratos firmados para aquisição de bens e execução de obras e serviços públicos, embasados na legislação, em documentos, pactos internacionais sobre transparência pública e boas práticas;
- c) aplicar a avaliação em portais de transparência de estados brasileiros e do Distrito Federal.



### 1.3 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa trará contribuições sociais e políticas porque pretende avaliar a divulgação de informações sobre a execução de contratos realizados para aquisição de bens e execução de obras e serviços públicos. Segundo Aguilar (2012, p.392), “o grau de transparência ofertado pelo Estado está amplamente relacionado ao seu grau de democratização”.

Do ponto de vista científico e tecnológico, o estudo pretende mostrar como a gestão da informação e as tecnologias da informação e da comunicação podem ser utilizadas como ferramentas efetivas na divulgação de informações sobre a gestão pública.

A justificativa econômica para este trabalho está no fato de que uma avaliação, que aponte caminhos para melhoria da transparência na divulgação de informações sobre contratos, pode resultar no investimento mais responsável por parte dos gestores e em contratações mais vantajosas para o poder público.

Em relação às contribuições teóricas, este trabalho pretende fazer uma revisão sobre a lei da transparência e avanços da divulgação de informações públicas no Brasil e do mundo, trabalhando de maneira interdisciplinar a tecnologia da informação aplicada ao tema. Além disso, buscará **criar um protocolo de avaliação dos portais da transparência, no que diz respeito à execução de contratos firmados**. O mesmo método poderá ser utilizado em pesquisas futuras para avaliação comparativa entre a atual, além da avaliação de portais dos diferentes poderes.

A principal motivação para o desenvolvimento desta pesquisa é a área de atuação da autora: o jornalismo. Diariamente jornalistas trabalham na divulgação de informações de interesse público e relevância social, e desempenham papel ativo na fiscalização do poder público. Infelizmente, mesmo com a lei da transparência, as informações ainda não estão facilmente acessíveis. Demora na atualização de dados, dificuldade para salvar as informações em formato compatível e informações insuficientes ou de difícil processamento para cruzamento de dados fazem parte dos obstáculos do acesso à informação da gestão pública. Resta aos jornalistas solicitar informações por meio das assessorias de imprensa, canal direto dos veículos de

comunicação com os órgãos públicos, o que reitera a percepção de que a transparência ativa ainda não é efetiva e disponível a qualquer cidadão.

Com o aumento da produção de informações de todos os tipos e em diferentes setores por meio das novas tecnologias, surgiu uma nova vertente no jornalismo, o jornalismo de dados, que busca “juntar informações, filtrar e visualizar o que está acontecendo além do que os olhos podem ver” (ABRAJI, 2013). O leque de temas do jornalismo de dados é extenso e passa pela economia, pelo consumo e pelo acompanhamento dos gastos públicos.

Unir a gestão da informação e as TICs, buscando identificar problemas e pontos para melhoria na divulgação de informações da gestão pública, converge com os principais objetivos do jornalismo de dados.

Por abordar a gestão da informação e a tecnologia voltadas para transformar os dados sobre licitações públicas e contratos em instrumento para a fiscalização do poder público, o presente projeto está mais próximo da linha de pesquisa “Informação, tecnologia e gestão”, do programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Paraná.

Como reforço à justificativa para este trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória em duas bases nacionais e duas bases internacionais, com busca de artigos, teses e dissertações publicadas entre 2009 e 2014, que tivessem o termo “Transparência”, em português ou *Government Transparency*, em inglês, a qual mostrou que ainda há muito a que se investigar sobre a Lei da Transparência, sua aplicação e o impacto sobre o acompanhamento da gestão pública pela população.

A primeira tentativa foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações(BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com os termos “Portal da Transparência” e “Portais da Transparência”. Não havendo resultados, a busca foi retomada utilizando-se somente a palavra “Transparência” no campo “Assunto”. Após a apresentação de algum resultado, foi realizada uma seleção de estudos pertinentes ao assunto da presente pesquisa.

Dos 28 resultados encontrados a partir da busca por ‘Transparência’ na BDTD, foram separadas 15 publicações que possuem pertinência com o assunto “transparência pública”. Constatou-se que apenas um trata especificamente sobre a divulgação de informações sobre execução de contratos de obras e serviços públicos, mas o estudo é restrito ao estado de Santa Catarina. Há pesquisas que analisam o nível de transparência dos relatórios de gestão, compras públicas, entre

outros. As áreas variam entre contabilidade, direito, administração, comunicação, ciência da informação, entre outras.

A segunda busca foi realizada no portal Capes, e com os mesmos parâmetros de busca anterior (termo 'Transparência' e publicações dos últimos cinco anos), foram apresentados inicialmente 136 resultados. A seleção dos textos com aderência ao tema deste trabalho resultou em 23 pesquisas. As áreas também são variadas e analisam as práticas de transparência em diferentes esferas do poder público.

Nos portais internacionais, a busca foi restrita a “*Government Transparency*”, em artigos publicados entre 2009 e 2014. O portal *Scopus* retornou 71 resultados e o *Web of Science* 47 artigos. A partir da triagem de aderência ao tema desta pesquisa restaram 42 publicações no primeiro e 21 no segundo. Porém, como há duplicidade de artigos entre os dois bancos internacionais, o total de publicações inerentes ao tema foi de 46 artigos nos bancos internacionais (TABELA 1).

TABELA 1 - QUANTITATIVO DE PUBLICAÇÕES RELACIONADOS AO TEMA DESTA PESQUISA

<b>Transparência</b>	<b>BDTD</b>	<b>CAPE</b>	<b>Scopus</b>	<b>Webofscience</b>	<b>Total</b>
Total de resultados	28	136	71	47	282
Resultados filtrados	15	23	42	21	84

FONTE: A AUTORA (2015)

Muitos artigos avaliam o impacto das leis de transparência em países, cidades e regiões, alguns falam sobre a utilização das TICs para implantação da transparência, alguns criam *frameworks*<sup>6</sup> para divulgação de informações públicas. Nenhum fala exatamente sobre o acompanhamento de contratos firmados pelo poder público.

Desta forma, entende-se que a realização e divulgação deste trabalho trará contribuições à compreensão do tema e das áreas de conhecimento citadas.

<sup>6</sup>*Framework* é o termo em inglês que significa estrutura de um sítio ou sistema.

## 2 A TRANSPARÊNCIA E O DESAFIO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

Neste capítulo serão apresentados o histórico e os aspectos legais da transparência administrativa no Brasil e no mundo, aprofundando o debate nas principais barreiras para a efetivação da transparência no âmbito público e sobre os estudos e documentos que tratam especificamente da divulgação de informações sobre contratos firmados, tanto nacional quanto internacionalmente. Por tratar-se de um trabalho que busca a divulgação de contratos, também serão discutidos brevemente os aspectos legais de licitações e contratos administrativos.

### 2.1 BREVE HISTÓRICO DA TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA

Transparência pode ser entendida como “a propriedade de um corpo que deixa atravessar a luz e permite distinguir, através de sua espessura, os objetos que se encontram atrás” (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 17).

Na administração pública, o conceito de transparência está intrínseco ao direito de acesso à informação, que tem seu registro mais antigo na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Em seu artigo 19, o documento estabelece que qualquer pessoa tem direito de divulgar, buscar ou receber informações em qualquer meio (RODRIGUES, 2013, p. 428).

Posteriormente, em 1966, foi promulgado o *Freedom of Information Act*<sup>7</sup>, mais conhecido como FOIA<sup>8</sup>, que estabelecia o direito de acesso às informações públicas do governo federal dos Estados Unidos, com a definição de exceções.

Entre os documentos internacionais mais recentes relacionados ao tema, Rodrigues (2013) destaca:

- a) A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, de 2004, que recomenda a regulamentação do acesso às informações sobre o estado;

---

<sup>7</sup> Em tradução livre: Ato para liberdade da informação.

<sup>8</sup>FOIA. *The Freedom Information Act*. 2015. Disponível em: <<http://www.foia.gov/index.html>>. Acesso em: 10/06/2015.

- b) A Declaração de Atlanta, de 2008, que recomenda princípios para promover o acesso às informações públicas como: a criação de leis de acesso às informações; o acesso como regra e o sigilo como exceção; a transparência ativa;
- c) A convenção do Conselho da Europa sobre o acesso aos documentos públicos, de 2009, que também se refere à transparência ativa, ou seja, a divulgação de informações sem a necessidade de solicitação;
- d) A *Open Government Initiative*<sup>9</sup> nos Estados Unidos, de 2009, que busca a abertura de dados das agências federais em busca de transparência, participação e colaboração;
- e) A *Open Government Partnership (OGP)*<sup>10</sup>, parceria lançada em 2011 por Barack Obama, Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), na Assembleia Geral das Nações Unidas, em parceria com outros sete líderes de Estados e sete organizações da sociedade civil. O evento teve a participação da presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Hoje, 65 países participam do OGP. A iniciativa tem como objetivo comprometer os governos a promover a transparência, combatendo a corrupção e usando tecnologias para fortalecer a governança. Na *Open Government Declaration*<sup>11</sup>, o OGP estabelece a necessidade de incrementar a disponibilidade de informações sobre as atividades governamentais:

*Governments collect and hold information on behalf of people, and citizens have a right to seek information about governmental activities. We commit to promoting increased access to information and disclosure about governmental activities at every level of government. We commit to increasing our efforts to systematically collect and publish data on government spending and performance for essential public services and activities. We commit to pro-actively provide high-value information, including raw data, in a timely manner, in formats that the public can easily locate, understand and use, and in formats that facilitate reuse. We commit to providing access to effective remedies when information or the corresponding records are improperly withheld, including through effective oversight of the recourse process. We recognize the importance of open*

<sup>9</sup> Em tradução livre: Iniciativa Governo Aberto. **WHITEHOUSE. Open Data.** 2015. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/open>>. Acesso em: 13/06/2015.

<sup>10</sup> Em tradução livre: Parceria governo aberto. **OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. Open Government Declaration.** 2015. Disponível em: <<http://www.opengovpartnership.org/>>. Acesso em: 13/06/2015.

<sup>11</sup> Em tradução livre: Declaração de Governo Aberto. **OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. Open Government Declaration.** 2015. Disponível em: <<http://www.opengovpartnership.org/about/open-government-declaration>>. Acesso em: 13/06/2015.

*standards to promote civil society access to public data, as well as to facilitate the interoperability of government information systems. We commit to seeking feedback from the public to identify the information of greatest value to them, and pledge to take such feedback into account to the maximum extent possible*<sup>12</sup>(OGP, 2015).

### 2.1.1 Transparência fiscal

O conceito de Transparência Fiscal surgiu na década de 1990, fomentado pela transparência empresarial. No final da década, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE orientaram as nações sobre como divulgar as informações relacionadas ao orçamento para estimular a *accountability* (DYE *et al.*, 2011, p. 2). As duas publicações podem ser consideradas fundamentais para o advento da transparência fiscal:

- a) *Transparency in Government Operations*<sup>13</sup>, divulgado em 1998 pelo FMI e elaborado por George Kopits e Jon Craig;
- b) *Best Practices for Budgetary Transparency*<sup>14</sup>, divulgado em 2002 pela OCDE.

O estudo de DYE *et al.* (2011) esclarece a diferença entre transparência governamental e transparência fiscal: a primeira inclui a segunda, mas é mais abrangente. A transparência governamental seria uma forma de a população, a mídia e as empresas acompanharem as ações do governo, e a transparência fiscal é uma parte importante desse acompanhamento.

---

<sup>12</sup> Em tradução livre: Os governos coletam e armazenam informações em nome do povo, e os cidadãos têm o direito de procurar informações sobre as atividades governamentais. Comprometemo-nos a promover um maior acesso à informação e divulgação sobre as atividades governamentais em todos os níveis de governo. Comprometemo-nos a aumentar nossos esforços para recolher e publicar dados sobre gastos e desempenho do governo para os serviços públicos essenciais e atividades de forma sistemática. Comprometemo-nos a, pró-ativamente, fornecer informações de alto valor, incluindo dados brutos, em tempo hábil, em formatos que o público possa facilmente localizar, entender e usar, e em formatos que facilitem a reutilização. Nós nos comprometemos a fornecer acesso a remédios efetivos quando informações ou os arquivos correspondentes estiverem inapropriadamente sob custódia, incluindo uma avaliação efetiva do processo de recurso. Reconhecemos a importância de padrões abertos para promover o acesso da sociedade civil aos dados públicos, bem como para facilitar a interoperabilidade dos sistemas de informação do governo. Comprometemo-nos a buscar *feedback* do público para identificar as informações de maior valor para eles, e a levar em conta tais comentários, na medida do possível.

<sup>13</sup> Em tradução livre: Transparência em operações governamentais.

<sup>14</sup> Em tradução livre: As melhores práticas para a transparência orçamentária

Em 2007 O FMI lançou o *Code of Good Practices on Fiscal Transparency*<sup>15</sup>, que sugere algumas práticas que devem ser seguidas para alcançar a transparência fiscal como: clareza de funções e responsabilidades, processos orçamentais abertos, acesso público de informações e garantias de integridade.

Em 2014, foi publicado o *The Fiscal Transparency Code*<sup>16</sup> que estabelece um padrão internacional para divulgação de relatórios sobre as finanças públicas, elaborado pelo FMI. O documento estabelece uma série de princípios distribuídos em quatro pilares, conforme mostra o QUADRO 1, sendo que os três primeiros pilares estão aprovados e o quarto passa por consulta pública:

I. Relatório fiscal	II. Previsão de orçamento fiscal	III. Análise de risco e de gestão fiscal	IV. Gestão de receitas de recursos
1.1 Cobertura	2.1 Abrangência	3.1 Análise de risco e divulgação	4.1 Propriedade, contratação e regime fiscal
1.2 Frequência e oportunidade	2.2 Ordem	3.2 Gestão de risco	4.2 Relatório fiscal
1.3 Qualidade	2.3 Orientação política	3.3 Coordenação fiscal	4.3 Previsão de orçamento fiscal
1.4 Integridade	2.4 Credibilidade		4.4 Análise de risco e de gestão fiscal

QUADRO 1 - OS QUATRO PILARES DO CÓDIGO DE TRANSPARÊNCIA FISCAL  
FONTE: ADAPTADO DO MATERIAL DISPONÍVEL NO PORTAL DO FMI (2015).

### 2.1.2 Dados governamentais abertos

Em dezembro de 2007, trinta defensores públicos reunidos na Califórnia, EUA, escreveram um conjunto de oito princípios básicos para o governo aberto, o documento foi intitulado como *8 Principles of Open Government Data*<sup>17</sup>. A ideia do grupo era fomentar a discussão sobre como os dados governamentais abertos são essenciais para a democracia. Atualmente, outros sete princípios encontrados na

<sup>15</sup> Em tradução livre: Código de boas práticas em transparência fiscal.

<sup>16</sup> Em tradução livre: O código de transparência fiscal.

<sup>17</sup> Em tradução livre: Oito princípios para dados governamentais abertos.

web foram incluídos na página da internet da organização *Open Government Data*<sup>18</sup>.

Os oito princípios para dados abertos governamentais são: dados completos; informação primária, direto da fonte, sem modificações; rapidez de disponibilização; acessibilidade; dados processáveis; dados não discriminatórios, ou seja, que qualquer pessoa possa acessar sem a necessidade de inscrição; dados com formato que não tenha controle exclusivo; licença-livre, sem necessidade de patente.

Os sete princípios adicionados posteriormente foram: dados *on-line* e livres; informação permanente; informação confiável; presunção de abertura, que prevê a divulgação de forma proativa; documentados, com informações sobre significado dos dados e atualização; dados seguros; formato projetado com a participação do público.

Antes da definição de dados governamentais abertos, o mesmo grupo estabeleceu a definição de abertura de dados e de conteúdo: “*Open data and content can be freely used, modified, and shared by anyone for any purpose*” (OPEN DEFINITION.ORG, 2005)<sup>19</sup>.

### 2.1.3 Accountability

No contexto da responsabilização dos gestores e da cultura da transparência, entende-se necessária a compreensão da *Accountability*, que está presente em grande parte da bibliografia sobre o assunto. Não existe um consenso sobre o conceito de *accountability*, que pode se referir tanto a um mecanismo de controle como a um instrumento de acompanhamento, com objetivo na responsabilização dos gestores públicos (CAMPOS, *et.al*, 2012). Matias-Pereira (2010) entende a *Accountability* como a prestação de contas sobre o resultado de ações de um governo:

<sup>18</sup> Em tradução livre: Dados governamentais abertos

<sup>19</sup> Em tradução livre: Dados e conteúdos abertos podem ser livremente usados, modificados e compartilhados por qualquer pessoa para qualquer finalidade. Disponível em: <<http://opendefinition.org/>>. Acesso em: 13/06/2015.



O termo *accountability* pode ser aceito como o conjunto de mecanismos e procedimentos que induzem os dirigentes governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações à sociedade, garantindo-se dessa forma maior nível de transparência e a exposição pública das políticas públicas. Quanto maior a possibilidade de os cidadãos poderem discernir se os governantes estão agindo em função do interesse da coletividade e sancioná-lo apropriadamente, mais *accountable* é um governo.” (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 70).

## 2.2 AS RAÍZES DA TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA NO BRASIL

Na administração pública brasileira a transparência é um dos princípios fundamentais a ser seguido em todos os poderes, conforme prevê o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, por meio do conceito de publicidade.

Cabe aqui um aparte sobre o contexto que permitiu a emersão da questão da transparência. A Reforma e Modernização do Estado, tema central da agenda política mundial a partir do final da década de 70, que começou com medidas voltadas para o mercado, agora converge para uma função de “estado gerencial”, que busca o fortalecimento da democracia, a redução de desigualdades e a retomada do desenvolvimento econômico (MATIAS-PEREIRA, 2010). Desta forma, a transparência ganha destaque,

Visto que a corrupção apresenta-se como fenômeno que enfraquece a democracia, a confiança no Estado, a legitimidade dos governos e a moral pública. No caso brasileiro é perceptível que a corrupção é um problema grave e estrutural de nossa sociedade e do nosso sistema político. (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 94).

## 2.3 TRANSPARÊNCIA E LEGISLAÇÃO

No Brasil, o tema passa a ganhar espaço dez anos depois da promulgação da Constituição Federal. No QUADRO 2 será apresentada, de maneira cronológica, a evolução da transparência administrativa no país.

Legislação	Data	Ementa / texto	Principais pontos relacionados a esta pesquisa
<b>Art. 37 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 19.</b>	Constituição Federal: 1988 Emenda Constitucional nº 19: 04/06/1998	Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência	§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
<b>Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei complementar nº 101</b>	04/05/2000	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	A lei prevê a elaboração e divulgação de documentos para que a sociedade possa acompanhar as contas públicas da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, incluídos o Poder Executivo, o Poder Legislativo, abrangendo Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público, as administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. O documento exige a previsão de receitas e fixação de despesas, impõe limites de gastos e de endividamento e adota medidas corretivas e punitivas para eventuais irregularidades.
<b>Lei da Transparência – Lei complementar nº 131<sup>20</sup></b>	27/05/2009	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar <b>a disponibilização, em tempo real</b> , de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Especifica os instrumentos de transparência para a gestão fiscal e determina que a transparência seja garantida mediante medidas como a liberação em tempo real, para acompanhamento da sociedade, de informações sobre a execução orçamentária em financeira em meios eletrônicos de acesso público. A inserção do artigo 48-A é de extrema relevância para esta pesquisa, pois em seu inciso I trata do acesso às informações de despesas, a qualquer pessoa física ou jurídica, atendendo assim a determinação do supracitado inciso II do artigo 48.
<b>Decreto nº 7.185<sup>21</sup></b>	27/05/2010	Dispõe sobre o padrão mínimo de	1. O sistema deve possibilitar o acesso a informações detalhadas da execução

<sup>20</sup> Como forma de punição prevista pela legislação, o ente que não disponibilizar as informações previstas na LC 131 fica impedido de receber transferências voluntárias, que são a entrega de recursos entre entes da Federação, como forma de ajuda financeira, exceto aquelas determinadas pela Constituição Federal, por legislação ou destinadas ao Sistema Único de Saúde.

<sup>21</sup> Além do cumprimento do decreto, o manual da Controladoria-Geral da União (2013) elenca outras determinações e normas que os portais da transparência devem levar em consideração para apresentação das informações:

- a) A portaria do Ministério da Fazenda, nº 548/2010, estabelece os requisitos técnicos para a manutenção do sistema, inserção e autenticação dos dados;
- b) As definições da Lei de Acesso à Informação, que serão tratadas a seguir, em conjunto com os conceitos de dados abertos da Infraestrutura nacional de Dados Abertos (INDA);
- c) Os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, e-PING, que apresenta normas técnicas da arquitetura digital, que serão abordados na subseção que trata da arquitetura da informação;
- d) Os padrões de acessibilidade a portais governamentais, com base no Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), que serão apresentados na subseção que trata da usabilidade de portais da internet.

Legislação	Data	Ementa / texto	Principais pontos relacionados a esta pesquisa
		qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.	orçamentária e financeira em tempo real; 2. Por 'Tempo real' entende-se a divulgação até o primeiro dia útil depois da data do registro contábil; 3. Deve-se assegurar o amplo acesso às informações sobre a execução orçamentária e financeira que deverão ser disponibilizadas na internet (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2013, p.7).
<b>Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527</b>	18/11/2011	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	Entre as principais determinações da lei está a garantia do acesso à informação por meio de procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. Prevê que a divulgação atualizada de informações sobre a administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações e <b>contratos administrativos</b> , sendo estes dois últimos objetos de estudo desta pesquisa. No art. 8º, está previsto o dever de órgãos e entidades públicas em promover a transparência ativa, divulgando informações que sejam de interesse coletivo ou geral sem a necessidade de solicitação. Entre as informações de divulgação obrigatória, estão os registros de repasses ou transferências de recursos financeiros, despesas, <b>procedimentos licitatórios incluindo editais, resultados e todos os contratos celebrados</b> , dados sobre programas, ações e obras, entre outros. Destaca-se a necessidade de ferramentas de busca de conteúdo e a disponibilização de relatórios em diferentes formatos. <sup>22</sup>

QUADRO 2 - A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE TRANSPARÊNCIA NO BRASIL

FONTE: A AUTORA (2015)

O site sobre a Lei da Transparência da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) afirma que, apesar de a lei determinar prazo de atualização e conteúdo mínimo de informações sobre receita e despesa, que devem ser colocadas na internet, “boas práticas de promoção da transparência provam desejáveis a consideração de critérios de boa usabilidade, apresentação didática dos dados e em linguagem cidadã, possibilidade de *download* do banco de dados e canal de interação com os usuários” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2015).

<sup>22</sup>Os portais da internet devem atender os seguintes requisitos dispostos na LAI:

- I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão; II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
- VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
- VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio;
- VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 (BRASIL 2011).

O manual da Controladoria-Geral da União, ANEXOS 1 e 2, apresenta tabelas com requisitos obrigatórios e desejáveis aos portais da transparência, de acordo com a legislação vigente.

## 2.4 LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas atualizações, e a Lei do Pregão, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, constituem a legislação básica para licitações da Administração Pública. Entende-se por licitação

O procedimento administrativo formal que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços. (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2003, p. 14)

Os procedimentos licitatórios devem observar sete princípios básicos, como mostra o Tribunal de Contas da União (2003, p. 15): 1. Da legalidade; 2. Da isonomia; 3. Da impessoalidade; 4. Da moralidade e da improbidade administrativa; 5. Da publicidade; 6. Da vinculação ao instrumento convocatório e 7. Do julgamento objetivo.

A necessidade de realizar licitações públicas é estabelecida no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal. O objetivo é permitir que o poder público contrate a empresa que reúne “as condições necessárias para atendimento do interesse público, levando em consideração aspectos relacionados à capacidade técnica e econômico-financeira do licitante, à qualidade do produto e ao valor do objeto” (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2003, p. 17).

A lei estabelece que “A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura” (BRASIL, 1993).

Devem se enquadrar à legislação a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, assim como “os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de

economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios” (BRASIL, 1993).

#### 2.4.1 Modalidades

De acordo com a lei, existem cinco modalidades de licitação, que especificam a forma de condução do procedimento licitatório. O valor é o principal fator para escolha da modalidade, “exceto quando se trata de pregão, que não está limitado a valores” (TRIBUNAL DE CONTAS, 2003, p. 21). As modalidades estão detalhadas no QUADRO 3.

Modalidade	Tipo de contratação e valores	Participantes
<b>Concorrência</b>	- Obras e serviços de engenharia acima de R\$ 1,5 milhão - Compras e serviços acima de R\$ 650 mil	Qualquer interessado que atenda aos requisitos mínimos dispostos na fase de habilitação preliminar
<b>Tomada de preços</b>	- Obras e serviços de engenharia até R\$ 1,5 milhão - Compras e serviços até R\$ 650 mil	Interessados cadastrados ou que atendam as condições exigidas para cadastramento até três dias antes do recebimento das propostas, observada a qualificação necessária
<b>Convite</b>	- Obras e serviços de engenharia de até R\$ 150 mil - Compras e serviços de até R\$ 80 mil	A unidade responsável convida no mínimo três empresas para participar, cadastradas ou não. Os interessados precisam se manifestar com até 24 horas de antecedência
<b>Concurso</b>		Pode participar qualquer interessado para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, com estabelecimento de prêmio ou remuneração.
<b>Leilão</b>		É utilizado para a venda de bens móveis que não possuem mais uso para a administração, assim como produtos de apreensão, penhora e alienação de bens imóveis

QUADRO 3 - MODALIDADES DE LICITAÇÃO  
FONTE: ADAPTADO DE TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2003

Cabe destacar a modalidade de Pregão, estabelecida pela Lei nº 10.520, de 2002, e que prevê a disputa do fornecimento de bens ou serviços comuns em uma sessão pública, antes da análise da documentação, o que possibilita maior celeridade ao processo. De acordo com o Tribunal de Contas da União (2003, p. 25),

a modalidade não pode ser utilizada para contratação de obras e serviços de engenharia, alienação e locações imobiliárias. Ela pode ser utilizada em substituição às modalidades de convite, tomada de preços e concorrência para contratar bens e serviços comuns.

Em 2011 foi sancionada a Lei Federal 12.462, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas. O objetivo é ampliar a eficiência das licitações públicas e aumentar a competitividade. É aplicável em licitações e contratos relacionados a objetos específicos como os Jogos Olímpicos de 2016, obras do Programa de Aceleração do Crescimento, licitações de engenharia do sistema público de ensino, entre outros.

#### 2.4.2 Contratos

De acordo com a legislação, são considerados contratos “todo e qualquer ajuste celebrado entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, por meio do qual se estabelece acordo de vontades, para formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas” (BRASIL, 1993).

A duração dos contratos é restrita à vigência dos créditos orçamentários, com algumas exceções, como projetos do Plano Plurianual, prestação de serviços que serão executados de forma contínua, com contratos prorrogados para que a administração consiga condições mais vantajosas, limitados a 60 meses, entre outros.

##### 2.4.2.1 Formalização dos contratos

O documento deve conter o nome das partes dos envolvidos, finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo de licitação, da dispensa ou da inexigibilidade e a sujeição à lei e às cláusulas do contrato.

A lei ainda exige a publicação de um formato reduzido do contrato em imprensa oficial, que deve ser feito até o quinto dia útil do mês seguinte à sua assinatura, para que o mesmo tenha validade.

O termo de contrato é obrigatório nos casos de licitações das modalidades: tomada de preços, concorrência e pregão, nos casos de inexigibilidade de licitação, quando a mesma se enquadra nos limites de valor de tomada de preços e concorrência, e nas contratações de qualquer valor que resultem em obrigações futuras.

Nos outros casos o contrato não é obrigatório e os seguintes instrumentos podem ser utilizados: carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

Nos casos de compras de entrega imediata e integral de bens adquiridos, a administração pode dispensar o contrato e substituí-lo por outros instrumentos.

Qualquer interessado pode solicitar acesso aos termos do contrato e aos documentos relacionados ao processo licitatório, com cópia autenticada, desde que pague as tarifas devidas.

#### 2.4.2.2 Alteração dos contratos

As alterações nos contratos geralmente são realizadas por meio de termos aditivos. Esse instrumento pode ser usado para aumentar o prazo, diminuir o objeto e outras modificações.

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos (BRASIL, 1993).

Alterações simples estão dispensadas de mudanças no contrato e podem ser feitas por “apostila”, ou seja, um registro que pode ser feito no termo de contrato ou em documento que será anexado ao mesmo.

#### 2.4.2.3 Execução dos contratos

Um representante da Administração será designado para fiscalizar a execução da obra ou serviço. As ocorrências relacionadas ao contrato deverão ser anotadas pelo fiscal, para acompanhamento da execução do que foi acordado, seguindo especificações técnicas e administrativas.

Se qualquer uma das partes desrespeitar o que foi estabelecido, o contrato pode ser rescindido. O contratado é responsável por danos ou defeitos à Administração ou a terceiros.

Existe a possibilidade de subcontratação até o limite estabelecido. Para a entrega de obras e serviços, uma avaliação deve ser feita pelo fiscal responsável em caráter provisório e em caráter definitivo por uma comissão ou servidor designado. A Administração pode rejeitar, total ou parcialmente, obra, serviço ou fornecimento que foi executado em desacordo com o estabelecido em contrato.

#### 2.4.2.4 Disposições finais e transitórias

Convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos celebrados por órgãos e entidades da administração dependem de prévia aprovação de plano de trabalho proposto pela organização interessada e que o mesmo deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - identificação do objeto a ser executado;
- II - metas a serem atingidas;
- III - etapas ou fases de execução;
- IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;
- V - cronograma de desembolso;
- VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;
- VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador. (BRASIL, 1993)



No caso de não cumprimento do que foi determinado no plano prévio de trabalho, parcelas de pagamento podem ficar retidas até que se realize uma comprovação dos fatos.

## 2.5 ESTUDOS SOBRE A TRANSPARÊNCIA EM PORTAIS BRASILEIROS

A transparência pública é condição para a democracia e um dos pilares mais importantes da LRF (MOTTA, 2008). Mas a prática só é efetivada quando o cidadão acompanha de perto a administração pública, desde o planejamento de suas ações até a execução de suas propostas. A LRF estabelece formas de controle externo, pela sociedade, da gestão do dinheiro público. Algumas delas são: a realização de audiências públicas para elaboração do orçamento anual e da lei de diretrizes orçamentárias e a disponibilização de informações em seus portais da transparência.

Os esforços de institucionalização de formas de responsabilização da administração pública através do controle social trouxeram elementos bastante inovadores para elevar a transparência. A constatação de que os resultados da ação do Estado são percebidos de forma cada vez mais insatisfatória por parte da população é um fator essencial na busca de exigir a ampliação dos mecanismos de controle dos governantes, frente aos limites dos mecanismos de *accountability*. (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 99).

Para permitir o controle externo é necessário que o poder público siga os princípios da transparência, com disponibilização de informações acessíveis, em diferentes formatos, completas e de fácil entendimento a todos aqueles que são afetados pelas decisões do poder público (KIM *et al.*, 2005).

Estudos realizados em portais de estados brasileiros mostraram que ainda há muito a ser aprimorado em relação à transparência.

Ao estudar o Governo Eletrônico e a forma de interação entre governo e cidadão, possibilitada pelos portais estaduais brasileiros, Vilella (2003) avaliou três dimensões: conteúdo, usabilidade e funcionalidade. Os resultados mostraram que os portais para prestação de serviços e disseminação de informações apresentavam, em sua maioria, conteúdo estático, permitindo apenas uma via de comunicação, a que vai do governo para o cidadão, o que não possibilita a efetiva participação

popular. Além disso, o autor concluiu que os portais de governos estaduais precisam ser uma ferramenta a serviço da população, fortalecendo a democracia e permitindo uma comunicação de mão dupla.

Em uma avaliação dos portais de governo eletrônico em nove estados brasileiros e do Distrito Federal, Pinho *et al.* (2006) verificou que as informações disponibilizadas são superficiais, incompletas, desatualizadas, sem demonstrativos financeiros ou cronogramas de execução. Para os autores falta predisposição para implementação da *accountability* e da participação popular. A raiz do problema não seria a tecnologia, mas a cultura política.

Ao avaliar a governança eletrônica nos portais dos estados brasileiros e do Distrito Federal, Mello e Slomski (2009) criaram o Índice de Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros (IGEB). Eles analisaram as práticas implantadas nos portais em relação a conteúdo, serviços, participação cidadã, usabilidade e acessibilidade e privacidade e segurança. Os autores constataram que estados mais desenvolvidos apresentaram o índice maior em relação aos menos desenvolvidos. São Paulo, na época do estudo, tinha 71,4% das práticas sugeridas implantadas, o melhor colocado no índice, enquanto Mato Grosso do Sul tinha apenas 37,31% das práticas implementadas em seu portal.

Estudo de Santana *et al.* (2009) fez uma análise de 207 sítios relacionados a 135 Poderes e Órgãos, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, para verificar o nível de transparência fiscal eletrônica com fundamentação no art. 48 da LRF, ou seja, a Lei da Transparência. O estudo mostrou uma baixa aderência às exigências da lei. Os resultados também mostraram relação entre os níveis de transparência fiscal eletrônica e indicadores econômicos e sociais, com exceção dos Ministérios Públicos estaduais.

Platt Neto e Allegretti (2010) avaliaram o portal da transparência do estado do Rio Grande do Sul, para entender as funcionalidades, limitações e potencialidades informacionais do sítio. Os autores concluíram que o portal atendia, na época, à parte dos parâmetros de transparência, mas apresentava limitações na divulgação de informações por meio da internet, como linguagem não acessível, conteúdo não concentrado em uma única página e falta de informações sobre contratos e convênios firmados pelo Estado. O estudo sugeriu alguns aprimoramentos do portal:

A melhoria da lógica de organização do conteúdo; o uso de linguagem acessível nos documentos; a inserção de recursos como gráficos e estatísticas que facilitem a compreensão dos usuários; uma maior concentração do conteúdo no Portal da Transparência e a disponibilização de informações mais detalhadas sobre licitações e convênios (PLATT NETO; ALLEGRETTI, 2010, p. 93).

Em nota que descreve uma série de medidas para o fortalecimento do relacionamento entre cidadãos e governos, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), afirma que a prática aperfeiçoa o processo de formulação de políticas públicas, contribui para a boa governança e constitui novas fontes de ideias para a tomada de decisão. Para que o fortalecimento dessa relação seja assegurado é importante fornecer informação de qualidade, de fácil acesso e compreensão, realizar consultas com os cidadãos a partir de objetivos claros e ter tempo e flexibilidade para que as propostas sejam integradas nas políticas do governo.

Os governos devem investir tempo e recursos suficientes e assumir compromisso no processo de construção de aparatos legais, políticos e institucionais bem estruturados, desenvolvendo as ferramentas apropriadas e avaliando sua adequação para envolver os cidadãos no processo de formulação de políticas. Quando elaborados de maneira insatisfatória, os mecanismos de informação, consulta e participação ativa na formulação de políticas podem enfraquecer as relações governo-cidadão. O esforço governamental para informar, consultar e engajar os cidadãos na melhoria da qualidade, credibilidade e legitimidade de suas decisões poderá produzir efeitos opostos se os cidadãos perceberem que seus esforços em manter-se informados, fornecer *feedback* e participar ativamente forem ignorados, ao mesmo tempo não exercendo efeito algum sobre as decisões tomadas ou permanecendo sem a devida prestação de contas por parte do governo. (OCDE, 2001, p. 1).

### 2.5.1 Índice de transparência

O Índice de Transparência (IT) foi criado pela Associação Contas Abertas para avaliar as informações divulgadas pelos estados brasileiros, conforme o que foi previsto na Lei da Transparência, que complementa a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como as diretrizes apresentadas pela legislação são vagas, foram estabelecidos critérios de avaliação das informações sobre a execução orçamentária e financeira divulgadas pela União, Estados e Municípios. São avaliados três

critérios principais: usabilidade, série histórica e frequência de atualização e conteúdo. Formada por especialistas em finanças e contas públicas, e com base em parâmetros técnicos, foi desenvolvido o IT. “O Índice de Transparência é, portanto, um meio de informar ao cidadão o nível de transparência das contas públicas e tem como objetivo criar uma competição saudável entre os gestores públicos em prol da transparência e do controle social” (ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS, 2015).

A avaliação dos portais estaduais é feita a cada dois anos e a última foi realizada em 2014. A usabilidade foi apontada como um dos pontos fracos, que precisa ser mais bem desenvolvido pelos gestores dos portais estaduais para atingir a transparência plena.

A atual conjuntura em relação à transparência dos estados e capitais brasileiros foi apontada pelo Índice de Transparência 2014, que constatou que, absolutamente, todos os estados precisam desenvolver formulários de pesquisa mais completos, que capacitem o usuário a cruzar toda e qualquer informação sobre execução e classificação orçamentária. Nesta edição, nem mesmo os melhores formulários (os de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro) atingiram essa meta (ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS, 2014).

Para o Comitê de Transparência, que elabora os critérios e parâmetros técnicos do IT, é preciso melhorar as pesquisas nos portais, permitindo a personalização da busca. Segundo a análise, a maioria das consultas é rígida, com poucos filtros. A melhoria da usabilidade, segundo os avaliadores, pode fomentar a participação da sociedade civil, a ponto de um cidadão comum conseguir encontrar um dado e acompanhar os gastos de um estado ou município.

Em relação ao conteúdo, a avaliação não é boa, já que foi registrada a diminuição dos estados que prestam contas sobre licitações. Eram 26 das 27 unidades federativas em 2010, caindo para 23 em 2012, e para 21 estados que prestam contas em 2014. Na última avaliação, os portais da transparência do Acre, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte e Tocantins ainda não apresentavam nenhum dado sobre licitação.

## 2.6 ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE A TRANSPARÊNCIA

Diversos estudos de universidades e organizações não-governamentais já avaliaram a divulgação de informações sobre a gestão pública em portais de diferentes países e estados. Nesta subseção alguns deles serão apresentados.

Benito e Bastida avaliaram, em 2009, as relações entre transparência orçamentária, a situação fiscal e a participação política a partir de uma abordagem de comparação internacional. Os autores construíram um índice sobre transparência orçamentária abrangendo 40 recursos orçamentários com base em padrões internacionais para uma amostra de 41 países.

O estudo encontrou uma relação positiva entre o equilíbrio fiscal do governo nacional e a transparência orçamentária. De acordo com os autores, quanto mais informações o orçamento divulga, menos os políticos podem usar déficits fiscais para atingir metas oportunistas.

A organização não-governamental *The International Budget Partnership*<sup>23</sup> ajuda a sociedade civil em todo o mundo a usar a análise orçamentária e o Direito como uma ferramenta para fomentar a governança eficaz e diminuir a pobreza. Em 2012, a ONG realizou seu mais recente estudo sobre a transparência, participação e supervisão a orçamentos em todo o mundo, o *The Open Budget Survey*<sup>24</sup>.

A avaliação foi feita a partir de um questionário com 125 questões, preenchido por pesquisadores independentes de 100 países parceiros. A maioria das perguntas (95) trata da disponibilidade pública e abrangência dos oito documentos que os governos devem publicar durante um ciclo orçamentário. Outras 30 questões são sobre a oportunidade de participação pública no processo orçamentário. Após as avaliações, os países são ranqueados no *Open Budget Index*<sup>25</sup> (OBI) e divididos entre escalas de informações disponíveis:

- a) nota de 0 a 20: Limitada ou nenhuma informação. Em 2012, 26 países ficaram neste índice;
- b) nota de 21 a 40: Mínima. Quinze países foram enquadrados neste índice em 2012;
- c) nota entre 41 e 60: Alguma. Trinta e seis países apresentavam alguma informação orçamentária naquele ano;

---

<sup>23</sup> Em tradução livre: Parceria Internacional Orçamentária. Disponível em: Disponível em: <<http://internationalbudget.org/>>. Acesso em: 20/06/2015.

<sup>24</sup> Em tradução livre: A pesquisa do orçamento aberto.

<sup>25</sup> Em tradução livre: Índice de orçamento aberto.

- d) nota entre 61 e 80: Significante. Dezesete países ficaram dentro dessa média, incluindo o Brasil, com 73 pontos, em 12º lugar no *ranking*;
- e) nota entre 81 e 100: Extensa informação. Apenas seis países se enquadraram neste índice em 2012.

O estudo concluiu que a maioria dos países ainda não disponibiliza informações suficientes sobre o orçamento público. Em 77 países pesquisados, cidadãos e a sociedade civil organizada não conseguem participar efetivamente das decisões do governo sobre como arrecadar e investir o dinheiro público.

Autores também realizaram estudos em portais brasileiros a partir de critérios internacionais. Pesquisa de Viana *et al.* (2012) avaliou a aderência aos critérios internacionais de transparência para a divulgação e apresentação de contas públicas municipais, analisando o portal da Prefeitura Municipal de Manaus.

Foram definidos 35 critérios a partir de fontes internacionais, organizados em um *checklist*. O autor ressaltou que os elementos do *checklist* não dependem das exigências da legislação, e que devem ser aplicados para aperfeiçoar os portais governamentais locais a partir dos requisitos internacionais.

O resultado mostrou que mais da metade dos critérios não eram atendidos pelo sítio (52%), doze critérios foram atendidos parcialmente (34%) e cinco atendidos totalmente (14%). A conclusão foi que o portal praticava uma transparência pouco ativa e de fraca significância para o cidadão, dada a limitação de informações e a dificuldade de compreensão.

## 2.7 A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS FIRMADOS NO BRASIL

De acordo com a pesquisa realizada em bancos de dados de artigos, teses e dissertações, poucos estudos avaliaram especificamente a questão da divulgação de informações sobre a execução de obras e serviços públicos contratados.

Estudo realizado em 2012 verificou a possibilidade de utilização de um sistema de gerenciamento de contratos administrativos como instrumento de controle social, transparência pública e *accountability*. Marques (2012) explicou que o sistema estava em desenvolvimento pelo governo do estado de Santa Catarina e,

com os resultados da pesquisa, foi elaborada uma proposta de adequação para aprimorar o controle social e a transparência pública no governo do estado.

A partir da análise do Índice da Transparência de 2010, a autora verificou que apenas quatro dos vinte e sete portais estaduais analisados apresentavam informações sobre contratos firmados. O governo federal também disponibilizava a informação.

Para dados mais atualizados, fez-se um levantamento semelhante no Índice de Transparência 2014. Os resultados estão no QUADRO 4. A metodologia do IT diz que as seguintes informações devem ser disponibilizadas sobre o procedimento licitatório

Edital (integral ou integral com cadastro, ou modalidade da licitação, data da realização, órgão licitante, número do edital e objeto), participantes (razão social das empresas, CNPJs e valores) e contrato (Unidade Gestora, razão social da contratada, data da publicação, vigência, valor do contratado, objeto, número do contrato, programa de trabalho, natureza da despesa e empenho). (ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS, 2014)

ESTADO	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS FIRMADOS
<b>PORTAIS QUE DIVULGAM TODAS AS INFORMAÇÕES AVALIADAS PELO IT</b>	
Espírito Santo	- O portal cumpriu todas as exigências do Índice com relação a processo licitatório. Ele apresenta ao usuário editais dos processos de compra sem necessidade de realizar cadastro, todos os dados sobre os concorrentes da licitação, isto é, razão social, CNPJ e valores, como também preenche todos os requisitos em contrato;
Paraná	- Quanto ao processo licitatório, o portal disponibiliza todas as informações requeridas, sendo estas: edital das licitações, os participantes que concorreram e contrato;
Pernambuco	- O portal cumpriu todas as exigências do Índice com relação a processo licitatório. Ele apresenta ao usuário editais dos processos de compra sem necessidade de realizar cadastro, todos os dados sobre os concorrentes da licitação, isto é, razão social, CNPJs e valores, como também preenche todos os requisitos em contrato;
<b>PORTAIS QUE DIVULGAM PARCIALMENTE AS INFORMAÇÕES AVALIADAS PELO IT</b>	
Alagoas	- O portal possui quase todas as informações requeridas para processo licitatório. Disponibiliza edital da licitação, todos os participantes que concorreram ao processo de compra, com seus respectivos lances, razão social e CNPJ. Apenas <u>em contrato falta conteúdo: não há dados sobre o empenho nem a natureza da despesa.</u>
Ceará	- Quanto ao processo licitatório, o portal possibilita ao usuário fazer <i>download</i> do edital, oferece informações sobre a razão social das empresas que concorreram e <u>praticamente todos os dados dos contratos avaliados, exceto o programa de trabalho;</u>
Mato Grosso do Sul	- Quanto ao processo licitatório, o portal disponibiliza editais, contratos e praticamente todas as informações sobre os participantes, <u>exceto os CNPJs das empresas concorrentes;</u>
Pará	- Apresenta quase todas as informações requeridas para processo licitatório, como editais e contratos. Entretanto, para participantes, o portal só disponibiliza a razão social e o valor do lance da empresa vencedora;

ESTADO	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS FIRMADOS
Paraíba	- Quanto aos processos de compra, o portal disponibiliza os editais das licitações, <u>praticamente todos os dados sobre contrato, exceto o empenho, e nenhum dado sobre os participantes das licitações;</u>
Rio Grande do Sul	- Em relação aos processos licitatórios, o portal apresenta editais das licitações, sem necessidade do usuário ser cadastrado, apenas a razão social da empresa vencedora. <u>Para contratos, disponibiliza grande parte dos itens requeridos, faltando apenas data da publicação, programa de trabalho, natureza da despesa e empenho;</u>
Santa Catarina	- Em relação aos processos de compra do estado, o portal só não possui os CNPJs das empresas que concorreram à licitação. Mas há todas as outras informações sobre participantes (razão social e valores dos lances), editais sem necessidade de cadastro e todos os dados sobre contrato;
São Paulo	- Quanto aos processos de compra do estado, o portal apresenta os editais das licitações, sem necessidade de realizar cadastro, e os dados dos participantes. Entretanto, só o CNPJ da empresa vencedora é fornecido. <u>Praticamente todos os dados sobre contrato são disponibilizados, exceto a natureza de despesa;</u>
<b>PORTAIS QUE NÃO DIVULGAM NENHUMA INFORMAÇÃO SOBRE CONTRATOS</b>	
Acre	- <b>Não apresenta informações sobre licitações;</b>
Amapá	- Quanto ao processo licitatório, o portal fornece os editais dos processos de compra em aberto sem necessidade do usuário realizar cadastro para obtê-lo, e para licitações já homologadas, disponibiliza informações sobre as licitantes vencedoras, isto é, a razão social da empresa, CNPJ e valor licitado. <u>Não há informações sobre contrato;</u>
Amazonas	- Em relação ao processo de compra, o portal não fornece o edital das licitações, apenas alguns dados. Dos considerados, tem: modalidade, órgão, número do edital e objeto. Possui todos os dados sobre participantes, mas <u>não tem nenhum contrato disponível;</u>
Bahia	- <b>Não apresenta informações sobre licitações.</b> O portal fornece um caminho onde supostamente o usuário encontraria dados sobre os processos de compra do estado. Entretanto, para executar as consultas é preciso selecionar o comprador em um campo de busca, não é possível digitá-lo e o portal não oferece opções.
Distrito Federal	- Quanto aos processos licitatórios, o portal não disponibiliza nenhum edital dos processos de compra de 2014, só de 2013. Em relação às compras efetuadas ou a efetuar deste ano, apresenta discriminadamente a modalidade da licitação, a data da realização, o número do edital e o objeto a ser adquirido. <u>Não há informações sobre participantes, nem contrato;</u>
Goiás	- Quanto aos processos licitatórios, o portal disponibiliza os editais dos processos de compra, os CNPJ dos participantes e os valores dos lances. <u>Não há informações sobre contratos;</u>
Maranhão	- <b>Não apresenta informações sobre licitações;</b>
Mato Grosso	- Quanto ao processo licitatório, o portal disponibiliza os editais das compras efetuadas e a efetuar e todos os dados requeridos sobre os participantes. Contudo, <u>não fornece os contratos;</u>
Minas Gerais	- Quanto aos processos licitatórios, o portal disponibiliza os editais dos processos de compra, a razão social, o CNPJ e os lances dos participantes. Mas <u>não há informações sobre contratos;</u>
Piauí	- Quanto ao processo licitatório, o portal disponibiliza os editais dos processos de compra e a razão social, CNPJ e valor do lance da empresa vencedora, sendo que o ideal seria fornecer tais dados de todas as empresas concorrentes. Além disso, <u>não contém nenhuma informação sobre contrato;</u>
Rio de Janeiro	- Quanto aos processos de compra, o portal disponibiliza editais ante cadastro prévio do usuário, razão social e valores dos lances das concorrentes. Fica faltando, então, os CNPJs das empresas. Além disso, <u>não possui contratos atualizados.</u> Os últimos contratos disponíveis são de 2012;
Rio Grande do Norte	- <b>O portal não apresenta dados sobre licitações</b>



ESTADO	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS FIRMADOS
Rondônia	- Quanto ao processo licitatório, o portal possibilita ao usuário, após cadastrado, fazer <i>download</i> do edital, mas <u>não oferece informações sobre os participantes nem sobre os contratos</u> ;
Roraima	- Em relação aos processos licitatórios, o portal disponibiliza informações segregadas sobre cada compra. Estas são: modalidade da licitação, órgão licitante, número do edital e objeto. Além disso, fornece a razão social e o valor do lance da empresa vencedora. <u>Não disponibiliza nenhum contrato</u> .
Sergipe	- Quanto ao processo licitatório, o portal possibilita ao usuário, após cadastrado, fazer <i>download</i> do edital, oferece informações sobre a razão social, CNPJ e lances das empresas que concorreram. <u>Não há informação sobre contrato</u> ;
Tocantins	- <b>Não apresenta informações atualizadas sobre licitações</b>

QUADRO 4 - INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS FIRMADOS NOS PORTAIS ESTADUAIS  
 FONTE: ADAPTADO DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA (2014).

Entre os 27 portais analisados pelo IT, apenas três apresentaram todas as informações consideradas pela metodologia sobre contratos. Oito estados apresentaram informações parciais sobre contratos e dezesseis não apresentam nenhuma informação sobre contratos, sendo que alguns não disponibilizam nenhuma informação sobre os processos licitatórios. O GRÁFICO 1 permite uma visualização melhor dos resultados.

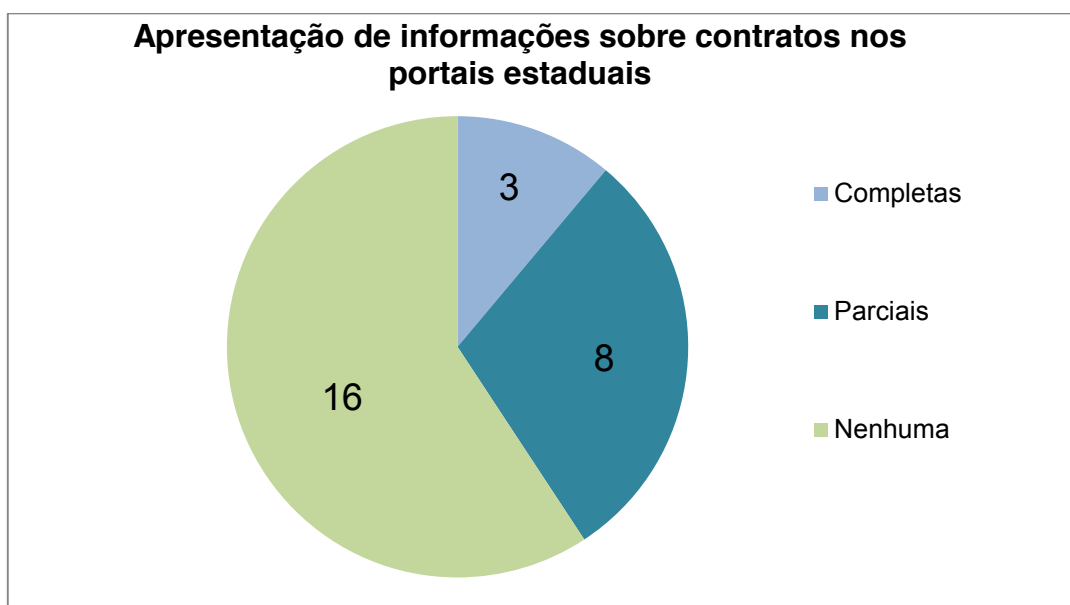


GRÁFICO 1 - APRESENTAÇÕES DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS NOS PORTAIS ESTADUAIS CONFORME O ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA  
 FONTE: ADAPTADO DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA (2014)

Ressalta-se que o método avalia alguns itens sobre as licitações e os contratos, não aprofundando na questão da execução dos mesmos.

## 2.8 A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS FIRMADOS EM OUTROS PAÍSES

Diferentemente do Brasil, foram encontrados várias pesquisas internacionais focadas na divulgação de informações sobre contratos públicos. A maioria delas, no entanto, é realizada por organizações não-governamentais. As mais relevantes serão descritas a seguir.

### 2.8.1 *Good Jobs First*

Em 2007 a *Good Jobs First*<sup>26</sup>, uma organização localizada nos Estados Unidos, criada com o objetivo responsabilizar empresas e o governo pelo desenvolvimento e crescimento, realizou um dos primeiros estudos nos portais dos estados norte americanos. A pesquisa avaliou a disponibilidade de informações sobre subsídios de desenvolvimento econômico, contratos e *lobby*. Os estados foram ranqueados de acordo com o grau de transparência, quanto maior a nota, maior a transparência na divulgação das informações avaliadas.

Em cada uma das áreas avaliadas, foram analisados os seguintes critérios:

- a) facilidade de encontrar o sítio;
- b) encontrabilidade: a possibilidade de encontrar uma empresa específica que tem um contrato, receba subsídio ou faça *lobby* com um estado;
- c) nível de detalhamento: informações sobre a empresa, valores envolvidos e no caso de subsídios relatórios sobre qualidade do emprego;
- d) rigor: especificação sobre diferentes tipos de subsídios e contratos (no caso de aquisição, também consideraram o texto integral do contrato publicado);
- e) profundidade: inclui quantos nos de arquivos de dados estão disponíveis;

---

<sup>26</sup> Em tradução livre: Bons empregos primeiro. Disponível em: <<http://www.goodjobsfirst.org/>>. Acesso em: 20/06/2015.

- f) Dados sobre dinheiro: avalia em quanto tempo as informações são postadas no sítio.

No caso dos contratos, apenas um dos 51 estados avaliados não divulgava a informação: Minnesota. A média de pontuação deste item ficou em 81%, acima da média de divulgação de informações sobre *lobby* (72%) e sobre subsídios (28%).

Os autores do relatório destacam que muitos contratos, que deveriam fornecer um produto ou serviço pelo menor preço, são fechados pelo poder público com empresas privadas apenas por motivos políticos. O documento relata ainda que *“to have an informed debate about state procurement practices, the public needs data on contracts that have already been awarded.”*<sup>27</sup>(MATTERA, *et al.*, 2007, p. 15).

Enquanto alguns estados divulgam as informações de maneira bastante detalhada (incluindo cópias de contratos e alterações), outros trazem poucos detalhes. Alguns facilitam a busca por nome de empresa, outros dificultam a procura. Os estados com maior pontuação (95%) - Connecticut, Indiana, Kansas, Massachusetts e Washington - permitem que o usuário acesse um banco de dados onde pode procurar contratos por nome de fornecedor, que inclui nome da empresa e informações detalhadas de contrato. Além disso, quatro desses cinco estados disponibilizam informações sobre contratos ativos e arquivados.

### 2.8.2 Open Contracting

A organização não-governamental *Open Contracting*<sup>28</sup> criou uma lista de princípios globais para a abertura de contratações públicas. A lista é baseada em regras e boas práticas de divulgação e participação em contratos públicos em todo o mundo. A essência da ONG pode ser resumida na soma de duas palavras: divulgação + participação. Destacamos as informações sobre licitações que devem ser divulgadas pró-ativamente, de acordo com os princípios:

<sup>27</sup> Em tradução livre: Para haver um debate informado sobre as práticas de contratação dos estados, a população precisa de dados sobre contratos já firmados.

<sup>28</sup> Em tradução livre: Contratações abertas. Disponível em: <<http://www.open-contracting.org>>.

- a. Contratos, licencias, concesiones, permisos, subvenciones o cualquier otro documento mediante el cual se intercambien bienes, activos o recursos públicos (incluyendo todos los anexos, cronogramas y documentos incorporados por referencia) y cualquier enmienda a los mismos;
- b. Estudios previos, documentos de licitaciones, evaluaciones de desempeño de los contratos, garantías e informes de supervisión y auditoría.
- d. Información relacionada con el desempeño y el cumplimiento de los contratos públicos, incluyendo información referida a los convenios de subcontratación, modificaciones y ampliaciones a los contratos, como por ejemplo:
  - i. Cronogramas de trabajo o de entrega, destacando hitos importantes en la ejecución del contrato, y cualquier cambio a los mismos;
  - ii. Estado de la implementación relativo a tales hitos;
  - iii. Fechas y pagos efectuados o recibidos por etapas (en relación con el importe total) y el origen de esos pagos; (OPEN CONTRACTING, 2015)<sup>29</sup>

Em junho de 2013 a *Open Contracting Partnership*<sup>30</sup> participou da produção de um livro colaborativo chamado *Contrataciones abiertas: una guía para profesionales por profesionales*<sup>31</sup> e que apresenta várias informações úteis para a abertura de contratos públicos, aquelas consideradas relevantes para este estudo estão detalhadas no QUADRO 5. Os princípios globais para contratações abertas estão no ANEXO 3.

---

<sup>29</sup> Em tradução livre: a. Contratos, concessões, licenças, subvenções ou qualquer outro documento mediante o qual se troquem bens, ativos ou recursos públicos (incluindo todos os anexos, cronogramas e documentos incorporados por referencia) e qualquer emenda aos mesmos;  
 b. Estudos preliminares, documentos de licitações, avaliação de desempenho dos contratos, garantias e informes de supervisão e auditoria.  
 d. Informação relacionada com o desempenho e o cumprimento dos contratos públicos, incluindo informação referente aos convênios de subcontratação, modificação e ampliação aos contratos, como por exemplo:  
 i. Cronogramas de trabalho ou marcos de entrega, destacando marcos importante na execução de contrato e qualquer modificação nos mesmos;  
 ii. Estado da implementação relativo a tais marcos;  
 iii. Datas e pagamentos efetuados ou recebidos por etapas (em relação com o importe total) e a origem desses pagamentos;

<sup>30</sup> Em tradução livre: Parceria Contratações abertas.

<sup>31</sup> Em tradução livre: Contratações abertas: um guia para profissionais por profissionais.

CATEGORIA	INFORMAÇÕES ÚTEIS
Que informações disponibilizar	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Divulgação de informações sobre contratos (incluindo todos os tipos) e qualquer emenda a ele;</li> <li>2. Estudos preliminares, documentos de licitação, avaliação de desempenho, garantia e relatórios de auditorias aplicáveis;</li> <li>3. Informações sobre o planejamento do contrato: <ul style="list-style-type: none"> <li>- processo de planejamento da contratação pública, incluindo uma avaliação de necessidades;</li> <li>- método de contratação ou homologação e sua justificativa;</li> <li>- alcance e especificações de cada contrato;</li> <li>- os licitantes que participaram do processo, seus documentos de identificação e qualquer exceção processual relacionado;</li> <li>- qualquer conflito de interesses evidente ou exclusão emitida;</li> <li>- os resultados da avaliação, incluindo a justificativa em relação à alocação;</li> <li>- a identidade do provedor ou de qualquer outra pessoa que se beneficie da alocação do contrato;</li> </ul> </li> <li>4. Informação relacionada com o desempenho e a conclusão dos contratos públicos e qualquer alteração que sofram; <ul style="list-style-type: none"> <li>- cláusulas gerais, incluindo principais metas de execução e qualquer alteração que venham a sofrer;</li> <li>- estado de implementação com respeito às metas do projeto;</li> <li>- datas e o montante dos pagamentos feitos ou recebidos em cada etapa (comparado ao montante total) e a fonte de tais pagamentos;</li> <li>- entrega de serviços e determinação de preços</li> <li>- acordos para rescisão de contratos;</li> <li>- liquidações e responsabilidades finais;</li> <li>- avaliações de risco, incluindo estudos de impacto ambiental e social;</li> <li>- avaliação de ativos e responsabilidade do governo em relação ao contrato;</li> <li>- disposições estabelecidas para assegurar um manejo de riscos adequado e responsabilidade contínuos;</li> </ul> </li> <li>5. Informação financeira apropriada de receitas financeiras em relação a atrasos e custo adicional em casos em que se aplique.</li> </ol>
Normas de gestão de dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Informações visíveis, com opção de busca e que permitam a comparação com contratos de diferentes setores, regiões, países ou agências;</li> <li>- permissão para geração de relatórios universais (sem restrição por formato) com a redução de possibilidade de erros</li> </ul>
Formato e armazenamento de dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso a textos ou dados derivados de bases de dados é muito mais útil do que disponibilizar uma imagem digitalizada do processo;</li> <li>- as informações deveriam ser publicadas de maneira que o usuário visualizasse os dados com simplicidade e com a opção para exportação de relatórios. Assim posteriormente, os relatórios poderiam ser analisados por softwares de cálculo ou estatística.</li> </ul>
Garantia de qualidade dos dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento de um sistema integrado de contratações públicas, que permita realizar transações comerciais com registro de todos os documentos relacionados ao processo.</li> </ul>
Execução dos contratos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A divulgação de informações deve responder a várias perguntas do cidadão: a versão do contrato, disponível no site, é a final? O objeto do contrato está claramente estabelecido? Quando o contrato foi firmado e em quanto tempo deve ser concluído? Qual o valor do contrato? De onde vem o dinheiro para o pagamento do contrato? Como o pagamento será feito? Parcelado? Por conclusão de fases de uma obra ou entrega de produtos?</li> </ul>

QUADRO 5 - INFORMAÇÕES ÚTEIS PARA CONTRATAÇÕES ABERTAS

FONTE: ADAPTADO DE *OPEN CONTRACTING PARTNERSHIP*(2013).

### 2.8.3 *Following the Money: How 50 States Rate in Providing Online Access to Government Spending Data*

Desde 2010, a organização não-governamental *U.S. Public Interest Research Group*<sup>32</sup>, conhecida como U.S. PIRG, dos Estados Unidos da América, realiza anualmente a pesquisa *Following the Money: How 50 States Rate in Providing Online Access to Government Spending Data*<sup>33</sup>. A avaliação de 2015 já está disponível, mas foi em 2014 a primeira vez que todos os estados avaliados apresentaram informações sobre gastos públicos em seus sítios.

A avaliação, de um modo geral, é de que os estados americanos estão progredindo na divulgação de informações sobre os gastos públicos, mas mesmo os estados mais bem avaliados ainda têm como melhorar seus portais e a disponibilização de dados.

De acordo com o estudo, os sítios de transparência dos estados podem ajudar a economizar dinheiro de várias maneiras e uma delas é na negociação de contratos e no aumento da competitividade.

Sítios de transparência que atendem os padrões atuais de boas práticas oferecem informações sobre os gastos dos governos de maneira abrangente, *one-stop*<sup>34</sup> e *one-click searchable and downloadable*<sup>35</sup>.

- a) Abrangente: o sítio deve ser amplo e detalhado, ajudando a população a responder três perguntas chave: quanto o governo gasta em bens e serviços privados? Que empresas recebem dinheiro do governo por esses bens e serviços? E quais são os resultados realizados por cada gasto específico?;
- b) *One-stop*: significa que o sítio de transparência oferece, a partir de um único endereço, acesso a todos os gastos do governo. A informação

<sup>32</sup> Em tradução livre: grupo de pesquisa de interesse público dos Estados Unidos da América.

<sup>33</sup> Em tradução livre: Seguindo o dinheiro: Como 50 estados são avaliados no fornecimento de acesso *on-line* a dados de gastos governamentais.

<sup>34</sup> Optou-se por não traduzir o termo utilizado no estudo, mas em tradução livre significa única parada.

<sup>35</sup> Optou-se por não traduzir o termo utilizado no estudo, mas em tradução livre significa: localizável em um clique e que permite salvar o arquivo.

sobre gastos, contratos, impostos, despesas e subsídios pode ser acessada de um único ponto de partida, como um sítio de busca;

- c) *One-click searchable and downloadable: Transparent information is only as useful as it is accessible*<sup>36</sup>(BAXANDALL; SURKA, 2015, p. 16). Os portais modelo identificados no estudo oferecem uma gama de pesquisa e várias funções de classificação para permitir que o usuário navegue na complexidade dos dados com um único clique do mouse. Os estados com os melhores padrões permitem buscas por destinatário, agência ou categoria e usam palavras-chaves e campos de pesquisa.

O portal do estado de Ohio alcançou 100 (cem) pontos na avaliação, ficando em primeiro lugar no *ranking*. O novo *checkbook*<sup>37</sup> on-line do portal de transparência de Ohio estabeleceu um novo padrão de usabilidade e *accountability*, permitindo pesquisas contextuais no mesmo estilo do Google<sup>38</sup>, com preenchimento de sugestões de pesquisa instantaneamente, com base nas letras digitadas na barra de busca. Os cidadãos de Ohio encontram uma página muito parecida com as que comumente interagem.

Além disso, segundo o estudo, Ohio leva a *accountability* para outro nível, ao fornecer número de telefone e endereço de *e-mail* ao lado de cada linha de dados gerados, permitindo que o cidadão tenha acesso direto ao funcionário que pode responder suas dúvidas sobre um determinado pagamento. O sítio ainda permite o compartilhamento de informações por *e-mail* ou pelas mídias sociais.

Um forte contexto dos dados é fornecido aos usuários, incluindo em cada consulta a visualização de dados, o que ajuda a mostrar informações em perspectiva histórica, com comparativo a anos anteriores.

A metodologia do estudo consiste em avaliar e dar notas aos portais da transparência a partir de critérios pré-definidos. A nota máxima é 100. O QUADRO 6 mostra os critérios de avaliação dos *checkbooks*, aderente ao tema desta pesquisa.

<sup>36</sup> Em tradução livre: Informação transparente é tão útil quanto é acessível.

<sup>37</sup> Optou-se por não traduzir o termo usado na pesquisa que, literalmente, significa talão de cheque, mas que no contexto na pesquisa pode ser interpretado como livro online de prestação de contas.

<sup>38</sup> Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 01/07/2015.

CRITÉRIOS	DESCRIÇÃO	CRÉDITO PARCIAL	PONTOS
<i>Checkbook</i>	Um único banco de dados ou lista de gastos por destinatário	Não	24
Busca por destinatário	Permite buscar gastos por destinatário. O recurso de pesquisas deve fazer parte do <i>checkbook</i>	Não	8
Busca por palavra-chave ou fundo	Permite buscar por tipo de serviço, artigo comprado ou fundo. O recurso de pesquisas deve fazer parte do <i>checkbook</i>	Não	8
Busca por agência	Permite busca de despesa por agência. O recurso de pesquisas deve fazer parte do <i>checkbook</i>	Não	8
Informações excluídas	Declaração sobre informações excluídas do <i>checkbook</i>	2 pontos se a declaração informar o tipo de informação excluída	4
Massa para <i>download</i>	O conjunto completo de dados pode ser baixado para análise – por ano, trimestre ou mês. (em formatos como XLSX, CSV, XML, etc.)	3 pontos de parte dos dados puderem ser baixados	6
Empresas de economia mista <sup>39</sup>	Gastos de todas as empresas de economia mista devem ser incluídos no <i>checkbook</i> , com permissão de busca por empresa que comprou ou <i>download</i> que indique a agência compradora	Se incluir algumas empresas e excluir outras ganha 4 pontos	6

QUADRO 6 - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE *CHECKBOOKS*  
 FONTE: ADAPTADO DE BAXANDALL E SURKA (2015)

## 2.9 O DESAFIO DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS

A literatura mostra que o cumprimento da legislação relacionada à transparência vai além da disponibilização das informações. É preciso que elas sejam apresentadas de forma clara, objetiva, com linguagem acessível a qualquer cidadão, em um portal que atenda os requisitos mínimos de usabilidade.

A divulgação de informações sobre a execução de obras e serviços contratados pelo poder público recebe pouca atenção de pesquisadores no Brasil. Para que o quadro retratado pelo Índice de Transparência melhore, é necessário a criação de avaliações detalhadas e estudos que apontem caminhos para melhoria no formato da divulgação das informações. O trabalho já desenvolvido por organizações internacionais pode ser o ponto de partida.

<sup>39</sup> O estudo nomeia este item como “*Quasi-Public Agencies*”, o que foi traduzido pela autora como empresas de economia mista para se adequar à realidade brasileira.



### 3 A ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO E A USABILIDADE A FAVOR DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Os principais conceitos de arquitetura da informação e usabilidade serão discutidos neste capítulo, assim como suas ferramentas e instrumentos que podem ser aplicados aos portais de transparência. Os padrões, normas e modelos previstos na legislação de transparência no Brasil também serão apresentados.

#### 3.1 A ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO

Um dos primeiros usos do termo arquitetura ligado a computadores ocorreu em 1964, em uma pesquisa da IBM que descrevia a arquitetura do “IBM System/360”. No estudo, a arquitetura foi descrita como “*the conceptual structure and functional behavior, distinguishing the organization of data flows and controls, logical design, and physical implementation*”<sup>40</sup>(AMDAHL *et al.*, 1964 *apud* RESMINI; ROSATI, 2011).

Em 1970, foi montado um grupo de pessoas especializadas em ciência da informação, no Palo Alto Research Center da Xerox (PARC), para o desenvolvimento de tecnologias voltadas à Arquitetura da Informação (AI) e que deu importantes contribuições à interação entre humanos e computadores.

A criação do termo, no entanto, geralmente é creditada a Richard Soul Wurman que, em 1976, definiu como tema da Conferência Nacional do Instituto Americano de Arquitetos a “Arquitetura da Informação”.

Depois de um período de ‘dormência’, em que se passou primeiro pelo design da informação e posteriormente para o design de sistemas, chegou-se a AI como é conhecida hoje, o que só foi possível com o crescimento do número de dados proporcionado pela internet.

A arquitetura da informação é uma disciplina ampla e pode ser comparada, por exemplo, à arquitetura em um prédio. As estruturas e itens da construção são

---

<sup>40</sup> Em tradução livre: a estrutura conceitual e comportamento funcional, distinguindo a organização dos fluxos de dados e controles, design lógico e implementação física.

projetados para atender as necessidades e facilitar a vida de quem o ocupa. A arquitetura da informação é a estrutura por trás de um sítio para atender as necessidades e facilitar a vida de seus usuários.

Rosenfeld e Morville (2006), autores que são referência na AI para a internet, afirmam que a arquitetura da informação é um conceito complexo, que não pode ser definido facilmente, em uma frase curta. Para eles, a AI pode ser definida por vários pontos:

1. *The structural design of shared information environments.*
2. *The combination of organization, labeling, search, and navigation systems within web sites and intranets.*
3. *The art and science of shaping information products and experiences to support usability and findability.*
4. *An emerging discipline and community of practice focused on bringing principles of design and architecture to the digital landscape.* (MORVILLE; ROSENFELD, 2006, p. 4)<sup>41</sup>

O Instituto de Arquitetura da Informação (2007)<sup>42</sup> define a AI “como a arte e a ciência de organizar e catalogar *websites*, intranets, comunidades *on-line* e *software* de modo que a usabilidade seja garantida”.

A “invisibilidade” da profissão é citada por Rosenfeld e Morville (2006), pela dificuldade de explicação da AI e porque o trabalho dos profissionais não é perceptível aos usuários dos sítios, mas não é por ser invisível a quem acessa que não existe, conforme demonstra a FIGURA 2.

Usuário, conteúdo e contexto são as bases do modelo da prática eficaz da AI para Rosenfeld e Morville (2006, p. 24) e formam o conceito da Ecologia da Informação. É a conexão entre as três bases, ou seja, a partir das necessidades e particularidades de cada um desses itens, avaliados e considerados na implementação de um projeto, que é desenvolvida a arquitetura da informação em um *website*.

<sup>41</sup> Em tradução livre: 1. O projeto estrutural de ambientes de informação compartilhada. 2. A combinação entre organização, rotulagem, pesquisa e sistemas de navegação dentro de *websites* e intranets. 3. A arte e a ciência de moldar produtos de informação e experiências para apoiar a usabilidade e a encontrabilidade (*findability* é um termo que define quão fácil é encontrar uma informação em um site). 4. Uma disciplina emergente e comunidade de prática focada em trazer princípios de design e da arquitetura para o cenário digital.

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://iainstitute.org/pt>>. Acesso em: 12/05/2015.

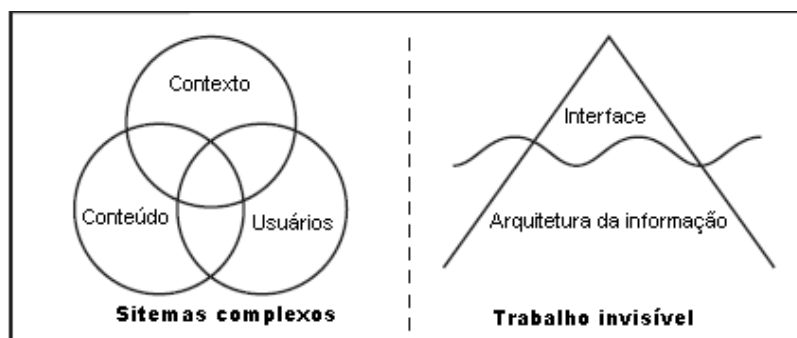


FIGURA 2 - CONCEITOS DE ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO SEGUNDO ROSENFELD E MORVILLE

FONTE: ADAPTADO DE ROSENFELD E MORVILLE (2006, p. 13)

O QUADRO 7 especifica os itens que devem ser considerados em cada uma das bases que formam a ecologia da informação e ajudam a entender porque a integração entre eles permeia a elaboração da AI.

BASE	ITENS A SEREM CONSIDERADOS
Contexto	Objetivos do negócio, financiamento, políticas, cultura, tecnologia, recursos e restrições
Usuários	Audiência, tarefas, necessidades, comportamento de busca de informações e experiência
Conteúdo	Documento/Tipo de dados, objetos de conteúdo, volume e estrutura existente

QUADRO 7 - AS TRÊS BASES DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO SEGUNDO ROSENFELD E MORVILLE

FONTE: ADAPTADO DE ROSENFELD E MORVILLE (2006, p. 25)

### 3.1.1 Sistemas para a construção de um sítio

Rosenfeld e Morville (2006) destacam quatro sistemas que, interligados, mas com suas próprias regras e aplicações, formam a AI de um sítio. O QUADRO 8 mostra a que perguntas cada um dos sistemas responde.

COMPONENTE	PERGUNTAS	EXEMPLOS
Sistemas de organização	Como categorizar as informações?	Assunto ou cronologia
Sistemas de rotulagem	Como representar a informações?	Terminologia científica ou leiga
Sistemas de navegação	Como permitir a navegação através das informações?	Menus por ordem alfabética ou itens mais acessados
Sistemas de busca	Como busca informações?	Ferramenta de pesquisa ou índice

QUADRO 8 - OS COMPONENTES DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO SEGUNDO ROSENFELD E MORVILLE

FONTE: ADAPTADO DE ROSENFELD E MORVILLE (2006, p. 49)

### 3.1.1.1 Sistemas de organização

A classificação está diretamente ligada à nossa compreensão do mundo. Instintivamente, o ser humano classifica objetos, locais, pessoas. Por meio dos sistemas de organização, a AI busca organizar o conteúdo de um sítio para que ele possa ser localizado.

Os sistemas de organização estão presentes na forma como o conteúdo do sítio é dividido, as categorias dos menus apresentados na página inicial ou na especificação da audiência. Por exemplo, se você é professor ou estudante, ao acessar o sítio de uma universidade, será direcionado ao conteúdo dirigido.

Rosenfeld e Morville (2006) destacam os desafios da organização do conteúdo de um sítio: a ambiguidade, heterogeneidade, diferenças nas perspectivas, políticas internas, metas de negócios e estética.

Os sistemas de organização são compostos por esquemas de organização e estruturas de organização. Sendo que os esquemas trabalham o agrupamento de itens que possuem características comuns e as estruturas trabalham com as relações entre os itens e os grupos.

#### 3.1.1.1.1 Esquemas de organização

Os esquemas são subdivididos em exatos e ambíguos. Os esquemas exatos apresentam o conteúdo de maneira lógica e são eficientes quando o usuário sabe o que está procurando. São exemplos de esquemas exatos: organização de conteúdo em ordem alfabética, organização de conteúdo em ordem cronológica e organização de conteúdo em ordem geográfica.

Já os esquemas ambíguos fazem relações entre itens que possam ter um significado conjunto, eles são importantes para usuários que não sabem muito bem o que procuram, mas que passam por um processo de aprendizagem associativa até chegar ao resultado esperado. São exemplos de esquemas ambíguos: tópicos ou assunto, tarefas ou funções orientados para a audiência, metáforas e esquemas híbridos.

### 3.1.1.1.2 Estruturas de organização

As estruturas de organização definem as formas primárias de navegação em um *website*. As principais estruturas são: hierárquica, modelo orientado por banco de dados e de hipertexto.

Para Rosenfeld e Morville (2006, p. 69), a base de uma boa arquitetura da informação é a hierarquia ou taxonomia. Ao explorar os conteúdos de um *website* hierarquicamente, fica mais fácil identificar os principais conteúdos e explorar possíveis modos de organização que darão acesso a eles.

O modelo orientado por banco de dados trata especificamente dos metadados. Segundo os autores, os bancos de dados contribuem na geração de listas em ordem alfabética, apresentação de *links* associativos, entre outros. Eles são úteis em sítios homogêneos, que apresentam conteúdo como catálogo de produtos e listagem de pessoal.

As estruturas de hipertexto ou em rede são relativamente novas e uma forma de organizar informações de maneira não-linear. O hipertexto envolve os itens como imagens, texto, vídeos que serão interligados. Geralmente esse formato de estrutura é utilizado juntamente ao modelo hierárquico e ao orientado por banco de dados.

Rosenfeld e Morville (2006) sugerem que, ao planejar a AI de um *website*, o profissional permita o acesso ao conteúdo do sítio de várias formas, pois este é o melhor caminho para que o usuário encontre o que procura. Geralmente, sítios com bastante conteúdo exigem a aplicação de diferentes tipos de estruturas.

### 3.1.1.2 Sistemas de rotulagem

Trata-se da descrição das categorias, opções e *links* que devem ajudar o usuário a encontrar facilmente o que procura. “*Labeling is a form of representation*” e “*the goal of a label is to communicate information efficiently*”<sup>43</sup> (ROSENFELD; MORVILLE, 2006, p. 82).

Para não haver confusão entre os sistemas de organização e rotulagem, os autores sugerem usar uma regra simples: primeiro o conteúdo é organizado em grupos, depois esses grupos são rotulados e cada grupo pode ser marcado de maneira diferente. De acordo com Rosenfeld e Morville (2006, p.83) os “rótulos mostram com clareza os sistemas de organização e de navegação de um site”.

Os rótulos podem ser apresentados em formatos de texto ou de ícones. Os textuais são subdivididos em: *links* contextuais, títulos, listas de opções e índices. O QUADRO 9 exemplifica os rótulos textuais:

RÓTULOS TEXTUAIS	ITENS A SEREM CONSIDERADOS
<i>Links</i> contextuais	<i>Hiperlinks</i> para informações em outro sítio ou para outro local na mesma página
Títulos	Descrevem o conteúdo
Listas de opções	Apresentam as opções de navegação. Deve conter descrição
Índices	Palavras-chaves, <i>tags</i> ou índices que representam o conteúdo para navegação

QUADRO 9 - RÓTULOS TEXTUAIS SEGUNDO ROSENFELD E MORVILLE  
 FONTE: ADAPTADO DE ROSENFELD E MORVILLE (2006)

Os rótulos icônicos são menos precisos e não informam tanto quanto os textuais. Dependem muito do contexto para serem compreendidos e, mesmo assim, podem gerar dúvidas aos usuários. Muitas vezes, vêm acompanhados de texto para facilitar o acesso à informação.

<sup>43</sup> Tradução livre: Rotulagem é uma forma de representação e o objetivo de um rótulo é comunicar informações de maneira eficiente.

### 3.1.1.3 Sistemas de navegação

Os sistemas de navegação ajudam na movimentação pelo conteúdo, como o menu de conteúdos mais acessados ou um guia de conteúdo em ordem alfabética. De acordo com Rosenfeld e Morville (2006), existem dois tipos de sistemas de navegação: incorporada e suplementar.

O sistema de navegação incorporada se divide em três:

- a) navegação global: que traz os principais conteúdos de um sítio;
- b) navegação local: que traz os assuntos secundários, de subseções de um sítio, a partir do conteúdo principal;
- c) navegação contextual: sugere *links* com assuntos relacionados ao conteúdo principal e contribuem para o aprendizado do usuário.

O sistema de navegação suplementar também inclui três itens:

- a) mapas de sítios: mostram uma visão geral do sítio;
- b) Índices: listam o conteúdo e permitem acesso direto, pode ser em ordem alfabética;
- c) guias: podem possibilitar tours pelo portal e ser apresentado, por exemplo, em formato de tutorial.

### 3.1.1.4 Sistemas de buscas

Os sistemas de busca permitem que o usuário busque o conteúdo que procura a partir de palavras-chave por meio de uma ferramenta de busca disponível no *website*.

Apesar de bastante comuns, Rosenfeld e Morville (2006) acreditam que é importa avaliar se um sítio realmente precisa de um sistema de busca, se há conteúdo suficiente, se a organização pode investir em um sistema satisfatório. Muitas vezes a ferramenta de busca é utilizada para disfarçar um péssimo sistema de navegação.

Um sistema de busca é interessante quando o sítio tem muita informação, mas a informação precisa estar bem organizada, por meio de metadados que

permitam a sua localização. As informações não podem estar divididas, em formatos diferentes e em diferentes departamentos de uma empresa. Elas precisam ser agrupadas.

Apesar dos conselhos, os autores explicam que os usuários esperam que o sítio tenha uma ferramenta de busca. Se a produção de conteúdo é constante, talvez seja interessante adotar um sistema que faça a indexação automática do conteúdo.

Os sistemas de busca podem parecer muito simples para o usuário, afinal para utilizá-lo basta entrar no sítio, digitar o que procura, ou um termo que possa levá-lo a uma resposta, e clicar em “buscar”. Mas existe, por trás dessa simples caixa em branco, uma complexa estrutura que envolve o trabalho do arquiteto da informação e do profissional de tecnologia da informação. A FIGURA 3 mostra a anatomia de um sistema de busca:

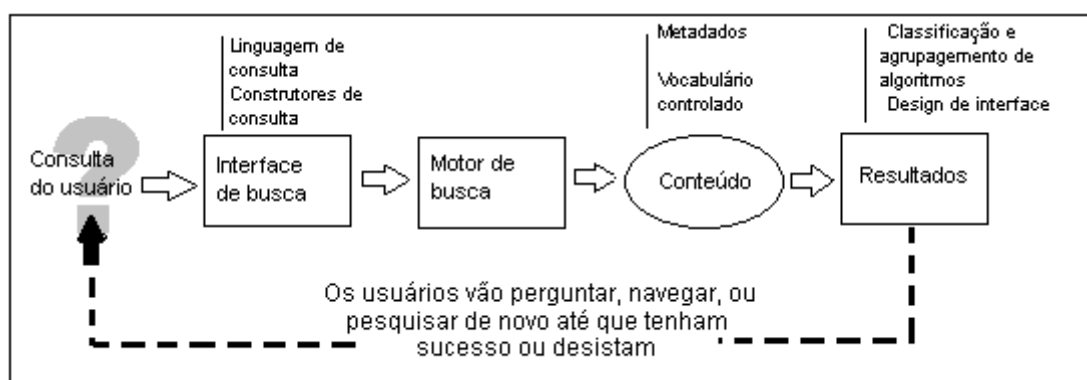


FIGURA 3 - ANATOMIA BÁSICA DE UM SISTEMA DE BUSCA SEGUNDO ROSENFELD E MORVILLE

FONTE: ADAPTADO DE ROSENFELD E MORVILLE (2006, p. 150)

### 3.1.2 ePING - Os padrões de interoperabilidade de governo eletrônico

A arquitetura ePING, Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, estabelece uma série de diretrizes, que deve ser seguida pelos órgãos e entidades que fazem parte do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), na utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no governo federal, sendo facultativo a outros Poderes da União e outras esferas de governo. A última versão da ePING foi publicada na Portaria nº 92, de 24 de



dezembro de 2014, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, ligada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A interoperabilidade, de acordo com o portal ePING, é a capacidade de vários sistemas e organizações de trabalharem em conjunto, permitindo a interação eficaz e eficiente entre pessoas, organizações e sistemas computacionais.

A existência de uma infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que se preste como o alicerce para a criação dos serviços de governo eletrônico é o pré-requisito para o fornecimento de melhores serviços à sociedade, a custos mais baixos. Um governo moderno e integrado exige sistemas igualmente modernos e integrados, interoperáveis, trabalhando de forma íntegra, segura e coerente em todo o setor público (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2015).

As cinco políticas gerais da ePING são: adoção preferencial de padrões abertos, uso de *software* público e/ou *software* livre, transparência, segurança, existência de suporte de mercado.

Em relação à transparência, a arquitetura ePING cita a LAI, que estabelece o acesso como regra e o sigilo como exceção e “reforça o uso da interoperabilidade na busca pela publicidade dos dados” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2015, p. 5).

O manual da Controladoria-Geral da União, que apresenta os requisitos para os portais da transparência dos municípios, destaca o Art. 8º, parágrafo 3º, incisos II e III da LAI, como referência para os sítios. Os incisos estabelecem que os portais deverão:

- II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina (BRASIL, 2011).

### 3.1.3 Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA)

Regulamentada pela Instrução Normativa da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, a Instrução Normativa nº 4, de 13 de abril de 2012, a INDA.

é um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto na e-PING. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos (BRASIL, 2015).

### 3.2 A ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL

Para Agner (2007), atualmente a sociedade precisa de organizações que auxiliem na compreensão das informações e na criação de novas formas de interpretar dados.

Em face da crise, não constitui surpresa o surgimento da nova profissão: a Arquitetura da Informação (AI). Trata-se de uma comunidade de profissionais e um novo campo do Design, diferente da Programação Visual porque busca focalizar a estrutura e não a funcionalidade ou o aspecto gráfico dos sites. Objetiva estrutura e categorizar os conteúdos para facilitar o encontro e o uso das informações (AGNER, 2007, p. 102).

A arquitetura da informação é um campo interdisciplinar e sua construção está baseada em uma raiz tripla: contexto, usuário e conteúdo. Um dos principais problemas dos portais da internet é que seus usuários têm dificuldade para encontrar o que procuram.

Nos sítios governamentais essa realidade não é diferente. De acordo com os estudos sobre transparência, já citados nesta pesquisa, percebe-se pouca preocupação com os três itens da raiz da AI. Desse modo, as necessidades dos cidadãos não são levadas em conta para a divulgação da informação, assim como o conteúdo, de difícil localização nos portais, incompletos e fragmentados.

### 3.3 USABILIDADE EM PORTAIS DA INTERNET

A usabilidade pode ser entendida como “a qualidade que caracteriza o uso de um sistema interativo” e “se refere à relação que se estabelece entre usuário,

tarefa, interface, equipamento e demais aspectos do ambiente no qual o usuário utilizado o sistema” (CYBIS; BETIOL; FAUST 2010, p. 24).

A ergonomia aplicada a portais da internet tem como objetivo “garantir que sistemas e dispositivos estejam adaptados à maneira como o usuário pensa, comporta-se e trabalha e, assim, proporcionem usabilidade” (CYBIS; BETIOL; FAUST, 2010, p. 17). Para os autores, “a ergonomia está na origem da usabilidade” (p. 16).

Jakob Nielsen, um dos maiores nomes da usabilidade, define o termo como um atributo que atesta quão fácil é usar uma interface. Usabilidade também pode ser definida como o método para melhorar o uso de uma interface, utilizado durante o processo de design. O autor estabelece cinco componentes de qualidade para a usabilidade:

*Learnability: How easy is it for users to accomplish basic tasks the first time they encounter the design?*

*Efficiency: Once users have learned the design, how quickly can they perform tasks?*

*Memorability: When users return to the design after a period of not using it, how easily can they reestablish proficiency?*

*Errors: How many errors do users make, how severe are these errors, and how easily can they recover from the errors?*

*Satisfaction: How pleasant is it to use the design?*(NIELSEN, 2012)<sup>44</sup>.

Nielsen (2012) propôs um conjunto de dez princípios para design de interação, elas foram chamadas por ele de heurísticas de usabilidade por sua amplitude e podem ser conferidas no QUADRO 10.

HEURISTICA	DESCRIÇÃO
Visibilidade do <i>status</i> do sistema	O sistema deve sempre manter os usuários informados sobre o que está acontecendo, através de <i>feedback</i> apropriado num prazo razoável.
Mapeamento entre o sistema e o mundo real	O sistema deve falar a linguagem dos usuários, com palavras, frases e conceitos familiares para o usuário, em vez de termos orientados ao sistema. Siga as convenções do mundo real, tornando as informações aparecem em uma ordem lógica e natural.

<sup>44</sup> Em tradução livre: Apreensibilidade: quão fácil é, para os usuários, realizar tarefas básicas na primeira vez que encontrar o design/projeto/site?

Eficiência: uma vez que os usuários aprenderam a concepção, quão rápido podem realizar tarefas?

Memorabilidade: quando os usuários voltam para o design/projeto/site, após um período sem usá-lo, quão facilmente pode se restabelecer proficiência?

Erros: quantos erros os usuários cometem, quão grave são esses erros, e quão facilmente se pode recuperar dos erros?

Satisfação: quão agradável é usar o design/projeto/site?

HEURÍSTICA	DESCRIÇÃO
Liberdade e controle do usuário	Usuários costumam escolher as funções do sistema por engano e vão precisar de uma "saída de emergência" claramente definida para deixar o estado indesejado sem ter que passar por um longo diálogo. Suporte desfazer e refazer.
Consistência e padrões	Os usuários não deveriam ter que se perguntar se diferentes palavras, situações ou ações significam a mesma coisa. Siga as convenções de plataforma.
Prevenção de erros	Ainda melhor do que boas mensagens de erro é um projeto cuidadoso que, em primeiro lugar, impeça que um problema ocorra. Ou eliminar as condições passíveis de erros ou buscar por eles e apresentar aos usuários uma opção de confirmação antes que eles completem a ação.
Reconhecimento ao invés de recordação	Minimizar a carga de memória do usuário, fazendo objetos, ações e opções visíveis. O usuário não deve ter que se lembrar de informações a partir de uma parte do diálogo para outro. As instruções para utilização do sistema devem estar visíveis ou facilmente recuperáveis sempre que necessário.
Flexibilidade e eficiência de uso	Aceleradores - invisíveis pelo usuário iniciante - podem frequentemente acelerar a interação para o usuário experiente de modo a que o sistema possa atender a ambos os usuários, inexperientes e experientes. Permitir que usuários adequem as ações frequentes.
Design estético e minimalista	Diálogos não devem conter informações irrelevantes ou raramente necessárias. Cada unidade extra de informação em um diálogo compete com as unidades de informação relevantes e diminui a sua visibilidade relativa.
Suporte aos usuários para reconhecer, diagnosticar e recuperar erros	Mensagens de erro devem ser expressas em linguagem simples (sem códigos), indicar com precisão o problema e sugerir uma solução construtiva.
Ajuda e documentação	Mesmo que seja melhor que o sistema possa ser usado sem documentação, pode ser necessário para fornecer ajuda e documentação. Qualquer informação deve ser fácil de pesquisar, focada na tarefa do usuário, com uma lista de passos concretos a realizar, não muito extensa.

QUADRO 10 - HEURÍSTICAS DE USABILIDADE DE NIELSEN  
 FONTE: ADAPTADO DE NIELSEN (2005)

Orientações sobre usabilidade são fornecidas pelo padrão internacional ISO 9241-11, que caracteriza a usabilidade por níveis de eficácia, eficiência e satisfação do usuário durante o uso de um produto ou sistema. Cybis, Betiol e Faust (2010, p.202) especifica os três níveis

Eficácia – a capacidade que os sistemas conferem a diferentes tipos de usuários para alcançar seus objetivos em número e com a qualidade necessária.

Eficiência – a quantidade de recursos (por exemplo, tempo, esforço físico e cognitivo) que os sistemas solicitam aos usuários para a obtenção de seus objetivos com o sistema.

Satisfação – a emoção que os sistemas proporcionam aos usuários em face dos resultados obtidos e dos recursos necessários para alcançar tais objetivos.

O livro *Não me faça pensar!*, de Steve Krug, também é uma referência sobre usabilidade para a *web*. A principal regra para o autor é justamente que os sítios na internet não devem fazer o usuário pensar ou se questionar, mas apresentar prontamente as respostas para o que procura, com facilidade.

Usabilidade significa na verdade assegurar-se de que algo funcione bem: que uma pessoa com habilidade e experiência comuns (ou até menos) possa usar algo – seja um *Web site*, um caça a jato ou uma porta giratória – para seu propósito desejado sem ficar frustrada com isso (KRUG, 2006, p. 5).

Para Krug (2006) uma página da *web* deve ser evidente e auto-explicativa, ou seja, o usuário deve ser capaz de entendê-la e identificar o que ela é e como usá-la. Quando um sítio atende o pré-requisito básico de Krug, o usuário pensa: aqui está o que eu quero. Mas quando não atende, o usuário se questiona: por onde começar? Posso clicar aqui? Será que o que eu quero está aqui ou ali?

Uma das dicas básicas do autor é usar sempre o óbvio e botões que sejam facilmente identificados como tais. Evitar distrações com nomes complicados, que deixam o usuário em dúvida se aquilo é o que realmente procura. Ou seja, ao projetar um sítio é preciso se antecipar e eliminar às perguntas da cabeça do usuário, mesmo que elas durem um milésimo de segundo.

Como nem sempre é possível deixar tudo evidente, Krug (2006) sugere que algumas regrinhas sejam seguidas: pouco texto, os nomes bem escolhidos, aparência agradável e organização da página devem trabalhar juntos para que haja um reconhecimento instantâneo por parte do usuário.

Para entender melhor como os usuários utilizam a internet, o autor lista três fatos:

- a) Os usuários não lêem a página, apenas dão uma olhada;
- b) Os usuários não fazem as escolhas ideais, fazem o suficiente. Por isso o botão voltar do navegador é um dos recursos mais utilizados. Quando o usuário não encontra o que quer na sua primeira escolha, volta para tentar novamente;
- c) Os usuários não descobrem como as coisas funcionam, apenas querem atingir seu objetivo. Para as pessoas não interessa sempre entender como as coisas funcionam, desde que possam usá-las.

Como os usuários passam muito rápido pelo sítio, ele deve ser pensado para que sejam olhados e não lidos. Krug (2006) sugere considerar cinco itens importantes para que o usuário veja e compreenda o sítio o máximo possível:

- 1) Crie uma hierarquia visual clara em cada página
- 2) Tire proveito das convenções
- 3) Divida as páginas em áreas claramente definidas
- 4) Deixe óbvio o que pode ser clicado
- 5) Minimize a confusão (KRUG, 2006, p.31)

Alguns profissionais, que trabalham com projetos de sítios e usabilidade, pesquisaram quantos cliques o usuário deve dar para obter o que quer sem frustração. A partir disso, alguns sítios criaram regras para que sejam necessários de três a cinco cliques para se chegar a qualquer página. Mas Krug acredita que o mais importante é entender a dificuldade em cada clique, ou seja, quanto o usuário precisou pensar para chegar onde queria e cumprir seu objetivo.

Uma das leis de Krug (2006, p.45) é omitir palavras: “Livre-se da metade das palavras de cada página e depois de metade das que restarem”. Dessa maneira, a página tem menor chance de ser confusa, o conteúdo útil ganha mais destaque e a página fica menor, sem necessidade de barra de rolagem.

Como já foi dito anteriormente, quando entra em um sítio, o usuário está à procura de alguma coisa. Para encontrá-la, ele pode optar por perguntar, por meio da ferramenta de busca, ou procurar primeiro, através da navegação pelos *links* e pela hierarquia da página. Se não encontra o que procura, pode ir embora frustrado. A FIGURA 4 mostra o processo de navegação em um *website*.

Nesse processo, as páginas iniciais têm papel de destaque por serem um marco, podendo ser comparadas a locais físicos, de onde o usuário pode recomeçar se não tiver sucesso na primeira busca.

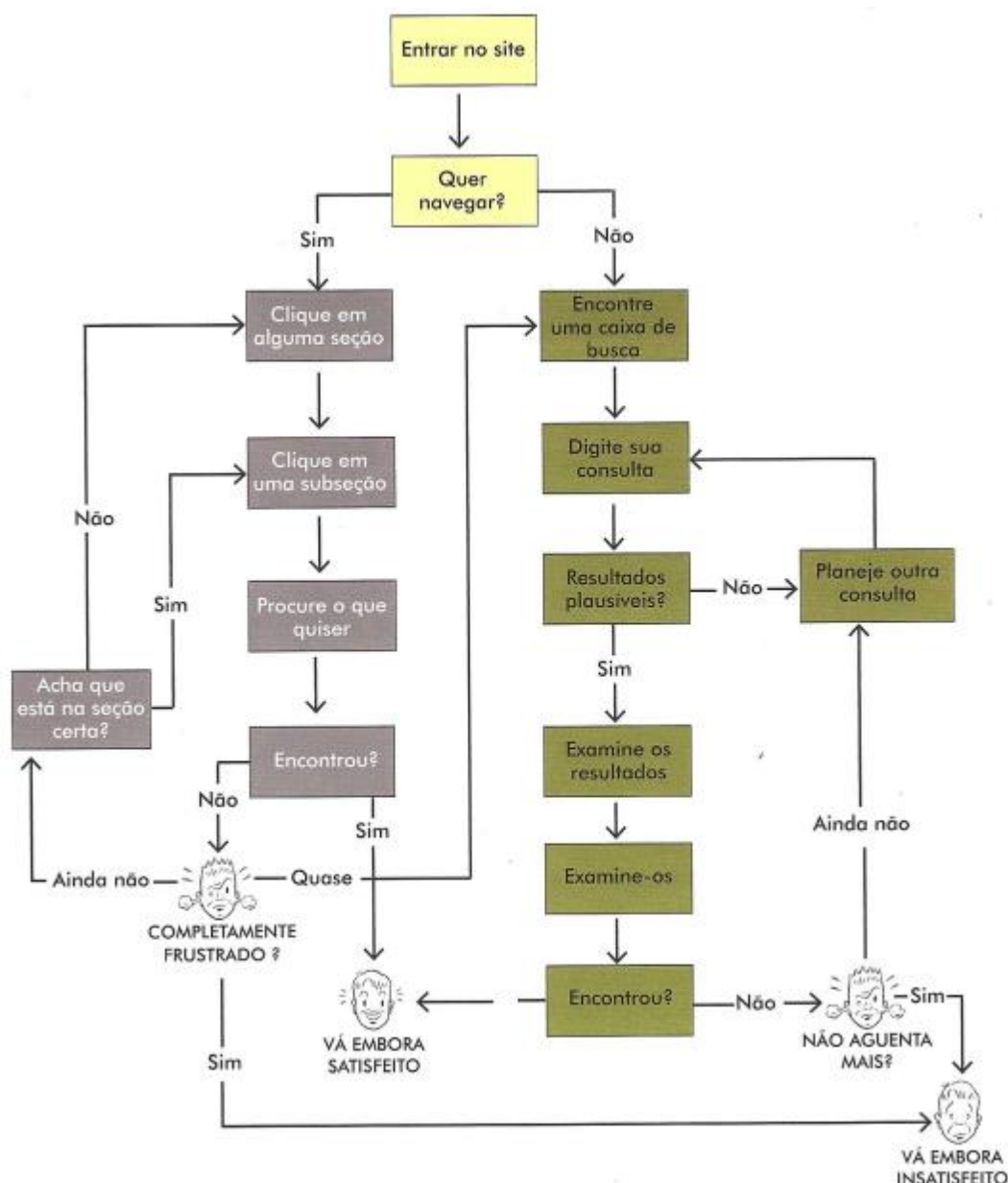


FIGURA 4 - PROCESSO DE NAVEGAÇÃO EM UM *WEBSITE*  
 FONTE: KRUG (2006, p. 56)

Os objetivos da navegação, de acordo com Krug (2006, p. 59) são auxiliar o usuário a encontrar algo e informar onde ele está. Ela revela o sítio por meio da hierarquia, informando como usar o sítio.

As convenções de navegação na internet têm muitos elementos de veículos impressos, como jornais e revistas: Identificação do sítio, seções (indicando onde o usuário está), utilitários e subseções. Uma navegação estável deve contar com cinco elementos em todas as suas páginas: identificação do sítio (por logomarca), uma forma de voltar à página inicial, uma forma de pesquisar, utilitários e seções.

Todas as páginas precisam de um nome para identificar a seção. Esse nome deve estar abaixo da identificação da página, respeitando a hierarquia e englobando o conteúdo único daquela seção. Este nome precisa ser igual àquele que o usuário clicou.

Além disso, o usuário precisa de indicações para saber onde está. Esta função deve ser nomeada de “Você está aqui” (o óbvio) e mostrar onde o usuário está dentro do sistema geral do sítio.

Como exercício, Krug (2006) sugere um teste para identificação de todos estes itens em um sítio. Basta imprimir uma página da internet qualquer, segurá-la à distância de um braço, incliná-la e, o mais rápido possível, tentar encontrar os itens abaixo, sendo que nem todos serão encontrados em todas as páginas avaliadas. A FIGURA 5 mostra uma avaliação feita pelo autor.

- 1) Identificação do sítio
- 2) O nome da página
- 3) As seções e subseções
- 4) A navegação local
- 5) Indicador(es) “Você está aqui”
- 6) A pesquisa (KRUG, 2006, p. 86).



Você está aqui

**O QUE ESTÁ ERRADO NESTA FIGURA?**

Não muito. Você teve dificuldade para encontrar algo?

Não tenho críticas.

**< MINHA VERSÃO**

Não há quase nada a ser melhorado aqui.

Refiz a pesquisa. (Não sei por que eles usaram "Digite palavras-chave" aqui quando usam apenas uma simples "Busca" em quase todos os outros lugares do site.)

Se você for colocar escopo em uma pesquisa, vale a pena acrescentar a palavra "for" (por) de modo que se leia uma sentença "Search \_\_\_\_ for \_\_\_\_" (Buscar \_\_\_\_ por \_\_\_\_).

Também deixei o nome da página um pouco mais proeminente para auxiliar a tornar mais clara a divisão entre os espaços do conteúdo e da navegação.

FIGURA 5 - TESTE BÁSICO DE USABILIDADE  
 FONTE: KRUG (2006, p. 93)

### 3.4 A USABILIDADE DE ACORDO COM A LEI DA TRANSPARÊNCIA

Sobre a forma de apresentação dos dados exigidos pela Lei Complementar 131/09, que alterou a LRF no que diz respeito à transparência pública, o Portal da Transparência do governo federal diz que

A LC 131 determina o prazo de atualização e o conteúdo mínimo de informações sobre receita e despesa que devem ser divulgadas na internet. No entanto, boas práticas de promoção da transparência provam desejáveis a consideração de critérios de boa usabilidade, apresentação didática dos dados e em linguagem cidadã, possibilidade de *download* do banco de dados e canal de interação com os usuários. (BRASIL, 2015).

#### 3.4.1 Padrões *Web* em Governo Eletrônico - Cartilha de usabilidade

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), lançou, em 2010, a Cartilha de Usabilidade para sítios do Governo Federal. O objetivo do documento é descrever a usabilidade e fornecer recomendações para os sítios do governo federal, que devem ser de fácil uso pelos cidadãos.

De acordo com a cartilha, a usabilidade visa facilitar o acesso e a troca de informações, possibilitando que o usuário encontre a informação que precisa, do modo esperado. Os principais objetivos da usabilidade são:

- a) facilidade de uso;
- b) facilidade de aprendizado;
- c) facilidade de memorização de tarefas;
- d) produtividade na execução de tarefas;
- e) prevenção, visando a redução de erros;
- f) satisfação do indivíduo. (BRASIL, 2010, p. 6)

O ponto de partida é o usuário, no caso dos portais governamentais o cidadão em busca de um serviço ou informação, e a interface o sítio, que é o meio pelo qual cidadão e governo interagem. Como a internet possibilita o acesso a qualquer pessoa, independente de níveis de escolaridade, de conhecimento de computação, idade, entre outros, é preciso levar em consideração como as pessoas utilizam os sítios.

A cartilha estabelece sete diretrizes que devem ser seguidas pelos portais do governo federal. O foco deve ser sempre o cidadão. São elas:

- a) contexto e navegação: Como a internet não é linear e as informações seguem diferentes fluxos, é importante que o sítio tenha uma identidade presente em todas as páginas. Dessa forma, mesmo que o usuário chegue até ela por um sítio de buscas, por exemplo, saberá em que sítio está, onde encontrar a informação que precisa. Ao todo, essa diretriz apresenta 14 recomendações, sendo algumas: página inicial clara, ferramenta de busca em todas as páginas, opção de busca avançada, estrutura lógica e fácil, informação estrutura de maneira lógica e intuitiva, entre outras;
- b) carga de informação: é a soma de todos os elementos de um sítio como fonte, figuras, cores, textos, etc. Para facilitar o acesso sugere-se reduzir a carga de informação. Essa diretriz possui nove recomendações, entre as quais: oferecer a opção de baixar documentos para textos extensos, evitar rolagem vertical e horizontal da tela, o número de filtros deve ser reduzido, utilizando apenas os necessários, solicite apenas dados necessários.
- c) autonomia: o usuário deve ter autonomia no sítio, que não deve alterar funcionalidades do navegador para se adequar ao seu conteúdo. Essa diretriz possui nove recomendações, como: manter o botão voltar do navegador, não possuir pré-requisitos como compatibilidade e resolução, as páginas do governo devem funcionar em qualquer computador, permitir a cópia de trechos de documentos;
- d) erros: O cidadão precisa ser informado se cometer erros ao usar um serviço no portal governamental. Falhas e indisponibilidade dos sítios devem ser divulgadas e esclarecidas. Neste item são sete recomendações, entre as quais: permitir que o cidadão refaça uma operação, nas buscas, sugerir termos parecidos ao informado pelo usuário, avisar sobre indisponibilidades;
- e) desenho: O design ou programação visual do sítio deve auxiliar o usuário na busca de informações, garantir a facilidade de navegação e a clareza e objetividade do portal. Esta diretriz possui 13 recomendações, entre elas: usar um projeto padrão para as páginas, áreas de informação agrupadas e hierarquizadas de forma clara, fundos neutros, espaços em

branco para separar conteúdos, o design deve estar a serviço da informação e não o contrário;

- f) redação: o texto deve ser objetivo e acessível ao cidadão, que usa o sítio em busca de informações e serviços. Este item possui nove recomendações e algumas serão descritas a seguir: linguagem clara e familiar, acessível a qualquer cidadão, texto objetivo, conteúdo dividido em tópicos, títulos informativos e com destaque visual, evitar caixa alta, utilizar a gramática corretamente;
- g) consistência e familiaridade: o cidadão deve sentir bem no sítio, com familiaridade ao conteúdo e formato. São seis recomendações, como: elementos convencionais em outros sítios como ferramenta de busca no canto superior direito, botões com formatos de botões; facilitar a navegação no sítio, o planejamento deve ser feito de acordo com as informações que o cidadão vai procurar no portal.

A cartilha também sugere avaliação de usabilidade durante o desenvolvimento do projeto e após sua conclusão para possíveis atualizações. O objetivo é evitar correções tardias. A avaliação busca responder alguns questionamentos básicos:

As pessoas identificam o objetivo do sítio?  
 Conseguem encontrar os principais serviços e informações?  
 A navegação e a estrutura do sítio são claras e fazem sentido?  
 Os serviços oferecidos são fáceis de serem realizados?  
 Os formulários são fáceis de serem preenchidos?  
 Os objetivos do órgão com relação ao sítio estão sendo alcançados?  
 Existe algum descompasso entre o que o órgão pretende e o que os cidadãos esperam do sítio?  
 Os cidadãos recorrem muito ao botão “voltar” do navegador?  
 As pessoas se perdem facilmente no sítio? (BRASIL, 2010, p. 30).

O portal do governo, de acordo com a cartilha, deve ser “fácil de aprender, simples, direta e amigável” (BRASIL, 2010, p. 7) pois assim o cidadão vai usá-lo.

### 3.4.2 eMAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico

O eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico é formado por um conjunto de recomendações que devem ser aplicadas aos sítios do governo eletrônico brasileiro, permitindo que sejam acessíveis a qualquer pessoa, mesmo as portadoras de algum tipo de deficiência. A primeira versão do modelo foi lançada em 2003 e, a última, a 3.1, em abril de 2014. As recomendações são divididas em seis itens, detalhadas no documento: Marcação, Comportamento, Conteúdo/Informação, Apresentação/Design, Multimídia e Formulário.

## 4 A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO COMO FATORES ESTRATÉGICOS PARA A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Neste capítulo serão apresentados os conceitos de Gestão da Informação e de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). A partir da explanação dos conceitos, será realizada uma discussão para a compreensão da importância das duas áreas para a efetivação da transparência pública.

### 4.1 A GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Antes de apresentar os conceitos de Gestão da Informação, considera-se relevante elucidar o conceito de informação, com breve contextualização histórica de seu papel nas organizações e na sociedade.

#### 4.1.1 O conceito de informação

Hoje vivemos na chamada ‘era da informação’, precedida pela ‘era da agricultura’ e pela ‘era industrial’. *“In the information age, information and knowledge are critical to organizational success and information becomes a key strategic resource also”*<sup>45</sup> (CHAFFEY; WOOD, 2005).

A informação faz-se, hoje, matéria-prima indispensável para qualquer atividade humana. Mas qual o conceito de informação? Para McGee e Prussak (1994, p.24), “informação são dados coletados, organizados, ordenados, aos quais são atribuídos significados e contexto”.

Utilizando os conceitos de Chaffey e Wood (2005, p. 21):

---

<sup>45</sup> Em tradução livre: Na era da informação, informação e conhecimento são críticos para o sucesso organizacional e a informação torna-se, também, um recurso estratégico.

- a) Dados: são fatos sobre eventos ocorridos em uma organização;
- b) Informação: são dados organizados, colocados em um contexto e que possuem significado relevante para a tomada de decisões em uma organização;
- c) Conhecimento: o que é gerado depois do uso da informação para uma ação ou processo na organização.

#### 4.1.2 O conceito de Gestão da Informação

Dada a importância da informação para as organizações e para a sociedade, e o grande volume de informações que existe hoje - e que aumenta a cada segundo - a gestão da informação torna-se indispensável e enfrenta alguns desafios: como encontrar informação relevante; como as organizações podem produzir e ter fácil acesso às informações relevantes para a tomada de decisão; como garantir a questão legal do uso de informações de clientes e empregados; como garantir a segurança das informações e como as informações podem ajudar as organizações a alcançar seus objetivos (CHAFFEY; WOOD, 2005).

Neste estudo, vamos utilizar o conceito de Gestão da Informação de Chaffey e Wood (2005). Para os autores, a informação é o elemento mais importante, e a gestão deste elemento utiliza a Tecnologia da Informação como ferramenta para sua implementação.

Os autores consideram que o conceito de 'gestão da informação' é o mesmo que 'gestão da informação de negócios', que eles definem como:

*The process of managing information as a strategic resource for improving organizational performance. This process involves developing strategies and introducing systems and controls to improve information quality to deliver value*(CHAFFEY; WOOD, 2005, p. 20).<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Em tradução livre: O processo de gestão da informação é um recurso estratégico para melhorar o desempenho organizacional. Este processo envolve o desenvolvimento de estratégias e introdução de sistemas e controles para melhorar a qualidade da informação agregando valor a ela.

Para os autores, a gestão da informação é formada por três conceitos base: recursos informacionais, recursos tecnológicos e recursos humanos. A FIGURA 6 mostra a composição de cada um desses recursos.

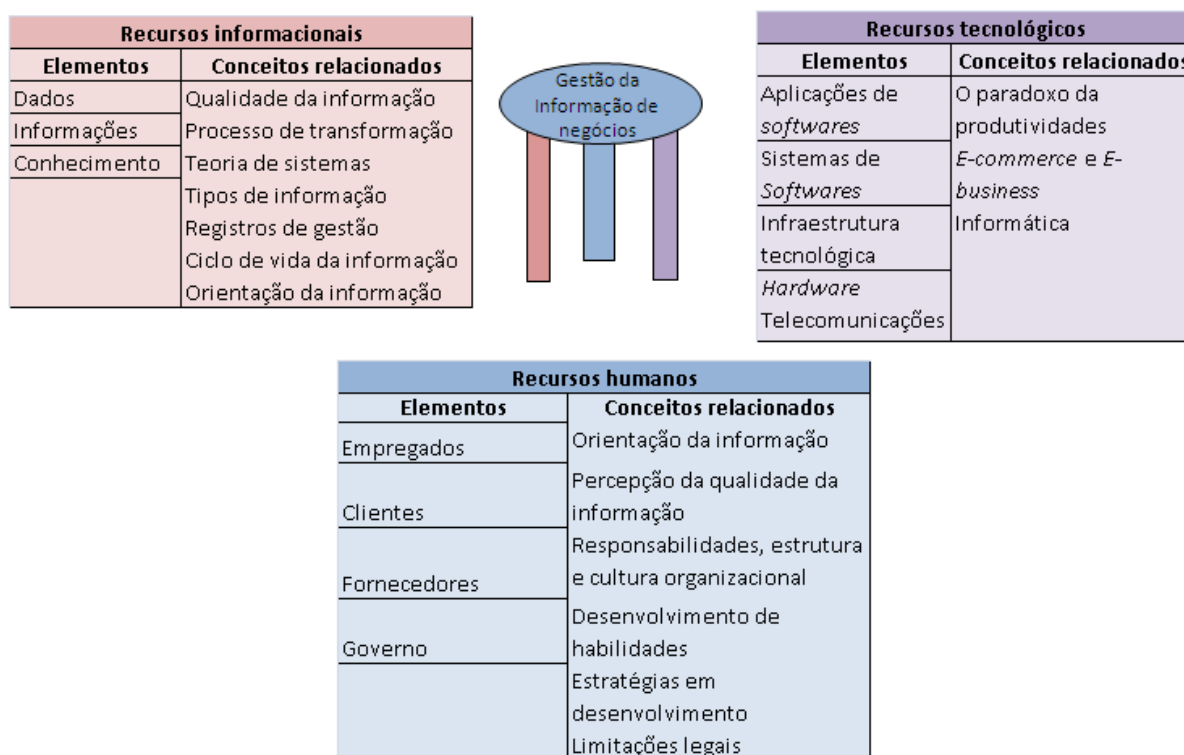


FIGURA 6 - AS TRÊS BASES DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE NEGÓCIOS (INFORMAÇÃO, PESSOAS E RECURSOS TECNOLÓGICOS)  
 FONTE: ADAPTADO DE CHAFFEY E WOOD (2005, p. 19)

Marchand *et al.* (2002) acreditam que a interação entre pessoas, informação e tecnologia estabelece uma orientação dentro de uma empresa e afeta a performance dos negócios. Segundo os autores, as práticas de Gestão da Informação fazem parte de uma das três capacidades de informação vital de uma organização, descritas abaixo:

- Práticas de tecnologia da informação (TI): voltada à tecnologia da informação, aplicações e infraestrutura de apoio aos negócios;
- Práticas de gestão da informação: gerenciamento eficaz da informação incluindo detecção, coleta, organização, processamento e manutenção da informação;
- Comportamento/valor da informação: a capacidade de a organização promover comportamentos e valores nas pessoas ligadas a ela usando a informação.



A partir dessas três capacidades os autores criam o conceito ou métrica chamada de Orientação por Informação. *“Information Orientation measures the extent to which senior managers perceive that their organizations possess the capabilities associated with effective information use to improve business performance”*<sup>47</sup> (MARCHAND *et al.*, 2002, p. 1)

Após uma revisão sobre o histórico de interação entre as escolas da TI, da gestão da informação e de comportamento e controle, os autores concluem que os profissionais das três áreas não se preocuparam em encontrar conexões entre elas que pudessem impactar no desempenho dos negócios.

Eles acreditam que uma Orientação por Informações pode ajudar gestores e membros de organizações a medir e construir capacidades de negócios e comportamentos para usar as informações de maneira eficaz contribuindo no avanço dos negócios (MARCHAND *et al.*, 2002. p. 48).

Percebe-se que os conceitos supracitados não são excludentes e sim complementares. Chaffey e Wood (2005), inclusive, detalham o conceito de Orientação por Informações em um dos capítulos de seu livro. A Gestão da Informação trata-se, portanto, da interação eficaz entre os recursos humanos, tecnológicos e informacionais de uma organização. É considerada uma estratégia para a organização, pois essa interação eficaz leva à produção de informação de qualidade que pode ser usada conscientemente na tomada de decisões e no alcance dos objetivos organizacionais.

#### 4.1.2.1 A qualidade da informação

A qualidade da informação determina a efetividade da gestão da informação em uma organização. Acredita-se que, para ser relevante, uma informação precisa apoiar na tomada de decisões.

---

<sup>47</sup> Em tradução livre: Orientação por informações mede como os gerentes seniores percebem que suas organizações possuem as capacidades associadas ao uso da informação eficaz para melhorar o desempenho dos negócios.

*In the context of information quality, 'fitness for purpose' means how well it supports the tasks performed by individuals and the decisions they take. If information quality is poor then tasks will be performed inefficiently, erroneous decisions will be made, or, perhaps worse, information will not be trusted and no decisions will be made.*(CHAFFEY; WOOD, 2005, p. 23)<sup>48</sup>

Chaffey e Wood (2005, p. 23) consideram os principais atributos da informação de qualidade: a relevância, a acurácia, a oportunidade e a forma. A acurácia se refere à precisão da informação, ela não pode estar duplicada em diferentes partes da organização, precisa ser confiável, real. Oportunidade trata do tempo entre a coleta e o processamento da informação, que deve ser minimizado. Por fim, a informação precisa ser apresentada de uma forma que seja facilmente visualizada. Essa forma pode variar dependendo da informação, em alguns casos fica melhor em planilhas, em outros em gráficos ou mapas.

## 4.2 AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Com o grande volume de dados produzido no mundo diariamente, a partir das novas tecnologias, surge a necessidade de visualização desses dados, de modo que possam fazer sentido e agregar valor a uma organização ou à própria sociedade. As novas tecnologias da informação e da comunicação fazem esse processo de transformação de dados em informações mais rápido e ágil.

A tecnologia da informação alterou o mundo dos negócios de forma irreversível. Desde que a tecnologia da informação foi introduzida sistematicamente em meados da década de 50, a forma pela qual as organizações operam, o modelo de seus produtos e a comercialização desses produtos mudaram radicalmente. Cada vez com mais frequência, os próprios produtos são estruturados incorporando facilidade da tecnologia da informação (MCGEE; PRUSAK, 1994, p. 5).

---

<sup>48</sup> Em tradução livre: No contexto da qualidade da informação, 'adequação à finalidade' significa o quão bem apoia as tarefas realizadas pelos indivíduos e as decisões que tomam. Se a qualidade de informação é pobre, então as tarefas serão executadas de forma ineficiente, decisões erradas serão tomadas, ou, talvez pior, a informação não será confiável e nenhuma decisão será tomada.

A grande quantidade de dados produzidos diariamente impede uma manipulação manual das informações, por isso as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) são tão essenciais para a gestão da informação.

A terminologia TIC envolve a obtenção (pesquisar), o armazenamento (salvar), o processamento (interagir, modificar) e a divulgação (publicar) da informação por meios eletrônicos e digitais, como rádio, televisão, telefone e computadores, entre outros. É resultado da junção das tecnologias de informação, da informática e das tecnologias da comunicação, relativas às telecomunicações e mídia eletrônica (FERNANDES, 2012, p. 09).

Para Chaffey e Wood (2005), as TICs englobam os *softwares*, os equipamentos eletrônicos e computadores e as redes usadas para criar sistemas da informação.

As TICs fazem parte de uma das bases da gestão da informação, conforme exemplificado na subseção anterior. Considerou-se relevante esclarecer melhor o seu conceito, pois as tecnologias da informação e da comunicação, por meio da internet, estão diretamente ligadas à divulgação das informações públicas por meio dos portais da transparência e, é por computadores, celulares e outros aparelhos eletrônicos, que os cidadãos têm acesso a essas informações.

#### 4.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TICs PARA A EFETIVAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Nesta subseção, serão discutidas as contribuições que a gestão da informação e as tecnologias da informação podem trazer para a gestão pública, mais especificamente no campo da transparência pública, tema que já foi abordado no CAPÍTULO 2.

Na administração pública, assim como em organizações privadas, a informação tem papel de muito valor na atualidade, tanto para a tomada de decisão por parte do gestor como para oferecer informações aos cidadãos.

Um exemplo simples sobre o uso da informação para tomada de decisão pode ser a construção de uma nova creche em um município. Para que a prefeitura determine em que bairro a nova creche deve ser construída, precisa ter informações

sobre a população de crianças com idade para frequentá-las, em cada um dos bairros da cidade. Depois é preciso saber quantas crianças estão fora da creche, ou em uma fila de espera por vagas, bairro a bairro. Essas informações, se apuradas com qualidade, possibilitarão a construção da creche em um bairro onde muitas crianças estão sem vagas. Uma decisão baseada em informações de qualidade leva a uma aplicação correta do dinheiro público, atendendo às necessidades dos cidadãos.

Em relação à transparência pública, vale destacar que a própria Lei de Acesso à Informação menciona o uso de tecnologias da informação. No Art. 3º, são mencionadas as diretrizes para garantir o direito de acesso à informação em conformidade com os princípios básicos da administração pública.

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;**
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública. (BRASIL, 2011, grifo nosso)

A gestão da informação e as TICs são indispensáveis para que a sociedade tenha acesso às informações sobre a gestão pública, e fazem parte do processo de transformação dos dados em conteúdo significativo e representativo para os cidadãos, permitindo a avaliação do desempenho da administração da aplicação do dinheiro público (AGUILAR, 2012).

Estudiosos já analisaram especificamente as relações entre as TICs e a transparência e entre a Gestão da Informação e a transparência. Alguns desses estudos serão brevemente descritos abaixo como forma de contextualização.

Ao analisar os laços entre gestão da informação e transparência administrativa, Jardim (1995) apresentou um histórico do desenvolvimento da gestão da informação no âmbito da gestão pública. Ele parte da gestão de documentos na década de 50 nos Estados Unidos e Canadá, sob a perspectiva de que políticas arquivísticas contemplariam todo o ciclo da informação. A difusão de novas tecnologias da informação “produzem novos paradigmas de organização, processo decisório, poder central e local e acesso à informação pelo cidadão” (JARDIM, 1995,

p. 143). Mesmo gerando benefícios, a gestão de documentos criou alguns problemas e nos anos 70 foi criada a Gestão de Recursos Informativos (GRI), então definida como

[...] o planejamento, gerenciamento, previsão orçamentária, organização, direcionamento, treinamento e controle associados com a informação governamental. O termo abrange tanto a informação propriamente dita, quanto recursos relacionados, tais como pessoal, recursos financeiros e tecnologia (CRONIN, 1990 *apud* JARDIM, 1995, p. 143).

Nos anos 80 surgem as práticas de GRI, com a inclusão de sistemas de informação. Para o autor, “o Estado moderno configura-se como uma das maiores e mais importantes fontes de informação” (1995, P. 137) e as práticas de gestão da informação são mais encontradas em Estados democráticos.

Jardim (1995) afirma que, levando-se em conta o direito à informação, o Estado deveria comunicar suas atividades e o impacto produzido por elas, assegurando o livre acesso a essas informações. Segundo o autor, as tecnologias da informação alteram a todo o momento a questão da organização do Estado, o registro da informação e o processo decisório na gestão pública. Ao mesmo tempo em que esse fator aumenta a possibilidade de visibilidade das informações, aumenta também a de invisibilidade, criando um desafio para a sociedade no controle do Estado, e não o contrário.

Em outro estudo, Marcondes e Jardim (2003) analisaram, por dois anos, o impacto do Governo Eletrônico da administração federal do Brasil e concluíram que um dos obstáculos à consolidação do governo eletrônico é a deficiência na gestão das informações governamentais.

A infra-estrutura informacional da Administração Federal, disponibilizada na Internet, apesar dos avanços nos últimos quatro anos, ainda mostra-se insuficiente no que se refere às condições de acesso à informação e serviços governamentais e ampliação da qualidade desses serviços, de modo a garantir maiores oportunidades de participação social no processo democrático (MARCONDES; JARDIM, 2003).

Além disso, a sociedade não foi levada em conta na arquitetura do Governo Eletrônico, o que, na visão dos autores, compromete as políticas públicas de informação governamental e, conseqüentemente, o potencial de mediação democrática entre estado e governo, o que o governo eletrônico poderia proporcionar.

As políticas e a gestão da informação pública de Salvador foram discutidas no estudo de Jambreiro *et al.* (2007). A pesquisa incluiu levantamento e análise da legislação do município e a identificação e qualificação dos órgãos e pessoas responsáveis pela produção e divulgação de informações públicas em três secretarias. Revelou-se que não existiam políticas de informação públicas consistentes, assim como não existia um órgão responsável por elaborar essas políticas. A secretaria municipal de administração é a responsável por ocupar esse espaço vazio, gerenciando as informações pelo Núcleo de Gestão da Informação e pela Coordenadoria Central de Desenvolvimento da Administração Municipal. Os autores ressaltam a importância de políticas de informação apoiadas em estruturas organizacionais, além da legislação e de regulamentos.

Com elas o poder público encontra um novo papel, o de gerir a informação dentro dos parâmetros estabelecidos pelo exercício da democracia e da cidadania. Melhor informados, os cidadãos adquirem condições de participar ativamente das decisões de governo, enriquecendo assim os processos de gestão do interesse público (JAMBEIRO *et al.*, 2007, p. 111).

Campos *et al.* (2012) se dispuseram a compreender como o governo do Estado de Goiás trabalha para fomentar a transparência pública, por meio da divulgação eletrônica de suas ações, com base na Lei da Transparência. Os canais e fluxos de informação do Portal Transparência Goiás foram avaliados e os pesquisadores identificaram falhas no processo de divulgação das informações.

Durante o estudo, foram feitas entrevistas com a equipe responsável pelo Portal Transparência Goiás, pesquisa bibliográfica e documental na legislação e uma visita à equipe do Portal Transparência Brasil, Na Controladoria Geral da União.

Na avaliação foram levados em conta itens como: equipe, caminho da informação, quem decide e como se decide, a dificuldade de interação entre departamentos (a falta de costume de compartilhar informações), informações que deveriam ser acrescentadas no portal (o acompanhamento de obras públicas foi citado), o formato e a linguagem da informação que ainda é muito técnica, o objetivo do portal, a participação do cidadão, a estrutura do portal e a transparência.

Os autores concluíram que, apesar da legislação, o cidadão ainda não tem controle sobre as ações governamentais.

O direito de conhecer as contas públicas foi adquirido. Os problemas são falta de divulgação desse instrumento de controle social, dificuldade de acesso e de compreensão, pois as informações não estão na linguagem do cidadão comum.(CAMPOS *et al.*, 2012, p. 443).

Em relação ao acesso às informações pela equipe responsável pelo portal, ficou constatado que é demorado e sem garantias. Existe resistência, desinteresse e pouca interação entre os outros setores. Para os autores, a transparência não pode ser responsabilidade de poucos gestores, mas uma política organizacional, cujo sucesso depende da gestão da informação e das tecnologias da informação, que podem contribuir para melhoria da transparência pública.

Cerrillo-i-Martínez (2012) pesquisou a contribuição das TICs para a melhoria da transparência pública. De acordo com o autor, elas incidem sobre os diferentes mecanismos que possibilitam a transparência pública: sujeitos, objetos, meios e finalidades. O sujeito, no caso, é o cidadão que têm a sua disposição a transparência administrativa. Com a evolução das TICs, o próprio cidadão pode contribuir para melhorar e difundir as informações da administração pública. O autor conclui que as TICs têm papel importante no fomento à transparência administrativa, aumentando os canais de divulgação da informação e o número de sujeitos que podem ter acesso a essas informações e ajudar a disseminá-las.

A fiscalização do poder público pela população só é possível com transparência, que, por sua vez, exige informações:

[...] dotadas de atributos e sentidos que possam valorá-las perante a sociedade. Se as informações são claras, úteis, tempestivas, significativas e relevantes ao seu usuário, torna-se possível praticar controles, adicionando ingredientes necessários ao estabelecimento do estado democrático. (AGUILAR, 2012, p. 394).

A prestação de contas à sociedade é um dos propósitos da informação no âmbito da administração pública. Mas, conforme afirma Aguilar (2012, p.227), “para que produzam o efeito desejado, elas devem ser dotadas de atributos que as tornem significativas e representativas para seus usuários”.

Por facilitar o acesso à informação, a internet, uma tecnologia da informação e da comunicação, pode ser um instrumento de fomento à democracia e à participação dos cidadãos. De acordo com Castells (2004, p. 186), a interatividade deveria permitir que as pessoas vigiassem o governo, por meio da solicitação de

informações e da divulgação de documentos oficiais na internet, mas o panorama apresentado por estudos e relatórios ainda é, em sua maioria, negativo.

O autor acredita que a internet não pode substituir a mudança social ou a reforma política, mas pode igualar as condições de todos os atores sociais, ampliando as fontes de comunicação e contribuindo para a democracia.

A internet põe em contacto as pessoas na ágora pública, permitindo-lhes expressar as suas preocupações e partilhar as suas esperanças. Por isso, o controle dessa ágora pública por parte das pessoas talvez seja o desafio político mais importante que a internet representa. (CASTELLS, 2004, p. 197).

#### 4.3.1 Estratégia de gestão da informação

Antes de concluir este capítulo, é necessário destacar um conceito importante para o delineamento do estudo. Ele foi extraído do livro de Chaffey e Wood, que norteia esta etapa da pesquisa.

A estratégia define a direção que a organização quer tomar no futuro, como os recursos serão usados para alcançar os avanços desejados. Ela é criada a partir das necessidades de uma organização, mas também considera pessoas afetadas por ela, como clientes, fornecedores, empregados e cidadãos, este último no caso de organizações públicas (CHAFFEY; WOOD, 2005). Segue o conceito de estratégia de gestão da informação, segundo os autores

*Definition of management approaches to the organization: control and application of organizational information resources through coordination of people and technology resources in order to support organizational strategy and processes.*(CHAFFEY; WOOD, 2005, p. 180)<sup>49</sup>

A estratégia de gestão da informação de uma organização trata como um recurso os ativos de informação. Esse recurso deve ser estruturado e controlado pela gestão de recursos tecnológicos e humanos.

---

<sup>49</sup> Definição de abordagens de gestão para a organização: controle e aplicação de recursos de informação organizacionais através da coordenação de pessoas e recursos de tecnologia, a fim de apoiar a estratégia e processos organizacionais.



#### 4.4 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TICs NA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS

A gestão da informação, conforme visto anteriormente, é desenvolvida com o apoio de três bases: recursos informacionais, recursos tecnológicos e recursos humanos. O seu principal objetivo é transformar dados em informação que possa ser útil para a tomada de decisão em uma organização. Para ter valor, essa informação precisa estar acessível - de maneira rápida - em formato que facilite sua compreensão, com acurácia - bem apurada - e apresentar conteúdo relevante.

No caso da administração pública, especificamente com foco no cidadão, que tem papel importante na fiscalização da gestão pública e também na escolha dos governantes, a gestão da informação é essencial para o fornecimento de informações para a tomada de decisões. Seja para uma denúncia de má gestão do dinheiro público, seja para avaliar a eficácia da aplicação do dinheiro público em benfeitorias para a sociedade, acompanhar o desenvolvimento de contratos, serviços e obras e cobrar melhorias.

O que se observou nos estudos sobre gestão da informação e TICs na gestão pública, é que muitas vezes uma das bases da gestão, a de recursos humanos, ou coloca empecilhos ou não é levada em conta. De acordo com Chaffey e Wood (2005), a base dos recursos humanos engloba empregados, clientes, fornecedores e governo. No caso da gestão pública, os clientes são os cidadãos, e os empregados os servidores públicos.

Quando há dificuldade para conseguir as informações que alimentam os portais de transparência, objeto de estudo desta pesquisa, por entraves como a falta de servidores, má vontade dos mesmos em compartilhar informações, ou a falta de definição de normas para a divulgação de informações, uma etapa do processo de gestão da informação trava. Logo a gestão da informação pública torna-se ineficiente.

Na outra ponta, os cidadãos não são considerados na construção dos portais, na forma como o conteúdo da administração pública é divulgado. Textos técnicos, em linguagem pouco acessível, não permitem que o cidadão tenha acesso à informação de qualidade, pois a partir dela não consegue avaliar a aplicação do dinheiro público.

As outras bases, formadas pelos recursos informacionais e tecnológicos, certamente também demandam mais investimento e atenção dos gestores públicos. Como mostraram alguns estudos, é preciso que a gestão da informação faça parte das políticas organizacionais como um todo. Mas a base de recursos humanos, do ponto de vista da autora, é a que precisa de mais atenção no momento. Afinal, é para os cidadãos que a administração pública trabalha, e é neles que se deve pensar em primeiro plano, como base para qualquer definição política ou organizacional.

## 5 MÉTODO DA PESQUISA

Este capítulo apresenta as informações sobre o método da pesquisa, com informações sobre definição, abordagem, natureza e procedimentos da pesquisa.

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo foi exploratório, descritivo e explicativo, de acordo com seus objetivos. Como o presente projeto criou um protocolo de observação, para avaliar portais da transparência, identificando problemas e boas práticas, o método exploratório foi adotado por enquadrar pesquisas que buscam o aprimoramento de ideias.

O método descritivo, por sua vez, também se enquadra, pois a proposta à qual se dispôs a pesquisa depende do estabelecimento de critérios para a avaliação dos portais da transparência dos estados brasileiros. Este método busca descrever características de uma população ou fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis. Para Gil (2002, p. 42) “uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática”.

Como um dos objetivos do estudo é compreender a evolução da transparência pública administrativa no Brasil e em outros países, assim como os a legislação sobre a divulgação de informações sobre contratos firmados, a pesquisa também é explicativa. Para Gil (2002, p. 42), as pesquisas explicativas buscam “identificar fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. A revisão da literatura, a busca por estudos e boas práticas para a elaboração do protocolo de pesquisa, enquadram a pesquisa no tipo explicativo.

## 5.2 ABORDAGEM E NATUREZA

A abordagem será mista, porém, a análise dos dados será predominantemente qualitativa. A pesquisa tem natureza aplicada por buscar conhecimento para a solução de um problema.

## 5.3 PROCEDIMENTOS

Nesta subseção serão apresentados os procedimentos para criação de instrumentos, coleta, tratamento e análise de dados, conforme o QUADRO 11.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	REFERENCIAL	PROCEDIMENTOS	ANÁLISE
a) compreender a evolução da transparência pública no Brasil e em outros países, os aspectos legislativos relacionados aos portais da transparência e à divulgação de informações sobre licitações públicas e contratos firmados;	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Constituição – Transparência Administrativa</li> <li>2. LRF – nº 101/2002</li> <li>3. Lei da transparência – nº 131/2009</li> <li>4. Lei de acesso à informação – nº 12.527/2011 – transparência ativa</li> <li>5. Lei das licitações públicas – nº 8.666/1993</li> <li>6. Transparência internacional</li> <li>7. Divulgação de informações sobre contratos firmados</li> <li>8. Arquitetura da informação</li> <li>9. Gestão da informação</li> <li>10. Tecnologias da informação e da comunicação</li> </ol>	Revisão teórica	Inferência
b) criar um protocolo de observação para avaliação da divulgação de informações sobre contratos firmados para a aquisição de bens e execução de obras e serviços públicos, embasados na legislação, em documentos, pactos internacionais sobre transparência pública e boas práticas;	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Usabilidade de portais da internet</li> <li>2. Legislação</li> <li>3. Pesquisa documental</li> <li>4. Transparência no Brasil</li> <li>5. Transparência internacional</li> <li>6. Divulgação de informações sobre contratos firmados</li> </ol>	Revisão teórica Criação do protocolo para avaliação dos portais	Inferência e análise de conteúdo
c) aplicar a avaliação em portais de transparência de estados brasileiros e do Distrito Federal.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Usabilidade de portais da internet</li> <li>2. Legislação</li> <li>3. Pesquisa documental</li> <li>4. Transparência no Brasil</li> <li>5. Transparência internacional</li> <li>6. Divulgação de informações sobre contratos firmados</li> </ol>	Avaliação dos portais de transparência a partir do protocolo de pesquisa	Análise de conteúdo

QUADRO 11 - PROCEDIMENTOS E REFERENCIAIS PARA A EXECUÇÃO DA PESQUISA

FONTE: A AUTORA (2015)

O QUADRO 12 demonstra o delineamento da pesquisa.

ETAPA	TIPOLOGIA	CLASSIFICAÇÃO
Objetivos da pesquisa	Natureza do objeto	Exploratória, descritiva e explicativa
Lógica da pesquisa	-	Dedutiva
Processo da pesquisa	Coleta de dados	Dados primários e secundários
Processo da pesquisa	Abordagem do problema	Qualitativa-quantitativa
Resultado da pesquisa	-	Aplicada
Procedimentos técnicos	-	- Pesquisa bibliográfica; - estudo de casos múltiplos – comparativo; - pesquisa documental.
Instrumento	-	Protocolo de pesquisa

QUADRO 12 - DELINEAMENTO DA PESQUISA  
FONTE: A AUTORA (2015)

### 5.3.1 Definição do universo

Esta pesquisa optou por uma abordagem não estatística, com amostragem intencional e por conveniência.

O universo é composto pelos vinte e seis (26) portais da transparência das unidades federativas brasileira mais o do Distrito Federal conforme mostra o QUADRO 13.

Nº	ESTADO	PORTAL
1	Acre (AC)	<a href="http://sefaznet.ac.gov.br/transparencia/servlet/portaltransparencia">http://sefaznet.ac.gov.br/transparencia/servlet/portaltransparencia</a>
2	Alagoas (AL)	<a href="http://www.transparencia.al.gov.br/">http://www.transparencia.al.gov.br/</a>
3	Amapá (AP)	<a href="http://www.transparencia.ap.gov.br/">http://www.transparencia.ap.gov.br/</a>
4	Amazonas (AM)	<a href="http://www.transparencia.am.gov.br/">http://www.transparencia.am.gov.br/</a>
5	Bahia (BA)	<a href="http://www.ba.transparencia.gov.br/">http://www.ba.transparencia.gov.br/</a>
6	Ceará (CE)	<a href="http://www.transparencia.ce.gov.br/">http://www.transparencia.ce.gov.br/</a>
7	Distrito Federal (DF)	<a href="http://www.transparencia.df.gov.br/">http://www.transparencia.df.gov.br/</a>
8	Espírito Santo (ES)	<a href="http://www.transparencia.es.gov.br/">http://www.transparencia.es.gov.br/</a>
9	Goiás (GO)	<a href="http://www.transparencia.goias.gov.br/">http://www.transparencia.goias.gov.br/</a>
10	Maranhão (MA)	<a href="http://www.transparencia.ma.gov.br">http://www.transparencia.ma.gov.br</a>
11	Mato Grosso (MT)	<a href="http://www.transparencia.mt.gov.br">http://www.transparencia.mt.gov.br</a>
12	Mato Grosso do Sul (MS)	<a href="http://www.portaldatransparencia.ms.gov.br/">http://www.portaldatransparencia.ms.gov.br/</a>
13	Minas Gerais (MG)	<a href="http://www.transparencia.mg.gov.br">http://www.transparencia.mg.gov.br</a>
14	Pará (PA)	<a href="http://www.transparencia.pa.gov.br/">http://www.transparencia.pa.gov.br/</a>
15	Paraíba (PB)	<a href="https://www.transparencia.pb.gov.br/">https://www.transparencia.pb.gov.br/</a>
16	Paraná (PR)	<a href="http://www.portaldatransparencia.pr.gov.br/">http://www.portaldatransparencia.pr.gov.br/</a>

Nº	ESTADO	PORTAL
17	Pernambuco (PE)	<a href="http://www.transparencia.pe.gov.br">http://www.transparencia.pe.gov.br</a>
18	Piauí (PI)	<a href="http://www.transparencia.pi.gov.br">http://www.transparencia.pi.gov.br</a>
19	Rio de Janeiro (RJ)	<a href="http://www.transparencia.rj.gov.br/">http://www.transparencia.rj.gov.br/</a>
20	Rio Grande do Norte (RN)	<a href="http://www.transparencia.rn.gov.br/">http://www.transparencia.rn.gov.br/</a>
21	Rio Grande do Sul (RS)	<a href="http://www.transparencia.rs.gov.br/">http://www.transparencia.rs.gov.br/</a>
22	Rondônia (RO)	<a href="http://www.transparencia.ro.gov.br/">http://www.transparencia.ro.gov.br/</a>
23	Roraima (RR)	<a href="http://www.transparencia.rr.gov.br/">http://www.transparencia.rr.gov.br/</a>
24	Santa Catarina (SC)	<a href="http://www.sef.sc.gov.br/transparencia">http://www.sef.sc.gov.br/transparencia</a>
25	São Paulo (SP)	<a href="http://www.transparencia.sp.gov.br/">http://www.transparencia.sp.gov.br/</a>
26	Sergipe (SE)	<a href="http://www.transparenciasergipe.se.gov.br/">http://www.transparenciasergipe.se.gov.br/</a>
27	Tocantins (TO)	<a href="http://www.transparencia.to.gov.br/">http://www.transparencia.to.gov.br/</a>

QUADRO 13 - PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA NACIONAIS ANALISADOS  
 FONTE: A AUTORA (2015)

### 5.3.2 Coleta dos dados

A coleta de dados, a partir da observação dos portais de transparência dos governos estaduais, com base no protocolo de pesquisa, foi realizada entre os dias 19 de outubro e 15 de novembro de 2015.

### 5.3.3 Instrumentos de coleta de dados

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa será bibliográfica, documental e se enquadra na modalidade estudo de casos múltiplos. Bibliográfica porque será desenvolvida a partir de materiais já elaborados, como livros, relatórios de entidades e órgãos públicos que abordem a transparência pública e o uso das tecnologias da informação e da comunicação para fomentá-la.

A modalidade pesquisa documental exige a criação de um protocolo para a coleta de dados e posterior análise. O protocolo vai permitir a avaliação de informações disponíveis nos portais.

O estudo de casos múltiplos e a pesquisa documental foram adotados porque o presente estudo tem em sua questão de pesquisa o objetivo de avaliar como os portais de transparência dos governos estaduais divulgam as informações

sobre contratos firmados. De acordo com Yin (2001, p. 28), o estudo de caso é um método adequado quando “faz-se uma questão do tipo “como” ou “por que” sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle”. Ainda segundo o autor, o estudo de caso não exige controle sobre eventos comportamentais.

#### 5.3.3.1 Protocolo de pesquisa

Yin (2001) acredita que um protocolo de estudo de caso engloba o instrumento e os procedimentos gerais que devem ser seguidos durante o estudo. O protocolo aumenta a confiabilidade do estudo de caso e orienta o pesquisador. Para o autor, o protocolo

primeiro (...) lembra ao pesquisador o tema do estudo de caso. Segundo, a elaboração do protocolo força o pesquisador a antecipar vários problemas, incluindo o de como os relatórios do estudo de caso devem ser completados. Significa, por exemplo, que o público para esses relatórios terá que ser identificado, mesmo antes do estudo de caso ser conduzido. Essa premeditação ajudará a se evitar resultados desastrosos com o decorrer do tempo. (YIN, 2001, p. 91)

O protocolo desta pesquisa foi construído para realizar a avaliação nos quesitos conteúdo e usabilidade. Com base na pesquisa bibliográfica, a autora construiu um protocolo de pesquisa composto por 45 critérios para avaliação dos portais de transparência em relação à divulgação de informações sobre contratos firmados, sendo 22 relativos ao conteúdo e 23 referentes à usabilidade.

Para cada um dos critérios, o padrão de respostas para evidências e características é: atende, atende parcialmente e não atende. A cada item foi conferida uma pontuação, sendo que os considerados de maior relevância, com base na pesquisa, receberam pontuação maior e alguns itens recebem apenas um ponto caso atendam ao critério, verificada a impossibilidade de atendimento parcial de alguns itens.

Cada um dos temas chaves da análise (conteúdo e usabilidade) pode receber até 50 pontos, caso atenda a todos os critérios definidos no protocolo. A pontuação máxima que um portal pode receber é 100 (cem) pontos e a mínima zero



(0). Quanto maior a pontuação, maior a transparência na divulgação das informações sobre contratos. O APÊNDICE 1 apresenta o modelo do protocolo de pesquisa, com a pontuação destinada a cada um dos critérios.

Vale destacar que o item usabilidade avalia, em sua maioria aspectos gerais dos portais de transparência, mas que facilitam o acesso dos usuários às informações disponíveis nos sítios. O Índice de Transparência, da Associação Contas Abertas, depois de cinco anos de experiência, concluiu que a usabilidade tem quase o mesmo peso que o conteúdo para um portal de divulgação de informações sobre os gastos públicos.

Ao pensar em um cidadão comum, que deseja consultar um gasto específico ou mesmo acompanhar os gastos gerais de seu Estado, percebeu-se que não basta ter apenas a informação no portal, esta informação deve ser encontrada facilmente (ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS, 2014)<sup>50</sup>

A avaliação dos portais também contará com uma análise qualitativa, para relato de pontos de destaque positivo ou negativo, como iniciativas que fomentem a transparência ou práticas que dificultem o acesso à informação sobre os contratos.

#### 5.3.2.2 Síntese sobre a divulgação de informação sobre contratos públicos

Nesta subseção serão apresentadas sínteses com os principais protocolos e estudos, nacionais e internacionais, relacionados à transparência pública governamental e focados na divulgação de informações sobre contratos para a aquisição de bens e execução de obras e serviços públicos.

O QUADRO 14 mostra os critérios do protocolo e os relaciona com a legislação e demais documentos analisados na pesquisa. Há informações sobre a legislação ou estudo, instituição, o trecho da lei ou resumo das práticas e princípios. A última coluna traz a informação sobre o cumprimento, que pode ser obrigatório ou recomendável.

---

<sup>50</sup>ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS. **Índice de Transparência**. 2014. Disponível em: <<http://indicedetransparencia.com/2014/04/17/indice-de-transparencia-2014/>>. Acesso em: 15/11/2015.

**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Geral	nº	Critério	Previsto na lei ou sugerido no estudo	Instituição	Práticas relacionadas à legislação e estudos	Cumprimento
<b>Em relação aos procedimentos licitatórios apresenta:</b>						
1	1	Descrição básica do processo, com número do edital, data da realização, órgão licitante, objeto e resultados, sem necessidade de abertura do processo, mas com acesso ao Edital completo	LAI – Lei Federal 12.527/2011 e ePING	Governo Federal	Art. 8º, §1º Inciso IV - Informações concernentes a procedimentos licitatórios - Publicação que contenha todas as informações relativas a procedimentos licitatórios, incluindo os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados	Obrigatório
			LRF - LC 101/2000 / LT - LC 131/2009	Governo Federal	Art. 48-A Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;	Obrigatório
			Índice de Transparência (2014)	Associação contas abertas	Avaliação de conteúdo - Procedimento licitatório: edital (íntegra ou íntegra com cadastro, ou modalidade da licitação, data da realização, órgão licitante, número do edital e objeto), participantes (razão social das empresas, CNPJs e valores) e contrato (Unidade Gestora, razão social da contratada, data da publicação, vigência, valor do contrato, objeto, número do contrato, programa de trabalho, natureza da despesa e empenho);	Obrigatório
			LL - LF nº 8666/1993 Lei nº 9.755/1998	Governo Federal	Resumos de instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior	Obrigatório

**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

<b>Geral</b>	<b>nº</b>	<b>Critério</b>	<b>Previsto na lei ou sugerido no estudo</b>	<b>Instituição</b>	<b>Práticas relacionadas à legislação e estudos</b>	<b>Cumprimento</b>
2	2	Informações sobre os participantes da licitação, com razão social das empresas, CNPJ's e valores das propostas, sem necessidade de abertura do processo, mas com possibilidade de acesso ao mesmo	Decreto nº 7.185/2010	Governo Federal	Art. 7º Inc. I alínea d- Identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento - A identificação do beneficiário deve ocorrer inclusive nos desembolsos de operações, independentes da execução orçamentária. Recomenda-se, além do nome ou razão social, informar o CNPJ da pessoa jurídica integralmente e o CPF da pessoa física, ocultando os três primeiros dígitos e os dois últimos dígitos	Obrigatório
			<i>The state of state disclosure: An Evaluation of Online Public Information About Economic Development Subsidies, Procurement Contracts and Lobbying Activities.(2007)(O estado de divulgação do Estado: Uma Avaliação de Informação Pública Online Sobre Subsídios Desenvolvimento Econômico, contratos e atividades de lobby)</i>	<i>Good jobs first</i>	iii. Nível de detalhamento – informações sobre a empresa, valores envolvidos e no caso de subsídios relatórios sobre qualidade do emprego;	Recomendável
3	3	Na descrição básica do processo, constam informações sobre a modalidade da licitação e a justificativa para tal. Quando houver inexigibilidade de licitação também há apresentação de justificativa, sem necessidade de abertura do edital	Decreto nº 7.185/2010	Governo Federal	Art. 7º Inc. I alínea e- Procedimento licitatório realizado - Divulgação do procedimento licitatório, bem como, quando for o caso, a sua dispensa ou inexigibilidade com o número do correspondente processo	Obrigatório

**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Geral	nº	Critério	Previsto na lei ou sugerido no estudo	Instituição	Práticas relacionadas à legislação e estudos	Cumprimento
4	4	As informações sobre processos licitatórios possibilitam a inclusão, quando houver necessidade, de anexos, que apresentem, por exemplo, estudos prévios sobre impactos ambientais e sociais	<i>Principios globales para las contrataciones abiertas</i> (Princípios globais para contratações abertas)	<i>Open Contracting</i>	Divulgação proativa de: a. Contratos, licenças, concessões, permissões, subvenções ou qualquer outro documento mediante o qual se troquem bens, ativos ou recursos públicos (incluindo todos os anexos, cronogramas e documentos incorporados por referência) e qualquer emenda aos mesmos;  Estudos preliminares, documentos de licitações, análises de desempenho dos contratos, garantias e informes de supervisão e auditoria.	Recomendável
<b>Em relação a contratos firmados :</b>						
5	5	Apresenta as informações sobre todos os contratos em um único banco de dados	LAI – Lei Federal 12.527/2011 e ePING	Governo Federal	Art. 8º, §1º Inciso IV - Informações concernentes a procedimentos licitatórios - Publicação que contenha todas as informações relativas a procedimentos licitatórios, incluindo os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados	Obrigatório
			<i>Following the Money: How 50 States Rate in Providing Online Access to Government Spending Data (2015)</i> (Seguindo o dinheiro: Como 50 estados são avaliados no fornecimento de acesso on-line a dados de gastos governamentais)	U.S. PIRG	<i>Checkbook</i> - Um único banco de dados ou lista de gastos por destinatário	Recomendável

**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Geral	nº	Critério	Previsto na lei ou sugerido no estudo	Instituição	Práticas relacionadas à legislação e estudos	Cumprimento
			<i>Principios globales para las contrataciones abiertas</i>	<i>Open Contracting</i>	4. Os governos desenvolverão sistemas para reunir, administrar, simplificar e publicar dados referentes à celebração, adjudicação, cumprimento e finalização de contratos públicos em um formato aberto e estruturado, que apresente os dados de forma amigável e que facilite a sua procura, tudo isso conforme os Princípios de Dados de Contratações Abertas	Recomendável
			<i>Contrataciones abiertas: una guía para profesionales por profesionales(2013)</i> (Contratações abertas: um guia para profissionais por profissionais)	<i>Open Contracting Partnership-</i> Normas de gestão de dados	1. Desenvolvimento de um sistema integrado de contratações públicas, que permita realizar transações comerciais com registro de todos os documentos relacionados ao processo.	Recomendável
6	6	Os acordos contratuais entre governo e entidades públicas ou privadas estão acessíveis	<i>Code of Good Practices on Fiscal Transparency</i> (2007) (Código de boas práticas em transparência fiscal)	Fundo monetário Internacional - FMI	Os acordos contratuais entre o governo e as entidades públicas ou privadas, incluindo empresas de recursos naturais e operadoras de concessões públicas, devem ser claros e acessíveis ao público.	Recomendável
			LAI – Lei Federal 12.527/2011 e ePING	Governo Federal	Art. 8º, §1º Inciso IV - Informações concernentes a procedimentos licitatórios - Publicação que contenha todas as informações relativas a procedimentos licitatórios, incluindo os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados	Obrigatório

**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Geral	nº	Critério	Previsto na lei ou sugerido no estudo	Instituição	Práticas relacionadas à legislação e estudos	Cumprimento
<b>Apresenta as seguintes informações sobre os contratos sem necessidade de abertura dos mesmos:</b>						
8	8	Unidade gestora do contrato, número do contrato e razão social da contratada	Decreto nº 7.185/2014	Governo Federal	Art. 7º Inc. I alínea c - Classificação orçamentária - A classificação orçamentária deve especificar a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	Obrigatório
9	9	O objeto dos contratos está claramente estabelecido e em local de destaque e fácil localização na apresentação dos dados	Decreto nº 7.185/2017	Governo Federal	Art. 7º Inc. I alínea f - Descrição do bem fornecido ou serviço prestado - Detalhamento do bem fornecido ou serviço prestado	Obrigatório
10	10	O valor do contrato está disponível	<i>Contrataciones abiertas: una guía para profesionales por profesionales</i> (2013)	<i>Open Contracting</i>	A divulgação de informações deve responder a várias perguntas do cidadão e uma delas é: qual o valor do contrato?	Recomendável
			Índice de Transparência (2014)	Associação contas abertas	Avalia os portais de acordo com a legislação e um dos itens é a divulgação do valor dos contratos	Obrigatório
			LAI – Lei Federal 12.527/2011 e ePING	Governo Federal	Art. 8º, §1º Inciso IV - Informações concernentes a procedimentos licitatórios - Publicação que contenha todas as informações relativas a procedimentos licitatórios, incluindo os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados	Obrigatório
11	11	Natureza da despesa e empenho	Decreto nº 7.185/2014	Governo Federal	Art. 7º Inc. I alínea c - Classificação orçamentária - A classificação orçamentária deve especificar a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	Obrigatório

**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Geral	nº	Critério	Previsto na lei ou sugerido no estudo	Instituição	Práticas relacionadas à legislação e estudos	Cumprimento
			LF nº 4.320, de 1964	Governo Federal	Os arts. 12 e 13 da lei tratam da classificação da despesa por categoria econômica e elementos. Assim como no caso da receita, o art. 8º estabelece que os itens da discriminação da despesa mencionados no art. 13 serão identificados por números de código decimal, na forma do Anexo IV dessa Lei, atualmente consubstanciados no Anexo II da Portaria Interministerial nº 163, de 2001. O conjunto de informações que formam o código é conhecido como classificação por natureza de despesa e informa a categoria econômica, o grupo a que pertence, a modalidade de aplicação e o elemento (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2015). <b>Empenho:</b> Ato emanado de autoridade competente, que cria para o estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição; a garantia de que existe o crédito necessário para a liquidação de um compromisso assumido; é o primeiro estágio da despesa pública. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2015).	Obrigatório
12	12	Possibilidade de acesso ao edital de licitação que gerou o contrato, por meio de <i>link</i>	LAI – Lei Federal 12.527/2011 e ePING	Governo Federal	Art. 8º, §1º Inciso IV - Informações concernentes a procedimentos licitatórios - Publicação que contenha todas as informações relativas a procedimentos licitatórios, incluindo os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados	Obrigatório
13	13	Resumos de instrumentos de contratos ou de seus aditivos e comunicações ratificadas pela autoridade superior	LL - LF nº 8666/1993 Lei nº 9.755/1998	Governo Federal	Resumos de instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior	Obrigatório
14	14	A data de assinatura do contrato e o prazo estabelecido para conclusão	<i>Contrataciones abiertas: una guía para profesionales por</i>	<i>Open Contracting Partnership-</i>	A divulgação de informações deve responder a várias perguntas do cidadão: a versão do contrato, disponível no sítio, é a final? O objeto do contrato está	Recomendável

**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Geral	nº	Critério	Previsto na lei ou sugerido no estudo	Instituição	Práticas relacionadas à legislação e estudos	Cumprimento
15	15	Há informação sobre forma de pagamento como, por exemplo, parcelado ou por conclusão de fases de uma obra ou entrega de produtos	<i>profesionales(2013)</i>	Normas de gestão de dados	claramente estabelecido? Quando o contrato foi firmado e em quanto tempo deve ser concluído? Qual o valor do contrato? De onde vem o dinheiro para o pagamento do contrato? Como o pagamento será feito? Parcelado? Por conclusão de fases de uma obra ou entrega de produtos?	
16	16	A divulgação de contratos inclui cronogramas e suas alterações	<i>Principios globales para las contrataciones abiertas</i>	<i>Open Contracting</i>	Exigirá a divulgação proativa de: a. Contratos, licenças, concessões, permissões, subvenções ou qualquer outro documento mediante o qual se troquem bens, ativos ou recursos públicos (incluindo todos os anexos, cronogramas e documentos incorporados por referência) e qualquer emenda aos mesmos;	Recomendável
					Divulgação de Cronogramas de trabalho ou de entrega, destacando marcos importantes na execução do contrato, e qualquer modificação nos mesmos;	Recomendável
17	17	Apresenta informações sobre convênios e subcontratações	<i>Principios globales para las contrataciones abiertas</i>	<i>Open Contracting</i>	Informação relacionada com o desempenho e o cumprimento dos contratos públicos, incluindo informação referente aos convênios de subcontratação, modificação e ampliação dos contratos, como por exemplo:	Recomendável
			LL - LF nº 8666/1993	Governo Federal	Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.	Obrigatório
18	18	Apresenta datas e montante dos pagamentos feitos e recebidos em cada etapa, comparado ao montante total do contrato, como uma linha do tempo ou gráfico	Decreto nº 7.185/2011	Governo Federal	Art. 2º, § 2º, Inc. II - Data da despesa - A informação deve possibilitar o acompanhamento da publicação das despesas em tempo real	Obrigatório
			Decreto nº 7.185/2012	Governo Federal	Art. 7º Inc. I alínea a - Valor do empenho, liquidação e pagamento	Obrigatório



**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

<b>Geral</b>	<b>nº</b>	<b>Critério</b>	<b>Previsto na lei ou sugerido no estudo</b>	<b>Instituição</b>	<b>Práticas relacionadas à legislação e estudos</b>	<b>Cumprimento</b>
19	19	Apresenta informações financeiras sobre aumento nos custos e descumprimento de prazos, se houver	<i>Principios globales para las contrataciones abiertas</i>	<i>Open Contracting</i>	Informação relacionada com o desempenho e o cumprimento dos contratos públicos, incluindo informação referente aos convênios de subcontratação, modificação e ampliação dos contratos, como por exemplo: Informação financeira relativa à renda e aos gastos, assim como sobre custo e o não cumprimento dos prazos existentes.	Recomendável
			<i>Contrataciones abiertas: una guía para profesionales por profesionales(2013)</i>	<i>Open Contracting</i>	Divulgação de Informação financeira apropriada de receitas financeiras em relação a atrasos e custo adicional em casos em que se aplique.	Recomendável
20	20	Apresenta informações sobre o estado de implementação do projeto contratado e suas metas	<i>Principios globales para las contrataciones abiertas</i>	<i>Open Contracting</i>	Informação relacionada com o desempenho e o cumprimento dos contratos públicos, incluindo informação referente aos convênios de subcontratação, modificação e ampliação dos contratos, como por exemplo: i. Cronogramas de trabalho ou de entrega, destacando marcos importantes na execução do contrato, e qualquer modificação nos mesmos; ii. Estado da implementação relativa a tais marcos;	Recomendável
			<i>Contrataciones abiertas: una guía para profesionales por profesionales(2013)</i>	<i>Open Contracting</i>	Informação relacionada com o desempenho e a conclusão dos contratos públicos e qualquer alteração que sofram; - cláusulas gerais, incluindo principais metas de execução e qualquer alteração que venham a sofrer; - estado de implementação com respeito às metas do projeto;	Recomendável
21	21	Há informações sobre quantos anos de arquivos de dados estão disponíveis	<i>The state of state disclosure(2007) (O estado de divulgação do Estado)</i>	<i>Good jobs first</i>	v. Profundidade – inclui quantos anos de arquivos de dados estão disponíveis;	Recomendável

**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Geral	nº	Critério	Previsto na lei ou sugerido no estudo	Instituição	Práticas relacionadas à legislação e estudos	Cumprimento
22	22	Inclui informações sobre contratos da administração direta e indireta	<i>Following the Money (2015)</i> (Seguindo o dinheiro)	U.S. PIRG	<i>Checkbook</i> - Empresas de economia mista: Gastos de todas as empresas de economia mista devem ser incluídos no <i>checkbook</i> , com permissão de busca por empresa que comprou ou <i>download</i> que indique a agência compradora	Recomendável
			LAI – Lei Federal 12.527/2011 e ePING	Governo Federal	Art. 8º, §1º Inciso IV - Informações concernentes a procedimentos licitatórios - Publicação que contenha todas as informações relativas a procedimentos licitatórios, incluindo os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados	Obrigatório
23	23	Apresenta ata de recibo final de serviços	<i>Principios globales para las contrataciones abiertas</i>	<i>Open Contracting</i>	Informação relacionada com o desempenho e o cumprimento dos contratos públicos, incluindo informação referente aos convênios de subcontratação, modificação e ampliação dos contratos, como por exemplo: Atas de recebimento final dos serviços; Atas de liquidação final;	Recomendável
USABILIDADE						
Geral	nº	Critério				
24	1	É fácil encontrar o portal da transparência na página inicial do sítio do governo estadual	<i>The state of state disclosure(2007)</i> (O estado de divulgação do Estado)	<i>Good jobs first</i>	i.Facilidade de encontrar o sítio;	Recomendável
25	2	Acesso conforme modelo: <a href="http://www.transparencia.uf.gov.br">http://www.transparencia.uf.gov.br</a>	Índice de Transparência (2014) e eMAG	Associação contas abertas	Acesso conforme modelo: <a href="http://www.transparencia.uf.gov.br">http://www.transparencia.uf.gov.br</a> ou <a href="http://www.transparencia.cidade.uf.gov.br">http://www.transparencia.cidade.uf.gov.br</a> .	Obrigatório
26	3	A página inicial é clara e o usuário consegue chegar com facilidade à página sobre contratos firmados	Índice de Transparência (2014) e eMAG	Associação contas abertas	Disposição do conteúdo: em um único sítio ou “linkado” na pagina principal;	Recomendável
27	4	O acesso às informações é livre, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senha para acesso.	Decreto nº 7.185/2010	Governo Federal	Art. 2º, § 2º, Inc. III - Acesso livre - Não pode haver exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso. O acesso deve ser livre.	Obrigatório

**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Geral	nº	Critério	Previsto na lei ou sugerido no estudo	Instituição	Práticas relacionadas à legislação e estudos	Cumprimento
28	5	A página permite a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações. Os textos e dados não são gerados em documentos digitalizados	LAI, ePING e eMAG	Governo Federal	Art. 8º, § 3º, Inc. II - Gravação de relatório - o sítio deve possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações	Obrigatório
			<i>Following the Money (2015)</i> (Seguindo o dinheiro)	U.S. PIRG	<i>Checkbook</i> - Massa para <i>download</i> : O conjunto completo de dados pode ser baixado para análise – por ano, trimestre ou mês. (formatos xlsx, csv, XML, etc.)	Recomendável
			<i>Open Government Partnership (OGP) (2011)</i> (Parceria governo aberto)	<i>Open Government Partnership (OGP) (2011)</i>	Pró-ativamente, os governos devem fornecer informações de alto valor, incluindo dados brutos, em tempo hábil, em formatos que o público possa facilmente localizar, entender e usar, e em formatos que facilitem a reutilização.	Recomendável
			<i>Contrataciones abiertas: una guía para profesionales por profesionales(2013)</i>	<i>Open Contracting Partnership</i> - Normas de gestão de dados	. Permissão para geração de relatórios universais (sem restrição por formato) com a redução de possibilidade de erros; . Acesso a textos ou dados derivados de bases de dados é muito mais útil do que disponibilizar uma imagem digitalizada do processo; . As informações deveriam ser publicadas de maneira que o usuário visualizasse os dados com simplicidade e com a opção para exportação de relatórios. Assim posteriormente, os relatórios poderiam ser analisados por softwares de cálculo ou estatística.	Recomendável
29	6	Indica local e apresenta instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio	LAI e EPING	Governo Federal	Art. 8º, § 3º, Inc. VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio;	Obrigatório
			Índice de Transparência (2014) e eMAG	Associação contas abertas	Interação: manual de navegação, perguntas frequentes, glossário simples, glossário interativo, fale conosco por email e por telefone;	Obrigatório

**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Geral	nº	Critério	Previsto na lei ou sugerido no estudo	Instituição	Práticas relacionadas à legislação e estudos	Cumprimento
30	7	Todas as páginas apresentam identidade, permitindo que o usuário saiba em que sítio está, mesmo que tenha chegado a elas por um sítio de buscas	Padrões <i>Web</i> em Governo Eletrônico - Cartilha de usabilidade	Governo Federal	1. Contexto e navegação: Como a internet não é linear e as informações seguem diferentes fluxos, é importante que o sítio tenha uma identidade presente em todas as páginas. Dessa forma, mesmo que o usuário chegue até ela por um sítio de buscas, por exemplo, saberá em que sítio está, onde encontrar a informação que precisa. Ao todo, essa diretriz apresenta 14 recomendações, sendo alguns: página inicial clara, ferramenta de busca em todas as páginas, opção de busca avançada, estrutura lógica e fácil, informação estrutura de maneira lógica e intuitiva, entre outras.	Recomendável
			Não me faça pensar! e eMAG	Steve Krug	Sobre as seções: A identificação da página deve estar no alto da página, a seção deve respeitar a hierarquia do sítio e englobar o conteúdo único da seção, com o mesmo nome clicado para chegar na seção. O autor também sugere informações sobre a localização do usuário dentro do sítio, por meio de um "Você está aqui".	Recomendável
31	8	A página tem carga reduzida de informações e é de fácil entendimento pelo usuário	Heurísticas de usabilidade de Nielsen	Jakob Nielsen	Mapeamento entre o sistema e o mundo real - O sistema deve falar a linguagem dos usuários, com palavras, frases e conceitos familiares para o usuário, em vez de termos orientados ao sistema. Siga as convenções do mundo real, tornando as informações aparecem em uma ordem lógica e natural.	Recomendável
32	9	Não apresenta rolagem horizontal na tela	Padrões <i>Web</i> em Governo Eletrônico - Cartilha de usabilidade	Governo Federal	2. Carga de informação: é a soma de todos os elementos de um sítio como fonte, figuras, cores, textos, etc. Para facilitar o acesso sugere-se reduzir a carga de informação. Essa diretriz possui nove recomendações, entre as quais: oferecer a opção de baixar documentos para textos extensos, evitar rolagem vertical e horizontal da tela, o número de filtros deve ser reduzido, utilizando apenas os necessários.	Recomendável

**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

<b>Geral</b>	<b>nº</b>	<b>Critério</b>	<b>Previsto na lei ou sugerido no estudo</b>	<b>Instituição</b>	<b>Práticas relacionadas à legislação e estudos</b>	<b>Cumprimento</b>
33	10	Utiliza linguagem clara e objetiva, acessível a qualquer cidadão	Padrões <i>Web</i> em Governo Eletrônico - Cartilha de usabilidade	Governo Federal	6. Redação: o texto deve ser objetivo e acessível ao cidadão, que usa o sítio em busca de informações e serviços. Este item possui nove recomendações e algumas serão descritas a seguir: linguagem clara e familiar, acessível a qualquer cidadão, texto objetivo, conteúdo dividido em tópicos, títulos informativos e com destaque visual, evitar caixa alta, utilizar a gramática corretamente.	Recomendável
34	11	Apresenta glossário para termos técnicos	Índice de Transparência (2014) e eMAG	Associação contas abertas	Interação: manual de navegação, perguntas frequentes, glossário simples, glossário interativo, fale conosco por email e por telefone;	Obrigatório
35	12	Botões com formato de botões, para que o usuário não tenha dúvida de que pode clicar ali	Padrões <i>Web</i> em Governo Eletrônico - Cartilha de usabilidade	Governo Federal	7. Consistência e familiaridade: o cidadão deve sentir bem no sítio, com familiaridade ao conteúdo e formato. São seis recomendações, como: elementos convencionais em outros sítios como ferramenta de busca no canto superior direito, botões com formatos de botões; facilitar a navegação no sítio, o planejamento deve ser feito de acordo com as informações que o cidadão vai procurar no portal.	Recomendável
			Não me faça pensar! e eMAG	Steve Krug	Algumas regras: pouco texto, nomes bem escolhidos, aparência agradável, botões que tenham aparência de botões, identificação do sítio (logo), uma forma de voltar à página inicial, ferramenta de pesquisa.	Recomendável
36	13	Teste de Krug: A página de contratos apresenta:	Não me faça pensar!	Steve Krug	Como exercício, Krug sugere um teste para identificação de itens em um sítio. Basta imprimir uma página da internet qualquer, segurá-la à distância de um braço, incliná-la e, o mais rápido possível, tentar encontrar os itens abaixo, sendo que nem todos serão encontrados em todas as páginas avaliadas.	Recomendável

**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Geral	nº	Critério	Previsto na lei ou sugerido no estudo	Instituição	Práticas relacionadas à legislação e estudos	Cumprimento
		1. Identificação do Sítio			1. Identificação do sítio;	
		2. O nome da página			2. O nome da página;	
		3. As seções e subseções			3. As seções e subseções;	
		4. A navegação local			4. A navegação local;	
		5. Indicadores "Você está aqui"			5. Indicador(es) "Você está aqui";	
		6. A pesquisa			6. A pesquisa (KRUG, 2006, p. 86)	
37	14	Há disponibilização de informações em formato de infográficos que facilitem o entendimento do conteúdo e comparem as informações com períodos anteriores	Índice de Transparência (2014) e eMAG	Associação contas abertas	Gráficos: simples ou interativo;	Recomendável
			<i>Following the Money (2015)</i> (Seguindo o dinheiro)	U.S. PIRG	Portais com gráficos interativos e esquemas tornam as informações mais inteligíveis se comparadas àquelas divulgadas apenas em tabelas	
38	15	Dispõe de ferramenta de busca em todas as páginas	LAI - LF nº 12.527/201 e e MAG	Governo Federal	Art. 8º, § 3º, Inc. I - Ferramenta de busca - O Sítio deve conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão: Recomenda-se atentar para as boas práticas de indexação das páginas da internet	Obrigatório
39	16	Apresenta opção de busca avançada	Padrões Web em Governo Eletrônico - Cartilha de usabilidade	Governo Federal	Contexto e navegação: Como a internet não é linear e as informações seguem diferentes fluxos, é importante que o sítio tenha uma identidade presente em todas as páginas. Dessa forma, mesmo que o usuário chegue até ela por um sítio de buscas, por exemplo, saberá em que sítio está, onde encontrar a informação que precisa. Ao todo, essa diretriz apresenta 14 recomendações, sendo alguns: página inicial clara, ferramenta de busca em todas as páginas, opção de busca avançada, estrutura lógica e fácil, informação estrutura de maneira lógica e intuitiva, entre outras.	Recomendável

**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Geral	nº	Critério	Previsto na lei ou sugerido no estudo	Instituição	Práticas relacionadas à legislação e estudos	Cumprimento
40	17	Ferramenta de busca localizada no canto superior direito	Padrões <i>Web</i> em Governo Eletrônico - Cartilha de usabilidade	Governo Federal	7. Consistência e familiaridade: o cidadão deve sentir bem no sítio, com familiaridade ao conteúdo e formato. São seis recomendações, como: elementos convencionais em outros sítios como ferramenta de busca no canto superior direito, botões com formatos de botões; facilitar a navegação no sítio, o planejamento deve ser feito de acordo com as informações que o cidadão vai procurar no portal.	Recomendável
41	18	A ferramenta de busca sugere, no resultado, termos parecidos ao digitado pelo usuário	Padrões <i>Web</i> em Governo Eletrônico - Cartilha de usabilidade	Governo Federal	4. Erros: O cidadão precisa ser informado se cometer erros ao usar um serviço no portal governamental. Falhas e indisponibilidade dos sítios devem ser divulgadas e esclarecidas. Neste item são sete recomendações, entre as quais: permitir que o cidadão refaça uma operação, nas buscas, sugerir termos parecidos ao informado pelo usuário, avisar sobre indisponibilidades.	Recomendável
<b>A página que divulga as informações sobre contrato tem ferramenta de busca própria que permite:</b>						
42	19	Encontrar uma empresa específica e saber que contratos ela tem com o estado	<i>The state of state disclosure</i> (2007) (O estado de divulgação do Estado)	<i>Good jobs first</i>	ii. Encontrabilidade – a possibilidade de encontrar uma empresa específica que tem um contrato, receba subsídio ou faça lobby com um estado;	Recomendável
			<i>Following the Money</i> (2015) (Seguindo o dinheiro)	U.S. PIRG	<i>Checkbook</i> - Busca por destinatário: Permite buscar gastos por destinatário. O recurso de pesquisas deve fazer parte do <i>checkbook</i>	Recomendável
43	20	Busca por algum tipo de serviço contratado ou artigo comprado	<i>Following the Money</i> (2015) (Seguindo o dinheiro)	U.S. PIRG	<i>Checkbook</i> - Busca por palavra-chave ou fundo: Permite buscar por tipo de serviço, artigo comprado ou fundo. O recurso de pesquisas deve fazer parte do <i>checkbook</i>	Recomendável

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS						
Geral	nº	Critério	Previsto na lei ou sugerido no estudo	Instituição	Práticas relacionadas à legislação e estudos	Cumprimento
44	21	Busca de contrato por secretaria, departamento ou qualquer outro órgão vinculado ao governo	<i>Following the Money (2015)</i> (Seguindo o dinheiro)	U.S. PIRG	<i>Checkbook</i> - Busca por agência: Permite busca de despesa por agência. O recurso de pesquisas deve fazer parte do <i>checkbook</i>	Recomendável
45	22	Tem número de filtros reduzidos, utilizando apenas as informações necessárias para facilitar as buscas	Padrões <i>Web</i> em Governo Eletrônico - Cartilha de usabilidade	Governo Federal	2. Carga de informação: é a soma de todos os elementos de um sítio como fonte, figuras, cores, textos, etc. Para facilitar o acesso sugere-se reduzir a carga de informação. Essa diretriz possui nove recomendações, entre as quais: oferecer a opção de baixar documentos para textos extensos, evitar rolagem vertical e horizontal da tela, o número de filtros deve ser reduzido, utilizando apenas os necessários.	Recomendável
46	23	Apresenta delimitação temporal das consultas: mensal, bimestral, trimestral, semestral ou anual	Índice de Transparência (2014) e eMAG	Associação contas abertas	Delimitação temporal das consultas: mensal, bimestral, trimestral, semestral e anual;	Recomendável

QUADRO 14 - QUADRO SÍNTESE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE CONTRATOS PÚBLICOS

FONTE: A AUTORA (2015)



#### 5.3.4 Tratamento e análise de dados

A pesquisa foi, sobretudo, documental, pois utilizou a avaliação de cada um dos portais de transparência definidos no universo por meio de um protocolo de observação.

As notas foram distribuídas, primeiramente, de acordo com os itens chave: de conteúdo e de usabilidade e, posteriormente, foi atribuída uma nota geral para cada um dos estados em relação à divulgação das informações, a partir da soma dos dois itens, sendo que cada portal pode alcançar uma nota máxima de 100 (cem) pontos.

Além de um *ranking* com as notas finais dos estados brasileiros, foram apresentados *rankings* relacionados aos dois temas chave, conteúdo e usabilidade. Para cada um dos rankings foi calculada uma média geral e as médias por região. Uma análise da pontuação entre critérios obrigatórios e recomendáveis foi realizada. Também foi apresentada uma análise descritiva dos portais, especificando suas particularidades e formatos de divulgação das informações, e qualitativa sobre os pontos fortes e fracos de cada um dos portais, de acordo com os critérios do protocolo de avaliação e as referências do estudo.

#### 5.3.5 Evolução do protocolo de pesquisa e da definição do universo

Desde o início do levantamento bibliográfico o protocolo de pesquisa foi desenhado pela autora a partir das leituras e aprofundamento no assunto. Inicialmente, pensava-se em analisar o portal de transparência de dois estados de cada região do país, totalizando dez (10) sítios de estados brasileiros.

Também estava prevista a avaliação de três portais de estados ou províncias de outros países. Essa avaliação, a partir do protocolo de pesquisa, foi descartada após sugestão da banca da qualificação, pois considerou-se que os estudos apresentados, sobre as avaliações de portais internacionais já avançavam no tema.

Dessa forma, optou-se por priorizar dos portais dos vinte e seis (26) estados brasileiros mais o Distrito Federal, totalizando vinte e sete (27) portais avaliados.

O protocolo de pesquisa também foi baseado no método de avaliação do estudo *Following the Money: How 50 States Rate in Providing Online Access to Government Spending Data*. No QUADRO 6, é possível verificar que o portal determina uma pontuação para atendimento parcial e outra para atendimento total dos critérios. Método parecido foi utilizado neste estudo, mas com pontuação menor para cada item, levando em consideração o número total de critérios avaliados.

A divisão da avaliação entre conteúdo e usabilidade foi inspirada no Índice de transparência, da Associação Contas Abertas, que usa estes dois critérios chave em suas pesquisas bienais, além da avaliação de série histórica e frequência de atualização.

Apesar das fontes utilizadas como base para a construção do protocolo, os critérios foram definidos a partir de um vasto levantamento em estudos voltados para a divulgação de informações sobre contratos firmados, além dos estudos sobre usabilidade dos sítios.

A ideia inicial era fazer apenas a análise qualitativa dos portais em relação aos pontos fortes e pontos fracos, mas durante o pré-teste verificou-se a necessidade de uma análise descritiva dos mesmos, dada a singularidade de cada sistema e de cada portal e da forma como cada um apresenta as informações. Dessa forma, durante a análise, buscou-se dar destaque às boas práticas e àquelas que dificultam o acesso à informação.

#### 5.4 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa se limita à divulgação ativa de informações nos portais de transparência dos governos estaduais, relacionadas à licitações e aos contratos firmados para aquisição de bens e execução de obras e serviços públicos.

## 6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados da avaliação dos portais de transparência dos estados brasileiros e do Distrito Federal por. A apresentação foi dividida em nota final, nota de conteúdo e nota de usabilidade, além de uma análise descritiva dos portais avaliados, com apontamentos sobre os principais pontos positivos e os pontos com potencial de desenvolvimento de melhorias.

Nas seções com apresentação das notas, serão elencadas as posições dos estados em *rankings* de acordo com a nota final, de conteúdo e de usabilidade. As médias gerais e por região foram calculadas para cada um desses itens. Também será apresentado um gráfico que mostra o atendimento de critérios obrigatórios e recomendáveis por cada estado avaliado.

### 6.1 NOTA FINAL DA AVALIAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS

A nota final da avaliação de divulgação de informações sobre contratos, a partir do protocolo criado neste estudo, considera a soma das notas nos itens conteúdo e usabilidade.

A princípio, seriam avaliados os portais dos vinte e seis estados brasileiros, mais o portal do Distrito Federal. Porém, os portais de transparência de Minas Gerais, Roraima e Tocantins foram retirados da população avaliada, já que estão em manutenção ou em processo de implantação de páginas sobre contratos. A explicação sobre cada caso encontra-se na análise descritiva, que são apresentadas em ordem alfabética pelo nome do estado, na próxima seção.

A TABELA 2 apresenta os dados em ordem decrescente das notas. A pontuação dos portais de transparência avaliados, em cada um dos itens do protocolo de pesquisa, está em uma planilha com os resultados gerais no APÊNDICE 2.

TABELA 2 - RANKING DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO À NOTA FINAL DA AVALIAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS

POSICÃO	PORTAL	CONTEÚDO	USABILIDADE	NOTA FINAL
1º	Ceará (CE)	34	41	75
2º	Paraná (PR)	27	37	64
3º	Santa Catarina (SC)	28	35	63
4º	Rio de Janeiro (RJ)	23	38	61
5º	Rio Grande do Sul (RS)	19	40	59
6º	Mato Grosso do Sul (MS)	24	34	58
7º	São Paulo (SP)	26	29	55
8º	Distrito Federal (DF)	18	36	54
9º	Amazonas (AM)	22	29	51
10º	Paraíba (PB)	23	28	51
11º	Rondônia (RO)	16	32	48
12º	Espírito Santo (ES)	16	30	46
13º	Maranhão (MA)	15	31	46
14º	Piauí (PI)	12	29	41
15º	Alagoas (AL)	8	28	36
16º	Pernambuco (PE)	11	25	36
17º	Goiás (GO)	7	26	33
18º	Pará (PA)	4	21	25
19º	Rio Grande do Norte (RN)	0	24	24
20º	Amapá (AP)	0	23	23
21º	Mato Grosso (MT)	5	18	23
22º	Bahia (BA)	0	22	22
23º	Sergipe (SE)	8	13	21
24º	Acre (AC)	0	14	14
-	Minas Gerais (MG)	-	-	-
-	Roraima (RR)	-	-	-
-	Tocantins (TO)	-	-	-

FONTE: A AUTORA (2015)

A média geral da avaliação, conforme mostra a TABELA 3, foi de 43 pontos. Treze portais de transparência estaduais, dos 24 avaliados, ficaram acima da média e onze ficaram abaixo da média.

A maior nota final foi alcançada pelo portal do estado do Ceará (75 pontos) e a menor pelo estado do Acre (14 pontos).

O GRÁFICO 2 apresenta o *ranking* de notas finais dos portais avaliados, e no mapa é possível visualizar os estados que ficaram acima e abaixo da média.

## RANKING POR NOTA FINAL

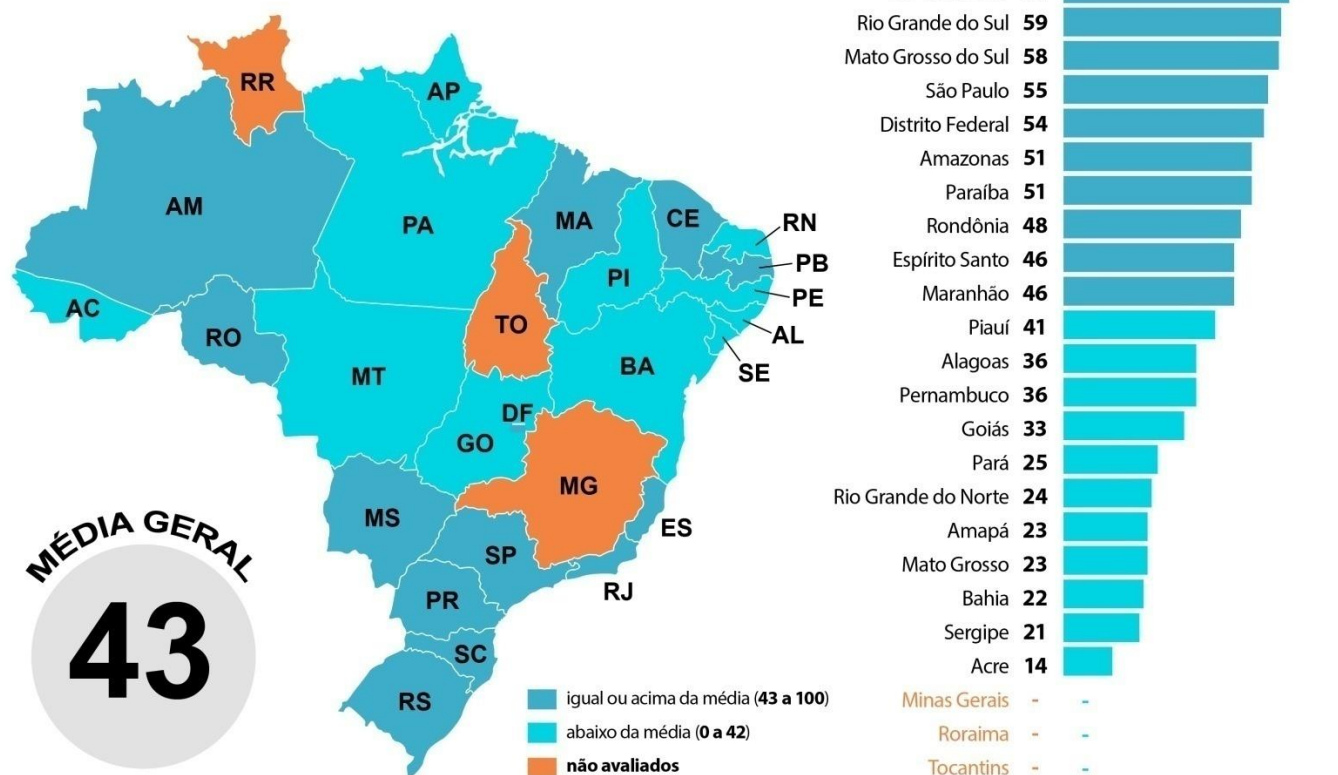


GRÁFICO 2 - RANKING DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA POR NOTA FINAL.  
 FONTE: A AUTORA (2015)

Chamou a atenção o fato de que apenas seis portais de transparência apresentaram as informações sobre todos os contratos em um único banco de dados. O QUADRO 15, mostra quais portais atenderam total e parcialmente este importante critério da pesquisa e aqueles que não atenderam. Já o GRÁFICO 3, permite uma visualização melhor do panorama por estado.

As notas parciais foram atribuídas aos portais que apresentavam as informações sobre contratos divididas em mais de um banco de dados, ou que não apresentavam informações sobre todos os contratos no banco disponível.

<b>Critério 28 do protocolo de pesquisa (conteúdo) - Apresenta as informações sobre todos os contratos em um único banco de dados</b>	
<b>Avaliação</b>	<b>Estados</b>
Atende (4 pontos)	AM, CE, MS, PB, PR e RJ
Atende Parcialmente (2 pontos)	AL, DF, ES, MA, PI, PE, RS, RO, SP e SC
Não atende (0 pontos)	AC, AP, BA, GO, MT, PA, RN e SE
Não foram avaliados (-)	MG, RR e TO

QUADRO 15 - AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA QUANTO A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS EM UM ÚNICO BANCO DE DADOS.

FONTE: A AUTORA (2015)

Na avaliação dos resultados, também foi calculada a média das notas para cada região. Em relação à nota final, as regiões Sudeste, Sul e Nordeste ficaram acima da média geral. Já as regiões Centro-Oeste e Norte não alcançaram os 43 pontos.

TABELA 3 - MÉDIAS DAS NOTAS FINAIS DA AVALIAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS POR REGIÃO

<b>Médias</b>	<b>Geral</b>	<b>43</b>
	Região Sudeste*	54
	Região Sul	62
	Região Centro-Oeste	42
	Região Nordeste	44
	Região Norte*	32

\*Para o cálculo das médias das regiões Sudeste e Norte não foram incluídos os estados retirados da população (MG, RR e TO)

FONTE: A AUTORA (2015)

A região Sul teve a maior média entre as demais regiões, alcançando 62 pontos, ou seja, 19 pontos acima da média geral. A região Norte alcançou a menor média, 32, 11 pontos abaixo da média geral. Esse padrão se repete quando calculadas as médias nos itens conteúdo e usabilidade.

O GRÁFICO 4, permite a visualização da média por região.

## DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS

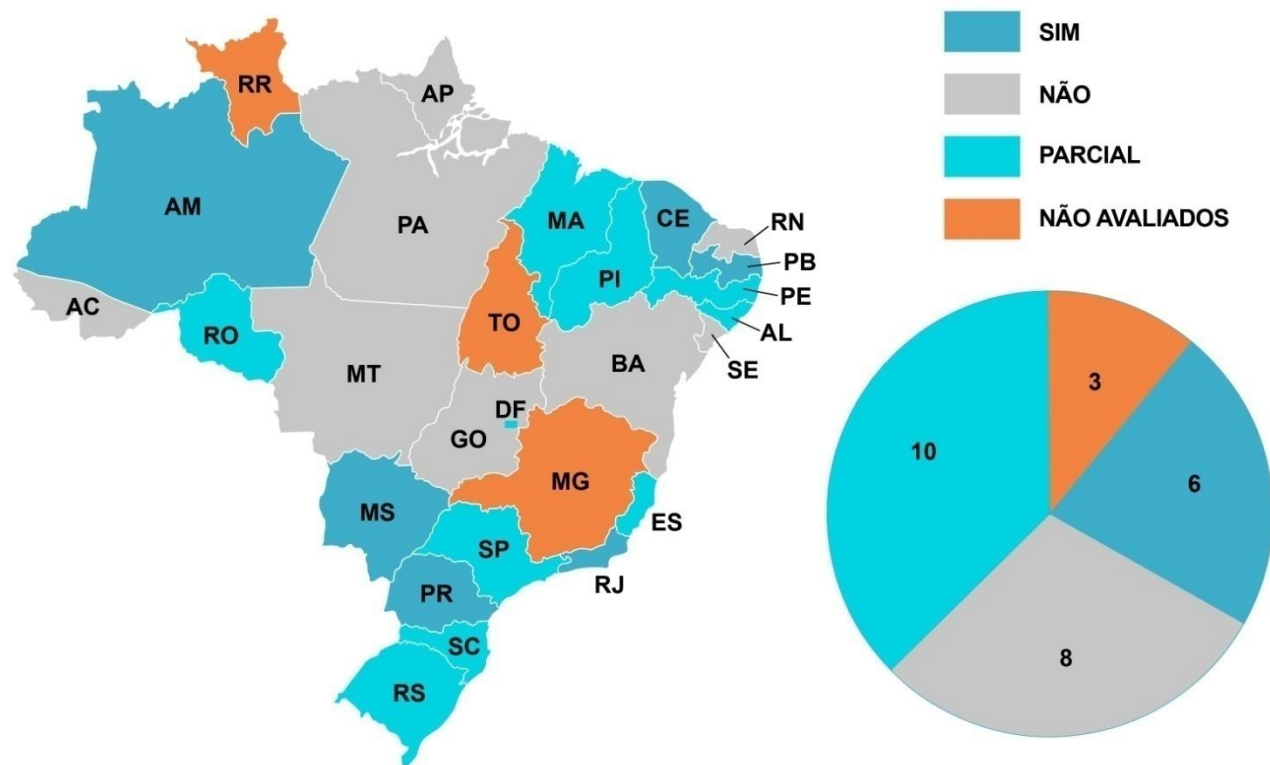


GRÁFICO 3 - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS EM UM ÚNICO BANCO DE DADOS  
 FONTE: A AUTORA (2015)

## MÉDIAS POR REGIÕES

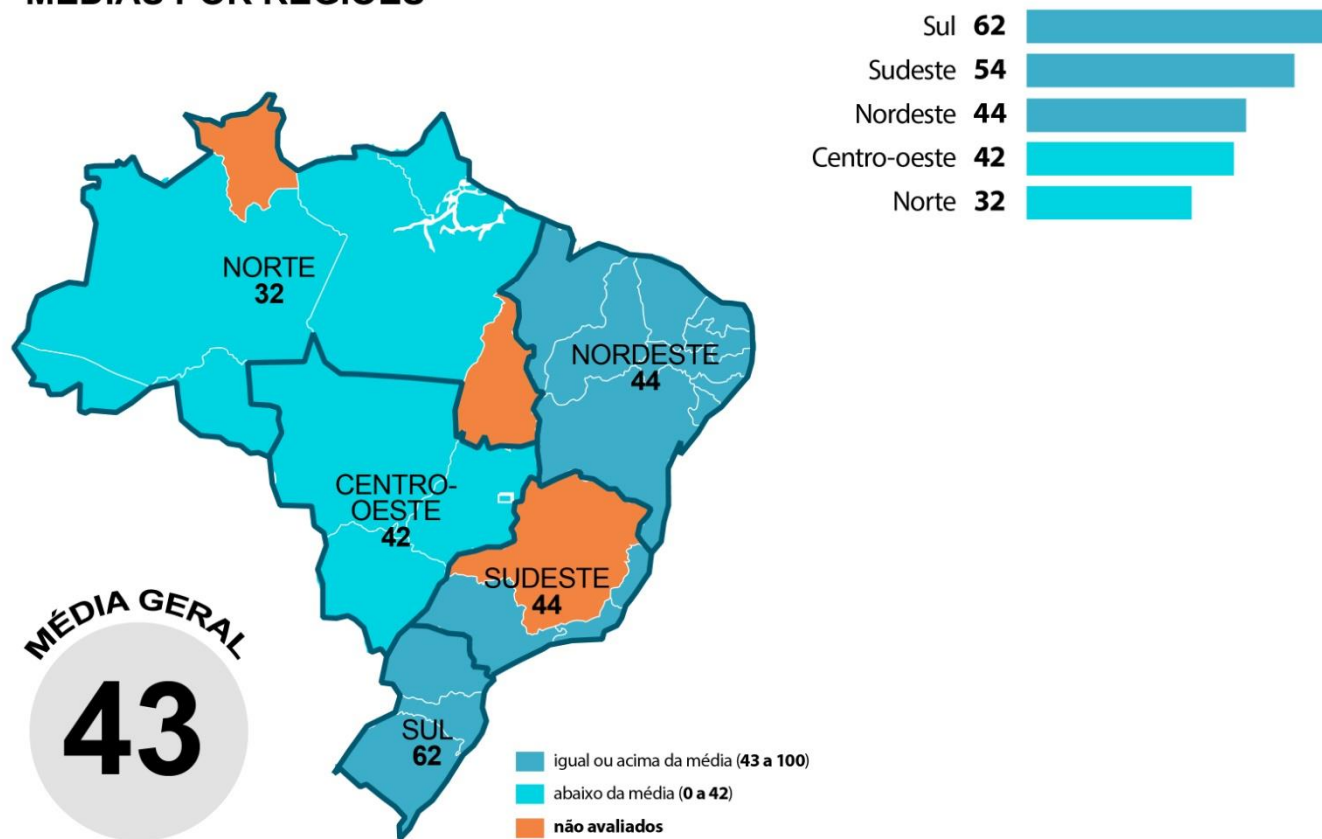


GRÁFICO 4 - MÉDIA DA NOTA FINAL POR REGIÃO  
 FONTE: A AUTORA (2015)



Nas próximas subseções, serão apresentados e discutidos os resultados de cada um dos critérios chave e serão apresentadas as notas por tipo de critério: obrigatórios e recomendáveis.

#### 6.1.1 Nota de conteúdo na avaliação de divulgação de informações sobre contratos

A maior nota em relação ao conteúdo divulgado nos portais de transparência, sobre os contratos firmados pelo governo, foi alcançada pelo portal do estado do Ceará (34 pontos). Nesse critério chave, quatro estados não conseguiram nenhum ponto. São eles: Rio Grande do Norte, Amapá, Bahia e Acre.

A TABELA 4 apresenta o *ranking* com a colocação de cada um dos portais avaliados em relação ao conteúdo pertinente a contratos públicos.

TABELA 4 - *RANKING* DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTEÚDO RELACIONADO A CONTRATOS

POSICÃO	PORTAL	USABILIDADE	NOTA FINAL	CONTEÚDO
1º	Ceará (CE)	41	75	<b>34</b>
2º	Santa Catarina (SC)	35	63	<b>28</b>
3º	Paraná (PR)	37	64	<b>27</b>
4º	São Paulo (SP)	29	55	<b>26</b>
5º	Mato Grosso do Sul (MS)	34	58	<b>24</b>
6º	Rio de Janeiro (RJ)	38	61	<b>23</b>
7º	Paraíba (PB)	28	51	<b>23</b>
8º	Amazonas (AM)	29	51	<b>22</b>
9º	Rio Grande do Sul (RS)	40	59	<b>19</b>
10º	Distrito Federal (DF)	36	54	<b>18</b>
11º	Rondônia (RO)	32	48	<b>16</b>
12º	Espírito Santo (ES)	30	46	<b>16</b>
13º	Maranhão (MA)	31	46	<b>15</b>
14º	Piauí (PI)	29	41	<b>12</b>
15º	Pernambuco (PE)	25	36	<b>11</b>
16º	Alagoas (AL)	28	36	<b>8</b>
17º	Sergipe (SE)	13	21	<b>8</b>
18º	Goiás (GO)	26	33	<b>7</b>
19º	Mato Grosso (MT)	18	23	<b>5</b>
20º	Pará (PA)	21	25	<b>4</b>
21º	Rio Grande do Norte (RN)	24	24	<b>0</b>

22°	Amapá (AP)	23	23	0
23°	Bahia (BA)	22	22	0
24°	Acre (AC)	14	14	0
-	Minas Gerais (MG)	-	-	-
-	Roraima (RR)	-	-	-
-	Tocantins(TO)	-	-	-

FONTE: A AUTORA (2015)

A média geral da avaliação do conteúdo, conforme mostra a TABELA 5, foi de 14 pontos. O número pode ser considerado muito baixo, já que a pontuação máxima possível neste item é de 50 pontos. O fato de quatro portais terem obtido nota zero na avaliação de conteúdo foi um dos fatores que levou a média geral do item a ficar tão baixa.

O GRÁFICO 5 apresenta o *ranking* de pontuação em relação a conteúdo e o mapa mostra a situação dos estados em relação a média neste quesito.

Treze portais de transparência estaduais, dos 24 avaliados, ficaram acima da média e onze ficaram abaixo da média.

TABELA 5 - MÉDIAS DAS NOTAS DE CONTEÚDO NA AVALIAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS POR REGIÃO

Médias	Geral	14
	Região Sudeste*	22
	Região Sul	25
	Região Centro-Oeste	13,5
	Região Nordeste	12
	Região Norte*	8

\*Para o cálculo das médias das regiões Sudeste e Norte não foram incluídos os estados retirados da população (MG, RR e TO)

FONTE: A AUTORA (2015)

Em relação à média, apenas as regiões Sudeste e Sul tiveram pontuações maiores. As regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, foram as que menos atenderam aos critérios de conteúdo avaliados pelo protocolo.

O portal de transparência do Ceará foi o melhor avaliado no critério conteúdo, alcançando 34 pontos. Entre os pontos positivos está a quantidade de informações divulgadas sobre os contratos, como justificativa, modalidade de licitação, data de assinatura e de término do contrato, valor original, valor aditivo, valor de ajuste e valor atualizado, documentos de aditivos e empenhos de pagamento. Na tela com detalhes sobre os contratos é possível acessar o contrato

## RANKING CONTEÚDO

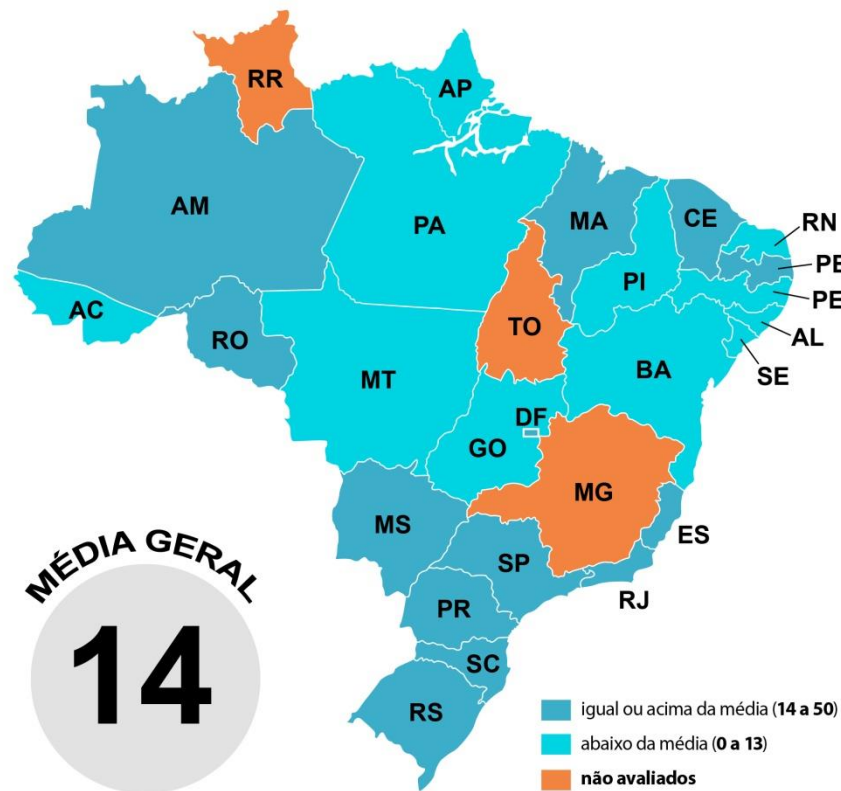


GRÁFICO 5 - RANKING DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA POR NOTA NO QUESITO CONTEÚDO  
FONTE: A AUTORA (2015)

completo. É o único sítio avaliado que disponibiliza o edital de licitação que gerou o contrato. Também há um *link* direto para a ouvidoria, chamado “Ouvidoria – Fiscalize aqui”, que encaminha o usuário para um formulário, por meio do qual pode enviar uma reclamação ou pedido de informações.

O portal do governo do Ceará vai além dos itens avaliados e disponibiliza duas opções de fiscalização para o cidadão. Uma delas é um portal para acompanhamento de obras rodoviárias. A outra é uma ferramenta sobre investimentos no estado. A busca é feita por cidade e o usuário tem acesso aos detalhes do contrato relacionado ao investimento.

Apesar do primeiro lugar, ainda há muitas informações que o governo do Ceará pode disponibilizar para atender a todos os critérios levantados nesta pesquisa, como cronograma de execução de obras ou prestação de serviços, dados sobre subcontratações, entre outros itens. Um ponto a ser desenvolvido é a inclusão de um filtro específico para contratos aditivados, já que durante a avaliação do portal, alguns contratos com prazos de conclusão vencidos, mas ainda vigentes por aditivos, foram elencados como resultado em uma busca por contratos finalizados.

Segundo colocado no *ranking*, o portal de transparência de Santa Catarina somou 28 pontos no item conteúdo. Apesar de dividir as informações sobre contratos em dois bancos diferentes, um sobre contratos de materiais e serviços e outro sobre contratos de obras, atendeu a vários critérios do protocolo divulgando informações como resumo financeiro e cronograma mensal.

Ao mesmo tempo, o portal falhou em itens relevantes, como por não permitir acesso ao documento do contrato.

O portal de transparência do Paraná ficou em terceiro lugar no *ranking* de conteúdo. As informações dos contratos firmados pelo estado são divulgadas a partir de um banco de dados do Tribunal de Contas Estadual, mas que fica hospedado dentro do portal de transparência. Estão disponíveis várias informações como empenho, período de vigência e as alterações por aditivos. Os termos dos contratos estão disponíveis na íntegra.

Pode melhorar divulgando informações como forma de pagamento, cronogramas e suas alterações e uma ferramenta que permita acompanhar os pagamentos já realizados, comparando, em uma linha do tempo, o que já foi executado e o montante total do contrato.

Como quatro portais não pontuaram no item conteúdo, serão descritos a seguir os três últimos colocados que pontuaram. O portal do Pará, com 4 pontos, apresentou poucas informações sobre licitações, sendo que atendeu apenas parcialmente dois dos quatro critérios que tratam de informações sobre as licitações.

Mato Grosso alcançou 5 pontos em conteúdo, e apresentou apenas informações sobre licitações, atendendo parcialmente três critérios sobre o tema.

Com 7 pontos no item conteúdo, o portal de Goiás também apresentou apenas informações sobre licitações, sendo que os critérios foram todos atendidos parcialmente. Não disponibiliza, por exemplo, os processos de licitações já concluídos.

#### 6.1.2 Nota de usabilidade da avaliação de divulgação de informações sobre contratos

Na avaliação de usabilidade dos portais, a maior nota foi alcançada pelo portal do estado do Ceará (41 pontos). O portal com pior avaliação neste item foi o do estado do Sergipe, que alcançou apenas 13 pontos.

A TABELA 6 mostra o *ranking* com a posição de cada um dos portais avaliados em relação à usabilidade. Lembrando que, neste caso, alguns critérios avaliaram o portal de transparência como um todo, assim como as páginas de licitações e contratos. Acredita-se que um sítio que atenda aos critérios mínimos de usabilidade facilita o acesso do cidadão a todo o conteúdo do portal de transparência.

O GRÁFICO 6 mostra o *ranking* de pontuação em relação a usabilidade e no mapa é possível visualizar a situação de cada estado avaliado.

A média geral da avaliação de usabilidade, apresentada na TABELA 7, foi de 28,5 pontos. Treze portais de transparência estaduais, dos 24 avaliados, ficaram acima da média e onze ficaram abaixo da média.

TABELA 6 - RANKING DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO À USABILIDADE GERAL E DA PÁGINA DE CONTRATOS

POSIÇÃO	PORTAL	CONTEÚDO	NOTA FINAL	USABILIDADE
1º	Ceará (CE)	34	75	41
2º	Rio Grande do Sul (RS)	19	59	40
3º	Rio de Janeiro (RJ)	23	61	38
4º	Paraná (PR)	27	64	37
5º	Distrito Federal (DF)	18	54	36
6º	Santa Catarina (SC)	28	63	35
7º	Mato Grosso do Sul (MS)	24	58	34
8º	Rondônia (RO)	16	48	32
9º	Maranhão (MA)	15	46	31
10º	Espírito Santo (ES)	16	46	30
11º	São Paulo (SP)	26	55	29
12º	Amazonas (AM)	22	51	29
13º	Piauí (PI)	12	41	29
14º	Paraíba (PB)	23	51	28
15º	Alagoas (AL)	8	36	28
16º	Goiás (GO)	7	33	26
17º	Pernambuco (PE)	11	36	25
18º	Rio Grande do Norte (RN)	0	24	24
19º	Amapá (AP)	0	23	23
20º	Bahia (BA)	0	22	22
21º	Pará (PA)	4	25	21
22º	Mato Grosso (MT)	5	23	18
23º	Acre (AC)	0	14	14
24º	Sergipe (SE)	8	21	13
-	Minas Gerais (MG)	-	-	-
-	Roraima (RR)	-	-	-
-	Tocantins(TO)	-	-	-

FONTE: A AUTORA (2015)

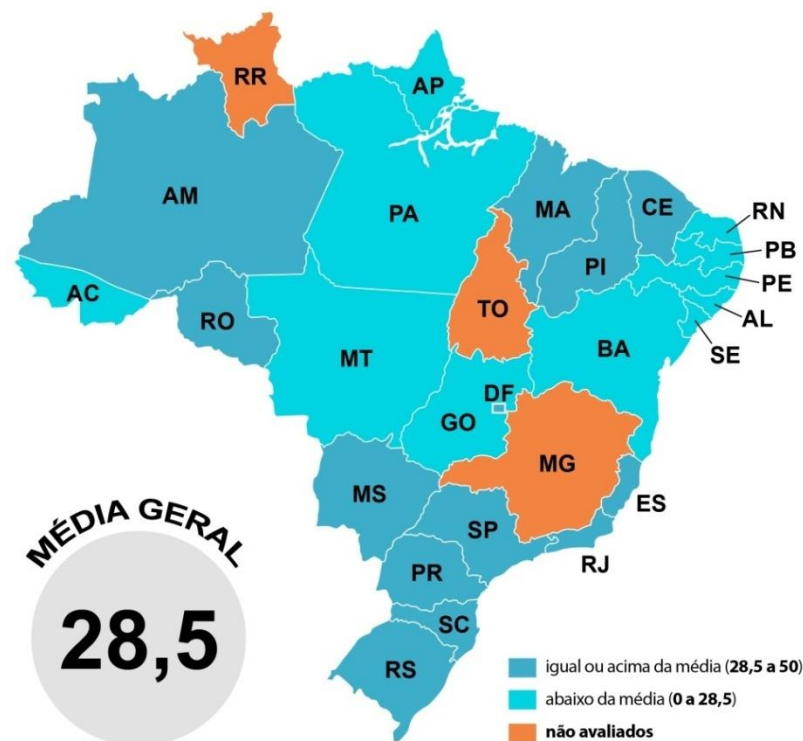
TABELA 7 - MÉDIAS DAS NOTAS DE USABILIDADE NA AVALIAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS POR REGIÃO

Médias	Geral	28,5
	Região Sudeste*	32
	Região Sul	37
	Região Centro-Oeste	28,5
	Região Nordeste	30
	Região Norte*	24

\*Para o cálculo das médias das regiões Sudeste e Norte não foram incluídos os estados retirados da população (MG, RR e TO)

FONTE: A AUTORA (2015)

## RANKING USABILIDADE



Ceará	41
Rio Grande do Sul	40
Rio de Janeiro	38
Paraná	37
Distrito Federal	36
Santa Catarina	35
Mato Grosso do Sul	34
Rondônia	32
Maranhão	31
Espírito Santo	30
São Paulo	29
Amazonas	29
Piauí	29
Paraíba	28
Alagoas	28
Goiás	26
Pernambuco	25
Rio Grande do Norte	24
Amapá	23
Bahia	22
Pará	21
Mato Grosso	18
Acre	14
Sergipe	13
Minas Gerais	-
Roraima	-
Tocantins	-

GRÁFICO 6 - RANKING DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA POR NOTA NO QUESITO USABILIDADE  
FONTE: A AUTORA (2015)

Apenas uma região teve média inferior à média geral no critério chave usabilidade, a Região Norte, com 24 pontos. Apesar de médias iguais ou superiores à média geral do item, as outras regiões não apresentaram resultado tão superior, sendo que a maior foi alcançada pela região Sul, com 37 pontos.

O primeiro colocado no *ranking*, o sítio de transparência do Ceará, alcançou nota 41 em usabilidade. Entre os pontos positivos, está a apresentação de gráficos na página de contratos, mostrando os maiores contratados, por valor, dentro dos requisitos da pesquisa feita pelo usuário. A busca na página de contratos é simplificada ou avançada e, nos dois casos, o usuário não precisa preencher nenhum item para realizar a pesquisa. Ainda dentro da página de contratos, existe uma ferramenta de busca livre. Há potencial para melhoria em relação à quantidade de texto na página inicial, entre outros itens.

Com 40 pontos, o portal do Rio Grande do Sul foi o segundo colocado em usabilidade. Entre os pontos positivos estão a disponibilização de todos os arquivos do sítio para *download* no formato CSV. Apresenta análise gráfica de receitas e despesas. Tem texto simples e didático explicando sobre cada uma das seções do portal. Pode desenvolver melhorias na busca pelos contratos, já que não há como consultá-los por mês ou ano, pois não existe filtro para período.

Terceiro colocado, o portal de transparência do Rio de Janeiro obteve 38 pontos em usabilidade. Atende a quase todos os critérios que avaliam o portal de transparência de maneira geral, como forma de contato, identidade em todas as páginas, carga reduzida de informação e ferramenta de busca em todas as páginas e localizada no canto superior direito do sítio. Mesmo com nota alta, apresenta vários pontos de melhoria. Um deles é a exigência de um tipo específico de navegador para acessar o sítio com as informações sobre as licitações públicas. A ferramenta de busca da página de contrato exige preenchimento do filtro “ano” e pelo menos mais um item, sendo que o filtro de “Unidade Gestora” apresenta as informações somente em siglas, o que dificulta a navegação de usuários não tão familiarizados com os termos.

Entre os portais com pior colocação no *ranking* de usabilidade está o de Sergipe, com 13 pontos. O portal não permite que o usuário salve as informações em formatos abertos. A página do “Fale Conosco” estava fora do ar quando a pesquisadora tentou o acesso. Há excesso de texto, a fonte utilizada é pequena e a nomenclatura de seções e subseções é tachada, o que pode dificultar a leitura.



O portal de transparência do Acre, com 14 pontos, não permite acesso pelo formato padrão “<http://www.transparencia.ac.gov.br>”. Não há indicação de formas de contato com a equipe do portal, nem ferramenta de busca.

Com 18 pontos, o portal do Mato Grosso fecha a lista dos três piores colocados no *ranking* de usabilidade. A página utiliza termos não comuns aos outros portais analisados, por exemplo, informações sobre licitações estão na seção “aquisições governamentais”. Não há identificação do portal em todas as páginas, algumas páginas estão indisponíveis e não é possível exportar os dados. Além disso, solicita cadastro para *download* dos editais de licitação.

### 6.1.3 Pontuação por critérios obrigatórios e recomendáveis

Cada portal de transparência avaliado poderia alcançar até 49 pontos em 20 critérios do protocolo que, segundo a pesquisa, são obrigatórios. Outros 51 pontos foram divididos entre 25 critérios do protocolo de pesquisa que são recomendáveis, por estudos e documentos de organizações internacionais que pregam boas práticas na divulgação de informações sobre contratos.

O GRÁFICO 7 apresenta a pontuação de todos os portais estaduais avaliados nos critérios obrigatórios levantados neste estudo.

O *ranking* de pontuação nos critérios recomendáveis é apresentado no GRÁFICO 8.

## CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS

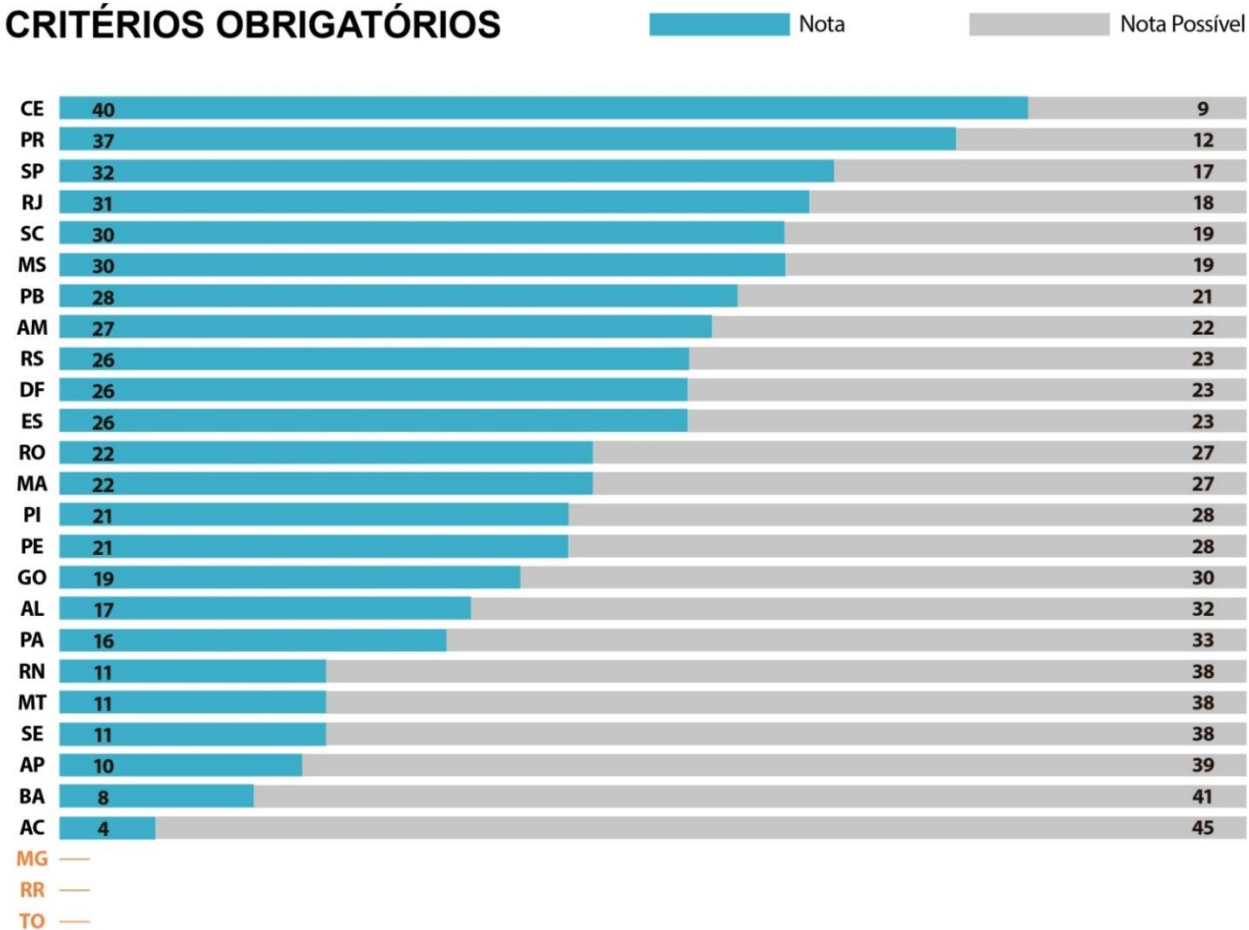


GRÁFICO 7 - *RANKING* DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA POR NOTA ALCANÇADA EM CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS  
 FONTE: A AUTORA (2015)

## CRITÉRIOS RECOMENDÁVEIS

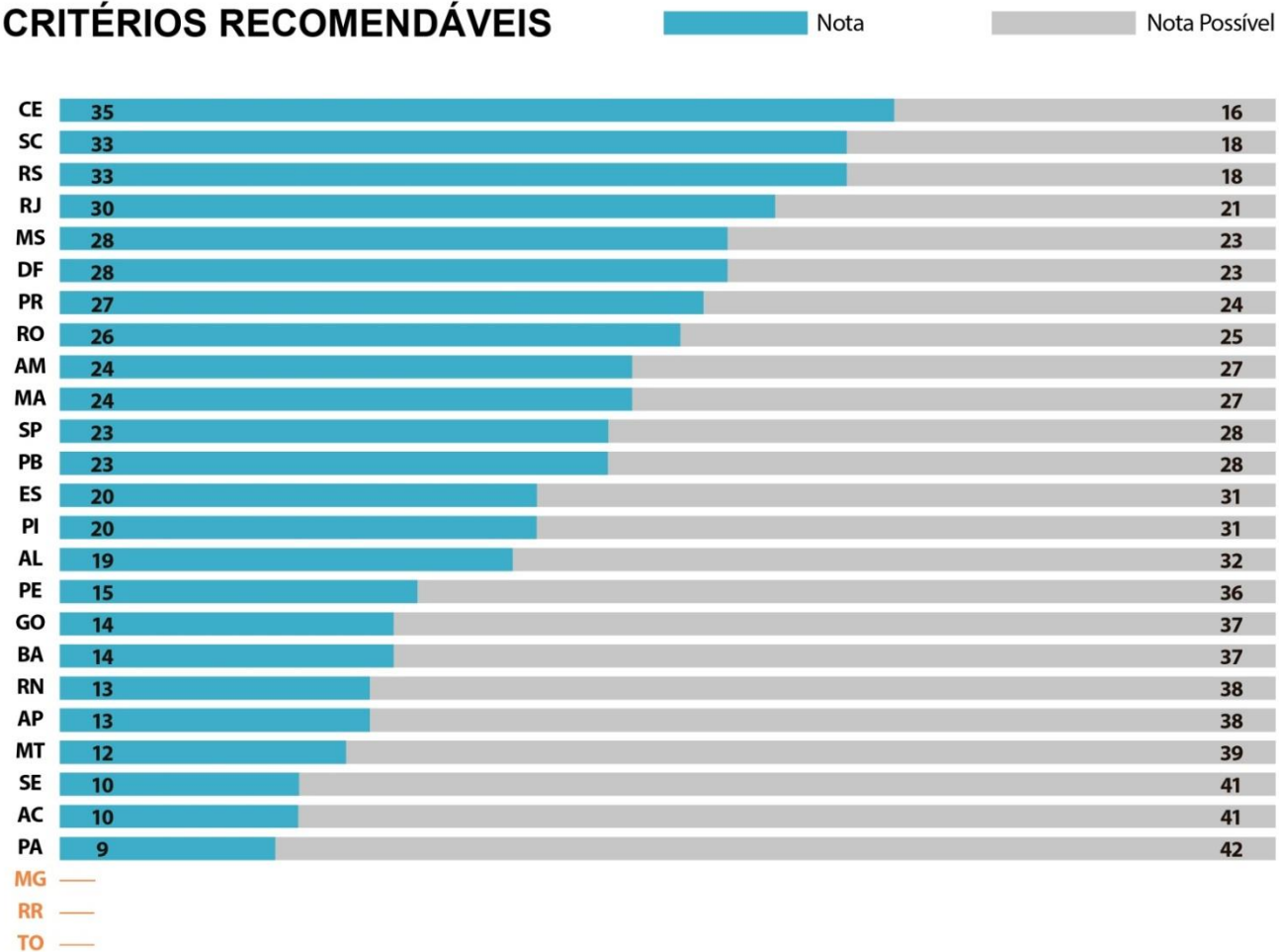


GRÁFICO 8 - *RANKING* DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA POR NOTA ALCANÇADA EM CRITÉRIOS RECOMENDÁVEIS  
 FONTE: A AUTORA (2015)

## 6.2 ANÁLISE DESCRITIVA DOS PORTAIS AVALIADOS

Nas subseções a seguir, serão apresentadas as análises descritivas dos sítios. O texto será dividido conforme os critérios chave do protocolo, usabilidade e conteúdo, com uma conclusão geral sobre cada portal.

### 6.2.1 Portal de transparência do estado do Acre

#### a) Usabilidade: 14 pontos

- o acesso não é possível a partir do padrão <<http://www.transparencia.ac.gov.br>>;
- não permite *download* dos dados em nenhum formato;
- na seção “Despesas”, ao clicar em “por órgão governamental”, é possível acessar algumas informações sobre alguns pagamentos feitos a empresas contratadas.

#### b) Conteúdo: 0 pontos

- não apresenta informações sobre licitações;
- não possui banco de dados com informações sobre os contratos;
- ao fazer a busca na seção de despesas, o sítio retorna uma planilha com as seguintes informações: o ícone de um documento com opção de clique, ano, número do pagamento, data de emissão, credor, natureza, valor bruto, consignado e valor líquido;
- ao clicar sobre o ícone do documento, abre-se uma tela onde há informações como: credor, nota, descrição, dotação orçamentária, valor do pagamento, entre outros. Porém, em muitas unidades consultadas, não havia nenhuma informação;
- a forma de buscar as informações permite escolher o ano e o mês. Porém, não é possível escolher todos os meses de um ano, o que dificulta a busca e fragmenta as informações.

Com nota final 14, o portal é muito pobre em informações, contendo basicamente dados sobre receitas e despesas do governo do estado, sem possibilidade de salvar os dados.

#### 6.2.2 Portal de transparência do estado de Alagoas

##### a) Usabilidade: 28 pontos

- a página inicial do sítio do governo do estado de Alagoas não tem *link* direto para o portal de transparência;
- o portal de transparência, por sua vez, não permite a gravação de relatórios em diferentes formatos eletrônicos;
- ESTAVA fora do ar nos dias 08, 09 e 10/11. Não havia nenhum aviso para voltar a funcionar. Foi possível avaliá-lo novamente no dia 11/11. Durante a avaliação, o portal saiu do ar novamente;
- Ao entrar no portal de transparência, o usuário encontra uma seção denominada “Licitações e contratos”. Ao clicar no botão, ele é encaminhado para uma página com explicações sobre cada uma das subseções disponíveis: “Licitações, editais e avisos”, “Atas de registro de preço e contrato”, “Calendário de licitação”, “Consulta pública”, “Resultado do pregão” e “Parceria Público-privada”. Ao clicar em qualquer uma das seções, o usuário será encaminhado para outro sítio, o da Agência de Modernização da Gestão de Processos (AMGESP);
- a subseção “Licitações – Editais e avisos” abre uma página com duas pastas, uma para editais e outra para avisos. Ao abrir a pasta de editais, há outras três pastas: “Editais 2013”, “Editais 2014” e “Editais 2015”. Na última, por exemplo, há cinco arquivos em formato PDF (Formato de documento portátil, em português), sendo que apenas dois são editais de abertura de licitação.

b) Conteúdo: 8 pontos

- não há informações básicas sobre as licitações sem abrir os editais, nem uma base de dados com os editais concluídos e em andamento. O usuário não sabe se esses foram os únicos contratos realizados pelo estado, se há outros contratos em outras seções;
- não apresenta um banco de dados específico sobre os contratos, apenas uma pasta com alguns dos contratos do governo. Na página inicial da AMGESP existe uma seção denominada “Atas de Registro de Preços e Contratos”. Ao ir para a seção o usuário terá pastas de “Atas e contratos” dos anos de 2011 a 2016. Ao clicar em uma delas, o usuário terá acesso a outras cinco pastas: atas, contratos, termos de apostilamento, termo aditivo e termo de renegociação de valor;
- a pasta contratos de 2015, por exemplo, possui 14 termos de contrato em formato PDF. O nome dos arquivos possui as seguintes informações (por presunção da pesquisadora, já que não há nenhuma descrição na página): número do contrato, contratado, órgão contratante, breve descrição do objeto e data. Para outras informações é necessário abrir o documento, que é salvo automaticamente no computador do usuário;
- pelo número de contratos disponíveis em 2015, acredita-se que não são todos os contratos firmados pelo poder executivo neste ano;
- na pasta de termos de apostilamento, que é o acordo firmado entre governo e empresa privada quando não há necessidade de contrato, os documentos são apresentados da mesma forma que da página de contratos.

A nota final foi 36. A página de transparência de Alagoas direciona o usuário que quer saber informações sobre contratos para outra página, que não atendeu nenhum dos pré-requisitos do protocolo referentes aos procedimentos licitatórios. Em relação a contratos firmados, considerou-se parcialmente o atendimento ao item 28, que se refere à disponibilização das informações sobre contratos em um banco de dados.

Há muito potencial para melhoria de itens na usabilidade, mas a principal deficiência do portal está no conteúdo relacionado a contratos e licitações, que não

atende ao objetivo de informar o cidadão sobre a situação de andamento dos contratos, incluindo realização dos serviços ou entrega de mercadorias e pagamentos.

### 6.2.3 Portal de transparência do estado de Amapá

#### a) Usabilidade: 23 pontos

- permite *download* somente em formato XLS;
- há informações em gráficos, mas em gráficos de pizza, que não são ideais para observação de grande quantidade de dados;
- não possui ferramenta de busca no canto superior direito;
- há busca no caso de credor, permitindo colocar nome da empresa ou CNPJ, unidade gestora e valores;
- há possibilidade de “consulta livre” a partir de vários filtros, incluindo unidade gestora, sem necessidade de escolha de todos;
- as notas foram parciais sobre a ferramenta de busca porque elas não levam a informações completas sobre contratos;
- há um item chamado pesquisa, que pode confundir o usuário, já que ele pode clicar lá para tentar fazer uma busca, mas trata-se de um formulário de pesquisa para saber se usuário encontrou o que queria;
- possui opção de compartilhamento das informações, mas a pesquisadora não conseguiu sucesso ao testar a ferramenta.

#### b) Conteúdo: 0 pontos

- não há informações sobre licitações já realizadas. Apenas avisos de licitações, mas no dia de avaliação do portal (20/10/2015) levava para uma página fora do ar;
- não apresenta banco de dados sobre contratos;
- não disponibiliza os termos de contrato;
- não apresenta *link* direto para contratos firmados. É possível encontrar algumas informações em despesas, onde há opções como: por órgão acumulado, por órgão detalhado, por credor, por função,

por fonte, entre outras. Mas nenhuma delas relaciona os pagamentos a algum contrato;

- na página de busca por credor é possível encontrar informações básicas sobre os pagamentos realizados, que apresentam razão social da empresa, observação do empenho onde há um número de contrato, unidade gestora, assim como objeto dos contratos. Porém, não há como saber mais detalhes como valor total do contrato, vigência, entre outras informações.

A nota final foi 35 pontos, alcançados apenas no critério usabilidade. Apesar de possuir um visual interessante e de fácil navegação, não apresentou os conteúdos avaliados na pesquisa. O portal tem potencial para desenvolvimento de um banco de dados sobre contratos, mas faltam os dados.

#### 6.2.4 Portal de transparência do estado do Amazonas

##### a) Usabilidade: 29 pontos

- página inicial com pouca informação, mas possui abas que não são muito claras para o usuário comum, com itens como BGE, LDO e LOA em siglas;
- permite *download* das informações em formatos PDF e XLS;
- não possui ferramenta de busca aberta;
- é possível pesquisar os contratos por uma ferramenta de busca com filtros pré-definidos. Os filtros são: ano, disponível de 2010 a 2015; período, pode ser consolidado ou mês a mês; e consulta, com opção de todos os contratos, por natureza da contratação, por fornecedor, por forma de aquisição e por tipo de ajuste. Porém, a busca é limitada, por exemplo, não é possível saber quantos contratos determinada empresa tem com o governo, pois todos os resultados levam a uma lista de cento e seis (106) órgãos ligados ao governo do estado. Seria necessário abrir uma a uma as páginas de contratos desses órgãos e tabular as informações para chegar ao resultado.



Também não é possível buscar por tipo de serviço contratado ou artigo comprado.

b) Conteúdo: 22 pontos

- no caso das licitações, é possível acessar editais e itens homologados. No caso de itens homologados, o usuário é encaminhado para uma outra página, do portal de compras da Secretaria de Estado da Fazenda. Nesta página é possível consultar por período, tipo de catalogação (material ou serviço), unidade gestora, além de uma palavra-chave em busca livre. É possível acessar mais informações como edital de homologação, órgão, vencedor, marca, valor estimado e valor total. O usuário pode achar que terá acesso aos documentos, pois o mouse reconhece algumas partes do texto como *hiperlink*, mas o clique é frustrado. Ao clicar, são mostradas apenas informações como nome do órgão por extenso, no caso do edital de homologação, um número que pode ser o do edital de licitação e no caso do vencedor, razão social e CNPJ. Não há *link* para o edital de licitação. Também é possível fazer uma pesquisa aberta dentro dos resultados;
- na consulta por editais, é possível pesquisar os contratos por uma ferramenta de busca com filtros pré-definidos. Os filtros são: ano, disponível de 2010 a 2015; período, pode ser consolidado ou mês a mês; opção, com opção por órgão ou por fornecedor; e tipo de consulta, compras por licitação e demais modalidades ou licitação para registro de preços;
- possui banco de dados sobre contratos, mas não disponibiliza os termos de contrato;
- no banco de contratos, a mesma lista de 106 órgãos já mencionada, é apresentada ao usuário. Ao escolher um dos órgãos, o usuário pode acessar a maioria das informações exceto o contrato completo. Para chegar ao objeto da licitação o usuário precisa, em alguns casos, de quatro cliques.

O portal alcançou 51 pontos na nota final, com destaque pela disponibilização de informações específicas sobre contratos e sobre licitações. Ainda possui pontos de potencial melhoria como nas ferramentas de busca, na

disponibilização dos contratos e no melhor detalhamento das informações sobre os contratos, possibilitando assim um acompanhamento mais efetivo do cidadão.

## 6.2.5 Portal de transparência do estado da Bahia

### a) Usabilidade: 22 pontos

- as informações sobre licitações estão na seção “Compra Transparente”, o que pode deixar o usuário em dúvida;
- por alguns dias a pesquisadora tentou acesso ao portal no *link* “compra transparente” sem sucesso. A página possui acesso às informações a partir de uma ferramenta de busca com os filtros, que fornecem a informação, sem opção de preenchimento pelo usuário: período (ano e mês), tipo (dispensa, licitação ou inexigibilidade), pesquisa por (comprador – unidade gestora, fornecedor, comprador/fornecedor), poder (executivo ou defensoria pública) e comprador (este campo não apresenta opções, por isso o usuário não consegue preenchê-lo), e digite as letras (*captcha*). Sem a possibilidade de preencher o filtro de comprador, a ferramenta não retorna nenhum resultado, conforme mostra a FIGURA 7.

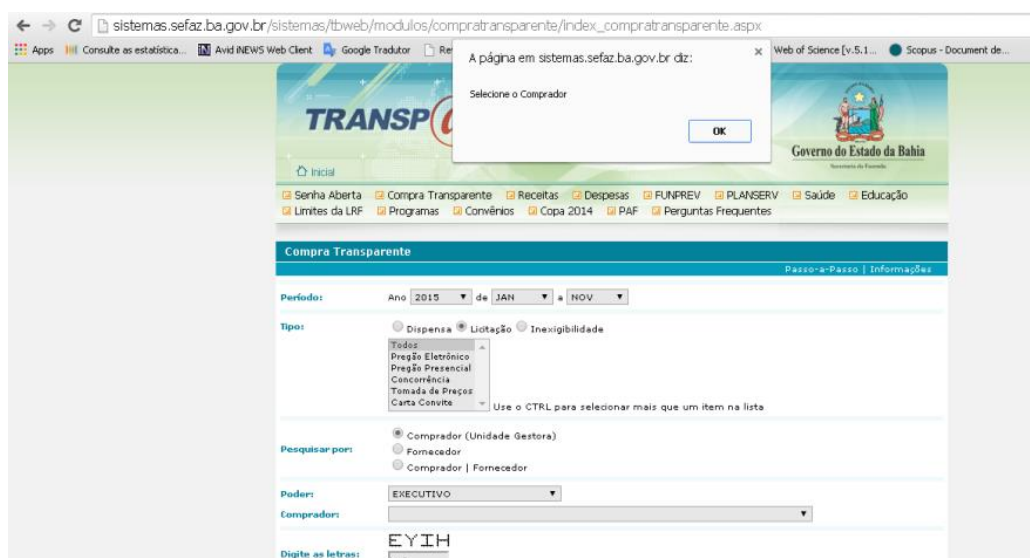


FIGURA 7 - ERRO NA PÁGINA DE LICITAÇÕES DO PORTAL DA BAHIA.  
FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DA BAHIA (2015).

NOTA: ACESSO EM 12/11/2015.

Por telefone, a pesquisadora tentou contato com a equipe do Portal de Transparência. A atendente confirmou o problema, mas disse que não havia nenhum aviso sobre falhas no sistema e não tinha um prazo para solução.

Uma consulta foi realizada pelo “Fale Conosco”, realizada no dia 09/11/2015. No dia 12/11/2015, a resposta pedia que a pesquisadora enviasse a tela com o impedimento para consulta. A solicitação foi atendida no mesmo dia, conforme demonstra o ANEXO 4, mas não houve resposta até 18/11/2015.

b) Conteúdo: 0 pontos

- não foi possível acessar as informações sobre licitações, conforme descrito no item usabilidade;
- não há banco de dados sobre contratos.

O portal da Bahia atendeu apenas alguns critérios de usabilidade, alcançando, ao todo, 22 pontos. Há ainda muito potencial de desenvolvimento na parte de usabilidade e urgência na correção do erro na página de licitações e criação de uma página sobre contratos.

#### 6.2.6 Portal de transparência do estado do Ceará

a) Usabilidade: 41 pontos

- página inicial um pouco carregada de texto;
- destaque para infográfico com maiores contratados por valores, já na página inicial de contratos;
- permite download nos formatos CSV e Excel;
- em todas as páginas apresenta uma pesquisa para saber se o usuário encontrou o que queria, com opção de enviar críticas e sugestões;
- licitações (consultar editais): usuário é encaminhado para a página de compras e há informações muito completas sobre licitações em andamento;
- licitações em andamento e concluídas: vai para a página “Licitar” e permite busca das licitações;

- a busca é livre, ou seja, apesar de apresentar filtros que facilitam a procura, pode ser feita sem a seleção de nenhum item;
- página de contratos possui opções de busca simplificada e busca avançada;
- o banco de contratos possui uma ferramenta de busca livre, que facilita a procura de determinada informação.

b) Conteúdo: 34 pontos

- em relação ao critério 24 do protocolo, só atende parcialmente por não disponibilizar acesso ao edital completo, existe um campo onde, supostamente, deveria haver *link* para o anexo, mas nas buscas feitas pela pesquisadora esse campo estava vazio;
- em relação ao item 25, não apresenta dados sobre os participantes, com razão social, CNPJ e valores sem abrir o processo.
- página única para contratos, com informações bem completas, incluindo infográfico na página inicial, página com a lista de contratos, acesso detalhado com informações completas sem necessidade de abertura dos contratos;
- o resultado da pesquisa por contratos apresenta uma tabela com as seguintes informações: contratado (*hiperlink*), objeto, gestor, valor do contrato, valor empenhado e valor pago. Ao clicar sobre o contratado, o usuário tem acesso aos detalhes do contrato;
- na página com os detalhes, o usuário tem acesso a informações como justificativa, modalidade de licitação, data de assinatura, data de término, valor original, valor aditivo, valor ajuste, valor atualizado, documentos de aditivos, ajustes e empenhos (ao clicar no número do empenho o usuário tem acesso à outra tela, com vários detalhes, incluindo a classificação da natureza dos gastos);
- é possível acessar o termo do contrato;
- também é possível acessar o edital de licitação que gerou o contrato;
- na página com informações detalhadas sobre os contratos, existe o *link* para a Ouvidoria do estado, chamado “Ouvidoria – Fiscalize aqui”, que encaminha o usuário para um formulário onde pode enviar uma reclamação ou pedido de informações.

A nota final do portal foi 75 pontos. O portal é de fácil navegação, atendendo a grande maioria dos requisitos de usabilidade, com alguns pequenos pontos para melhoria.

Em relação a conteúdo, o portal se mostrou completo em relação aos outros analisados, com as informações muito detalhadas sobre o andamento dos contratos, mas ainda com um bom potencial para desenvolver melhorias. Uma opção poderia ser a busca por contratos aditivados, já que alguns contratos ainda vigentes por aditivos foram apresentados em buscas por contratos finalizados.

A opção de gráficos dentro da tela de detalhamento, com informações sobre o andamento da obra e o cronograma também podem ser itens a enriquecer o sítio.

Pontos de destaque do portal são as opções para acompanhamento de obras, que permite ao usuário verificar informações sobre obras rodoviárias em andamento e a ferramenta, que divulga as informações sobre os investimentos do governo no estado. O usuário pode fazer a busca por cidade e verificar os investimentos no município ao clicar no mapa. A busca retorna uma tabela com opção de acesso a contratos e convênios, que encaminha o usuário para a página com o detalhamento do contrato.

#### 6.2.7 Portal de Transparência do Distrito Federal

##### a) Usabilidade: 36 pontos

- permite exportação para os formatos CSV e PDF;
- página chamada Convênio-Contratos;
- ferramenta de busca em contratos com filtros eficientes;
- é possível acessar informações sobre contratos em três bancos diferentes:
  - 1) Contratos – SIGGO, que permite acesso a contratos registrados no Sistema de Gestão Governamental (SIGGO) com as notas de empenho. Apresenta apenas a nota de empenho com o número do contrato;
  - 2) Consulta contratos – permite acesso a contratos cadastrados no SIGGO, com informações detalhadas como número do contrato,

espécie, unidade gestora, órgão, nome do credor, objeto e valor do contrato. Não permite acesso ao documento do contrato;

- 3) Aditivos contratos – disponibiliza o detalhamento dos aditivos (vigência e valor contratado) de contratos registrados no SIGGO. A busca retorna todos os aditivos, sendo que para buscar por número de contrato é necessário usar a opção contratos – SIGGO.

b) Conteúdo: 18 pontos

- na seção “Compras” estão disponíveis dados de licitações com editais e resultados;
- nas subseções da página de compras “por status” e “por modalidade”, há apenas um comparativo com o número de licitações feito em cada modalidade, sem possibilidade de acessar o processo. Há gráficos com essas informações;
- na subseção “resultados de licitações”, o usuário tem acesso a uma tabela com as licitações sem possibilidade de abertura de nova tela, apresenta informações como: número da licitação, nome, modalidade, data de início, data de abertura e status. Todas as tabelas abertas têm opção de busca por meio de filtro em cada uma das colunas;
- na subseção “Editais” o usuário encontra editais com uma breve descrição, modalidade, em alguns casos, e data. O edital está acessível em formato PDF;
- apesar do número de subseções, o acesso às informações não atende a maioria dos critérios do protocolo de pesquisa;
- na tabela gerada sobre contratos, é possível expandir o tamanho das colunas, o que cria uma barra de rolagem horizontal e dificulta a leitura.
- na página do SIGGO, disponibiliza na tabela o número do empenho, ao dar um duplo clique em determinado contrato o usuário tem acesso a informações mais completas, incluindo natureza da despesa;
- não é possível acessar o documento completo do contrato;

- para saber quanto uma empresa recebeu em um contrato, é preciso utilizar o filtro na ferramenta SIGGO e buscar visualmente pelo número do processo.

A nota final foi 54 pontos, com muito potencial para melhoria em conteúdo. As informações sobre contratos são muito superficiais, dificultando o acompanhamento da execução dos mesmos. No quesito usabilidade também há pontos para desenvolvimento, com destaque para a descrição das seções, que são bem claras e ajudam o usuário a se localizar.

#### 6.2.8 Portal de transparência do estado do Espírito Santo

##### a) Usabilidade: 30 pontos

- permite baixar arquivos apenas no formato Excel;
- na página de “Editais de licitação”, localizado na seção de compras, por exemplo, é apresentado um banco de dados com todos os processos licitatórios, entre abertos e realizados. É possível exportar os dados para planilhas, mas só são exportados os dados mostrados na tela, limitado a quinze linhas;
- nem todas as páginas apresentam a identidade do sítio;
- não dispõe de ferramenta de busca em todas as páginas;
- na página de contratos, as opções de busca são limitadas.

##### b) Conteúdo: 16 pontos

- a página “Editais de licitação” apresenta as seguintes informações sobre o processo de licitação, sem necessidade de abertura do edital: número do edital, objeto, órgão, processo, data, modalidade, etapa e *download* do edital. Ao clicar sobre o número do processo, o usuário tem acesso a um resumo, com os seguintes dados: interessado, assunto, resumo, situação, último andamento e município;
- já o *link* “Resultados de licitações” não há nenhuma opção de filtro antes de gerar a tabela, que apresenta as seguintes informações:

editais, modalidade, objeto, data, sigla (órgão responsável pela licitação) e vencedor. Não é possível acessar nenhum documento;

- na página “Pregões encerrados” há um banco de dados bem completo sobre os pregões. Primeiro o usuário escolhe o ano, a partir de 2009 e será encaminhado a um banco de dados, onde fica sabendo o total de licitações realizadas no ano e o valor licitado. Na base, são listados os órgãos, quantidades de licitações de cada um e o valor total dos lotes. Ao escolher um órgão, o usuário tem uma base de dados com os pregões realizados por determinados órgãos e as seguintes informações em formato de tabela: número da licitação, data de término, número do processo, quantidade de lotes, valor total dos lotes e situação. É possível clicar em dois *links*: N° da Licitação e N° do Processo. Ao clicar em licitação o usuário é encaminhado a uma página onde tem as seguintes informações: lote, descrição, CNPJ do vencedor, Razão Social, Valor e situação. Ao clicar em lote ou descrição, é encaminhado a uma página com as informações: mercadoria, descrição, quantidade, CNPJ e Razão Social dos licitantes e o vencedor. Ao clicar em N° do processo, é encaminhado a um protocolo com informações como interessando, assunto, resumo, situação, último andamento e município. O mesmo protocolo aparece na página de editais de licitação;
- a subseção “Portal Compras.ES” encaminha o usuário para a página <http://www.compras.es.gov.br>. No *link* “Gestão de contratos” há um *checklist* para funcionários sobre o processo de contratação e modelos de formulários. No *link* “Pesquisa fornecedores”, é possível buscar por fornecedores com informações completas. É preciso ser cadastrado para baixar editais;
- na subseção “Contratos corporativos” são apresentados contratos específicos como passagens aéreas, combustíveis e lubrificantes, gerenciamento de oficinas, telefonia, entre outros;
- o portal foi analisado no pré-teste da pesquisa, entre os meses de maio e junho do ano de 2015. Ao passar por nova avaliação entre os meses de outubro e novembro, o portal apresentou uma melhoria: uma página específica para contratos;



- na página de contratos é possível acessar os contratos celebrados pelo governo estadual. Porém, não é possível fazer uma busca com filtros como contratos por órgão, ou por ano. A única opção dada ao usuário é visualizar o resultado em planilha. Esta planilha possui opção de busca, porém, não é possível buscar por contratada, pois as únicas opções disponíveis na planilha gerada são: contrato/órgão, objeto, data de assinatura, sigla e opção de *download* do contrato. A unidade gestora é apresentada apenas em siglas, dificultando o entendimento de quem tem pouca familiaridade com os órgãos do governo.

Com 46 pontos na nota final, o Portal do Espírito Santo tem bons recursos de usabilidade na página, mas poucos recursos de busca e que permitam a exportação dos dados em diferentes formatos. Em relação ao conteúdo, o portal apresentou melhora em relação à avaliação realizada no pré-teste deste estudo, pois agora apresenta uma página específica para contratos. Ainda assim, mantém alguns contratos em uma seção separada. Licitações de diferentes modalidades também têm informações divulgadas em diferentes bancos de dados.

#### 6.2.9 Portal de transparência do estado de Goiás

##### a) Usabilidade: 26 pontos

- a página de licitações apresenta as informações sobre licitações com opção de gráficos. O usuário pode escolher entre gráficos de pizza ou gráfico de barras verticais. Os gráficos apresentam informações sobre a quantidade de licitações em cada modalidade e o valor gasto em cada uma delas;
- o formato de apresentação das informações sobre as licitações pode confundir o usuário, pois apresenta poucas linhas no resultado, mas o usuário pode expandir essa função, porém, o ícone usado para isso não é intuitivo, nem fica muito claro que há outras linhas a serem mostradas;

- permite exportar as informações para os formatos PDF, Excel, PowerPoint, arquivo compactado *web* (.mht) e dados (CSV, formato limitado por tabulações e XML).

b) Conteúdo: 7 pontos

- na página de licitações é possível acessar as seguintes opções: Visão Geral, Licitações em Andamento, Licitações Concluídas, Fornecedores/Parceiros e Participantes de Licitações. Porém, faltam muitas informações importantes para o processo na tabela gerada em cada um dos itens. A pesquisadora sentiu falta de poder mesclar as opções, já que em alguns casos encontrava parte das informações que procurava em uma das opções, mas para ter acesso ao panorama completo, era necessário refazer a busca usando a outra opção;
- na função “Licitações concluídas”, há as seguintes informações: modalidade, órgão (sigla), período de solicitação, valor, objeto, número do processo, código de solicitação de aquisição, edital e contrato. Ao clicar sobre contrato, a pesquisadora não conseguiu acessar o documento, em várias tentativas. O navegador chega a abrir uma nova aba, mas ela rapidamente fecha.
- dentro de “Licitações concluídas”, ao clicar no item “Código da solicitação de aquisição”, o usuário é encaminhado para uma página do portal <<http://www.comprasnet.gov.br/>> onde encontra uma tela com as seguintes informações: órgão, número do processo, forma de aquisição, tipo de proposta, status, objeto, participantes e em alguns casos o vencedor (apenas CNPJ), valores, observações, entrega e pagamento (tipo de entrega e forma de pagamento), presidente da comissão de licitação (CPF, nome, telefone e *e-mail*);
- os editais de licitações concluídas não estão disponíveis;
- não há um banco específico sobre contratos.

A nota final foi 33, deixando claro que há muitas melhorias a serem implantadas no portal. A página inicial é de fácil navegação, mas os sistemas ao qual o usuário é encaminhado ao escolher uma das opções têm formato muito técnico. A falta do banco de dados exclusivo para contatos foi a principal deficiência.

## 6.2.10 Portal de transparência do estado do Maranhão

### a) Usabilidade: 31 pontos

- permite *download* nos formatos CSV e planilha eletrônica, mas no caso de licitações e contratos apenas em planilha eletrônica;
- teve reformulação recente - as informações disponíveis são de 2015, é possível acessar as informações de 2009 a 2014 - mas ainda apresenta pontos para melhora;
- não apresenta ferramentas de busca e em algumas tentativas de pesquisa por receita, o sítio apresentou erro;
- o banco de licitações e contratos está hospedado no sítio do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão;
- nos bancos citados no item anterior, há poucas informações acessíveis ao usuário, mas quando as informações são exportadas para planilha, o usuário tem acesso às informações completas.

### b) Conteúdo: 15 pontos

- na página inicial do portal de transparência há uma seção chamada “Compras”, as subseções disponíveis são: sítio da CCL, editais de licitação, pregões, comissões setoriais e consulta de contratos. Ao clicar nas quatro primeiras opções o usuário será encaminhado para o sítio da Comissão Central Permanente de Licitação (CCL). No sítio é possível acessar os editais de licitação e seus anexos;
- ao clicar no *link* consulta de contratos o usuário será encaminhado para uma página com duas opções: “Lista de contratos em formato PDF até outubro de 2015” e “Acesso ao Sistema SACOP – Selecione o ente: Estado do Maranhão”;
- a primeira opção, ao contrário de dar acesso a um arquivo em PDF encaminha o usuário à página de Pregões on-line da Casa Civil (<http://www.casacivil.ma.gov.br/pregoes-online/>);
- ao escolher a segunda opção, o usuário terá acesso ao portal do Tribunal de Contas do Maranhão, na página “Mural de Licitações”;

- é possível fazer pesquisa escolhendo as cidades ou o Estado do Maranhão. Há opção de exportar licitações e contratos para planilha. Ao clicar sobre um processo, o usuário baixa, em formato PDF, o edital da licitação e, em alguns casos o contrato. Não ficou bem claro qual o critério;
- ao baixar a planilha sobre contratos o usuário tem informações como razão social e CNPJ da empresa contratada, vigência e valor total do contrato, que não estavam disponíveis no tabela do sítio;
- a planilha de licitações tem as colunas: ID do processo, ente, unidade, tipo, número do processo, número do instrumento, modalidade, objeto, data da sessão, valor e resultado;
- no portal de transparência, na seção de despesas, há informações sobre os empenhos e, ao clicar sobre o número do empenho, o usuário acessa informações básicas do processo em uma tela. No entanto, quando o *download* dos dados é feito, o arquivo não vem com as informações que constam nessa tela.

A nota final do portal foi 46 pontos. Em relação à usabilidade o portal tem vários pontos positivos, mas precisa melhorar as ferramentas de busca e disponibilizar informações para *download* em diferentes formatos em todos os portais, inclusive naqueles para os quais encaminha o usuário, como o caso do Tribunal de Contas do Maranhão. Em relação ao conteúdo, as informações estão fragmentadas e incompletas. No mural de licitações, por exemplo, uma informação é mostrada ao usuário na tela e outra, mais completa, é apresentada quando o mesmo exporta os dados. Difícil entender onde estão, já que estão divididas em diferentes páginas e as informações nem sempre são apresentadas da mesma forma, por exemplo, no mural de licitações, ao clicar sobre um item, a pesquisadora teve acesso a editais de licitação e a contratos, dentro de uma mesma busca.

#### 6.2.11 Portal de transparência do estado do Mato Grosso

##### a) Usabilidade: 18 pontos

- os termos usados não são comuns aos outros portais. Por exemplo, informações sobre licitações e contratações estão na seção “Aquisições Governamentais”;
- ao clicar em “Aquisição em detalhe”, o usuário vai para uma página sem identificação, onde uma tabela com a descrição de processos de contratação é mostrada. Porém, a página apresentou erro, não há informação como valor e não é possível obter mais detalhes clicando sobre o processo;
- na opção “aquisições por modalidade”, o usuário vai para uma página onde supostamente poderia pesquisar por mês, ano, modalidade, situação e fornecedor, mas a página apresenta erro;
- não é possível exportar as informações;
- para mudar mês e ano a página é lenta, dificultando até a escolha do ano, por exemplo;
- é impossível saber em que página o usuário se encontra, que opção escolheu;
- não é possível visualizar processo por processo ou contrato por contrato, apenas informações compiladas por secretaria ou modalidade, por exemplo;
- disponibiliza infográfico, mas não é possível escolher o período por causa dos erros;
- solicita cadastro para *download* de editais de licitação.

b) Conteúdo: 5 pontos

- não há um banco padronizado para contratos;
- dentro da seção de aquisições governamentais é possível acessar “Resultados Licitações”, mas as informações são insuficientes: data, número do processo, objeto, órgão, modalidade e número de autorização de compra. É possível visualizar o resultado da licitação que é apresentado em formato PDF, mas apenas com informações sobre o vencedor, sem detalhes sobre os participantes.

A nota final do portal foi 23 pontos. Em relação à usabilidade há muitos pontos para melhoria. A página com informações sobre as aquisições é lenta, não possui botões para realizar a busca, confunde o usuário e traz apenas informações

globais. Em relação a conteúdo, apresenta detalhes superficiais sobre licitações e nenhum dado sobre contratos firmados.

#### 6.2.12 Portal de transparência do estado do Mato Grosso do Sul

##### a) Usabilidade: 34 pontos

- A gravação de relatórios só está disponível em formato Excel e, na página de contratos e licitações, não é possível fazer o *download* dos dados;
- Só aparece a opção de *download* em formato Excel quando o usuário já está na tela com maior detalhamento sobre o contrato e é salvo apenas o contrato em tela;
- Ao clicar em voltar, o usuário não é levado a página imediatamente anterior, mas a página inicial da seção;
- Dados disponíveis apenas de 2015. Dados anteriores disponíveis no portal antigo.

##### b) Conteúdo: 24 pontos

- na página de licitações, ao clicar em resultados de licitações o usuário é encaminhado para outro sítio, da Superintendência de Licitações;
- é possível buscar os resultados por órgão (identificados apenas por siglas), modalidade da licitação, mês, ano, processo e objeto do processo. A forma de apresentação é uma planilha com as informações básicas e possibilidade de “visualizar resultado”, que baixa um arquivo em PDF com informações como marca, fornecedor, valor total, entre outros;
- apresenta só a razão social do vencedor, sem detalhes sobre os participantes e sem CNPJ;
- possui banco de dados único sobre contratos;
- para identificar o objeto do contrato, é preciso clicar sobre o contrato na planilha de apresentada;

- é possível acessar o contrato por meio de *link* disponível na página de detalhamento, que leva para o diário oficial, para chegar ao contrato há indicação da página;

A nota final do portal foi 58 pontos. Apresenta informações sobre contrato em um único banco de dados, assim como no caso de licitações. Há potencial para melhoria em usabilidade, como permitir *download* em mais formatos e disponibilizar ferramenta de busca em todas as páginas. Em relação ao conteúdo, apesar de ter bancos de dados únicos sobre licitações e contratos, as informações divulgadas ainda são insuficientes de acordo com os critérios do protocolo.

### 6.2.13 Portal de transparência do estado de Minas Gerais

O portal de transparência de Minas Gerais estava em manutenção em vários dias acessados pela pesquisadora. Nos dias 04, 07 e 08 de novembro a mensagem era de que o portal estava em manutenção, conforma a FIGURA 8.



FIGURA 8 - PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DE MINAS GERAIS.  
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DE MINAS GERAIS  
 NOTA: ACESSO EM 04, 07 e 08/11/2015

Já no dia 09/11 a página estava com a mensagem da FIGURA 9.



FIGURA 9 - PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DE MINAS GERAIS 2.

FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DE MINAS GERAIS.

NOTA: ACESSO EM 09/11/2015

A pesquisadora enviou *e-mail* para o Fale Conosco do sítio do governo de Minas Gerais no dia 09/11/2015, perguntando sobre a previsão para que o portal voltasse a funcionar. A resposta foi dada no dia seguinte, e pode ser encontrada no ANEXO 5, informando que o sítio está em manutenção por tempo indeterminado e que os dados públicos podem ser acessados por meio da Lei de Acesso à Informação. Como essa alternativa não contempla o objetivo deste estudo, a divulgação de informações sobre contratos públicos pelo estado de Minas Gerais não pode ser avaliada. Por este motivo, o portal foi retirado da avaliação.

Vale ressaltar que a cartilha de usabilidade do Governo Federal recomenda que falhas e indisponibilidades dos portais devem ser divulgadas e esclarecidas.

#### 6.2.14 Portal de transparência do estado do Pará

##### a) Usabilidade: 21 pontos

- permite gravação apenas em formato CSV;
- página com muito texto, divisão pouco clara de conteúdos e muitos *banners*;

##### b) Conteúdo: 4 pontos

- não tem página de contratos, apenas página de “Despesas por empenho” e “Despesas – execução orçamentária”;



- *link* “Editais & Licitações” contém um mural de licitações que permite buscar por modalidade, entidade administrativa, número/exercício, data de abertura (por período, agendadas ou encerradas);

O portal alcançou nota final de 25 pontos, com muito potencial de melhoria em usabilidade, mas principais deficiências em conteúdo. Não divulga as informações sobre contratos e não atende a todos os critérios em relação às licitações.

### 6.2.15 Portal de transparência do estado da Paraíba

#### a) Usabilidade: 28 pontos

- permite salvar dados em formato PDF e Excel;
- a busca é feita por contratos e por convênios e os filtros são vários e podem confundir o usuário, ou pelo menos levar bastante tempo para entender. A busca não é nada intuitiva, conforme mostra a FIGURA 10;

Aqui você encontra os contratos ou convênios que o Estado mantém no seu município e conhece os órgãos estaduais e entidades que estão conveniadas ou contratadas. As prefeituras também podem consultar os convênios firmados com o governo, monitorando sua adimplência.

Informe o número do documento, nome do contratado, do conveniente, ou ainda, do município onde o contrato ou convênio é executado.

**Selecione uma das opções abaixo:**

1

2 ou  Concedente(Convênio) | Contratante(Contrato)

3 ou  e informe o número do convênio ou contrato

4 ou  e  Concedente(Convênio) | Contratante(Contrato)

5 ou  e

6 ou

7 ou  e o  da data da

8 ou

**Após selecionar sua opção clique em um dos botões abaixo:**

ou

FIGURA 10 - BUSCA POR CONTRATOS E CONVÊNIOS DO GOVERNO DA PARAÍBA

FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DA PARAÍBA.

NOTA: ACESSO EM 09/11/2015.

- buscas podem ser um pouco difíceis para quem não conhece as siglas das secretarias e demais entidades do estado, já que é a única forma de identificação dos órgãos na ferramenta;
- exige senha ou preenchimento de informações para *download* de editais de licitação;
- a página apresentou erros no *Google Chrome*. Só foi possível fazer a busca em licitações usando o navegador *Internet Explorer*.

## b) Conteúdo: 23 pontos

- ao clicar em “Compras – Editais publicados”, o usuário é encaminhado para a Central de Compras da Secretaria de Administração, onde tem acesso às informações sobre as licitações, mas conforme mencionado no item anterior, o *download* do edital só é permitido com senha;
- a seção de compras tem uma subseção chamada “contratos”. Ao clicar sobre o item, o usuário é encaminhado para a página do Sistema de Informações do Estado (SIGA), da Controladoria Geral do Estado, onde pode consultar informações sobre convênios e contratos;
- o resultado apresenta várias telas com as seguintes informações sobre os contratos: município, órgão, contratado (com razão social e CNPJ), data de celebração, data de publicação, objeto e complemento, gestor do contrato (somente nome), valor original com data de início e término, campo para informações sobre aditivos;
- Permite acesso ao documento do contrato em formato PDF.

A nota final do portal foi 51 pontos. Em relação à usabilidade, uma sugestão é a simplificação da ferramenta de busca de contratos, com inclusão de busca por empresa e por serviço contratado ou artigo comprado. Em relação ao conteúdo, tem potencial para melhoria no item licitações, já que não atendeu dois dos quatro critérios relacionados ao tema e os outros dois foram atendidos apenas parcialmente, pela falta de informação.

Sobre os contratos, possui as informações concentradas em uma única página, mas precisa melhorar a qualidade da informação, ou seja, faltam informações relevantes para o acompanhamento efetivo da execução do contrato pelo cidadão.

#### 6.2.16 Portal de transparência do estado do Paraná

##### a) Usabilidade: 37 pontos

- permite *download* nos formatos: CSV, PDF, MHTML (arquivo da *web*), Excel, Arquivo TIFF e Word;
- possui ferramenta de busca em todas as páginas, opção de busca avançada e sugere termos no resultado da busca;
- na página de contratos firmados não é possível buscar quantos contratos determinada empresa tem com os órgãos do estado, pois para realizar a busca é obrigatório, primeiramente, indicar um órgão específico, sem opção de escolher todos. Para saber quantos contratos determinada empresa tem, seria preciso fazer a busca 190 vezes, que é o número aproximado de órgãos e entidades disponíveis no filtro;
- na página de contratos firmados, em alguns momentos, surgem duas barras de rolagem vertical, além da barra do próprio navegador, o que dificulta a navegação.

##### b) Conteúdo: 27 pontos

- a página de contratos firmados apresenta “os contratos celebrados por órgãos e entes públicos da esfera estadual encaminhados para apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.” Os relatórios de contratos são do Tribunal de Contas. Fica uma dúvida se estão disponíveis no banco todos os contratos firmados ou apenas os que são encaminhados ao Tribunal de Contas;
- na seção de Licitações é possível consultar editais por ano de publicação, porém é preciso informar a data de abertura (inicial e final,

com intervalo máximo de 90 dias) ou identificação do Processo/Ano, ou objeto, ou órgão;

- órgãos apresentados no resultado em siglas, que dificulta para o usuário que não tem tanta familiaridade com os mesmos;
- apresenta informações sobre aditivo e extrato de contrato.

A nota final do portal foi 64 pontos. A usabilidade do portal apresenta vários pontos positivos, como a busca avançada e a sugestão de termos parecidos ao digitado pelo usuário nos resultados. Mas a busca por contratos precisa de melhorias, como a opção de escolha de todos os órgãos para permitir a identificação dos contratos firmados por uma empresa com todos os órgãos do estado.

Em relação ao conteúdo, precisa incrementar as informações divulgadas, incluindo itens como forma de pagamento, cronograma e suas alterações, convênios e subcontratações, entre outros. Com informações mais completas, o acompanhamento dos contratos pelo cidadão torna-se uma forma de fiscalização efetiva da aplicação do dinheiro público.

#### 6.2.17 Portal de transparência do estado de Pernambuco

##### a) Usabilidade: 25 pontos

- na página inicial do Portal de transparência é possível acessar a página de Licitações e Contratos. Nesta página o usuário tem três opções:
  - 1) a página de Gestão de Contratos: o usuário é encaminhado para a página de Gestão de compras, contratos e licitações. Para acessar contratos acredita-se ser necessário acessar o *link* “ACO/SIGEPE, sistema de administração de contratos”. A pesquisadora achou que o portal estava fora do ar, já que não conseguiu acesso entre os dias 07 e 09/11/2015. Enviou um *e-mail* pedindo informações, mas não obteve resposta. No dia 11/11/2015 fez contato telefônico pelo número disponível no portal e conversou a servidora Cecilia Sampaio, que explicou que a gestão de contratos é de acesso restrito, apenas interno, apesar de na página do portal de Pernambuco haver encaminhamento para o portal de compras e licitações onde seria possível acessar essas informações. Cecilia

disse, por telefone, que não há previsão para implantação de um sistema aberto ao cidadão. Ficou, no entanto, de confirmar a informação. A pesquisadora enviou um *e-mail* no mesmo dia para o endereço [cecilia.sampaio@sad.pe.gov.br](mailto:cecilia.sampaio@sad.pe.gov.br) para ter uma confirmação sobre o prazo. Até o dia 18/11/2015 não obteve resposta.

- 2) o Paine de Licitações. A página não permite *download* do banco de dados.
- 3) relatórios de contratos, que além dos relatórios também apresenta a Relação dos Contratos de Gestão, dos Termos de Parceria e Mapa Demonstrativo das Parcerias Público-privadas – PPPs. Permitido o *download*. Em relação aos contratos, possui dados até julho de 2015;
  - permite *download* nos formatos PDF e Excel no banco de dados de despesas.

b) Conteúdo: 11 pontos

- em relação a licitações, apenas dois dos quatro critérios foram atendidos parcialmente;
- como não foi possível acessar a página de gestão de contratos, foi avaliado apenas as informações dos relatórios de contratos. O relatório geral de contratos, com informações até julho de 2015, é apresentado em forma de planilha com as seguintes informações: Unidade Gestora (Contratante), Nº Contratos, Data da Assinatura, Data da Publicação, Data de Inicio da Vigência, Data do Fim da Vigência, Valor do Contrato, Contratada (razão social), CPF/CNPJ (CONTRATADA). A planilha gerada tinha 3.695 contratos;
- não é possível acessar o documento do contrato;
- a planilha não apresenta o objeto do contrato entre as informações fornecidas.

A nota final foi 36 pontos. Tanto em relação à usabilidade quanto ao conteúdo o portal de Pernambuco tem muito potencial para melhorias. O principal, do ponto de vista deste estudo, é a disponibilização de um banco de dados sobre os contratos,

com informações atualizadas e relevantes, que não estão presentes no relatório disponível pelo sítio.

#### 6.2.18 Portal de transparência do estado do Piauí

##### a) Usabilidade: 29 pontos

- Permite *download* apenas em formato PDF;
- identidade diferente dependendo da página acessada pelo usuário;
- no banco de obras, o único disponível relacionado a contratos, não é possível buscar por empresa contratada, apenas por tipo de obra, campo em branco para descrição e exercício em branco, porém não informa de quantos anos é o arquivo disponível;
- ao clicar em “exibir obra”, uma nova janela abre dentro do sítio, exibindo mais detalhes. Mas no navegador *Google Chrome* e no *Internet Explorer*, disponíveis no computador da pesquisadora, a janela ultrapassava o limite da tela, não havendo opção de fechá-la. Para voltar à planilha de obras, era preciso voltar à página inicial do portal de transparência e acessar novamente o banco de obras.

##### b) Conteúdo: 12 pontos

- não possui página de contratos, apenas página com banco de dados sobre as obras do estado e dos municípios. Por isso, a avaliação levou em conta apenas esses dados;
- no banco de obras, único com informações sobre contratos disponível, há uma opção para exibir obra. Em muitos contratos a janela não abre. Em alguns abriu e apresentou informações como: despesas da obra, aditivos da obra, histórico de situações, fotos e documentos. Porém, nas obras em que a janela abriu, não havia nenhuma informação nesses anexos;
- há um resumo das obras em andamento: quantas estão em andamento, encerradas, paralisadas, canceladas e concluídas. Ao lado, um mapa mostra os pontos onde estão sendo realizadas as

obras e, ao posicionar o *mouse* sobre os pontos, estão acessíveis informações sobre o objeto da obra;

- nem todas as obras apresentam a informação sobre a unidade gestora;
- nem todas as obras apresentam o objeto.

A nota final do portal foi 41 pontos. O sítio tem potencial para melhoria em itens como formato para exportação, melhoria da identificação de todas as páginas que o compõem, disponibilização de informações em gráficos e melhoria das ferramentas de busca.

Em relação ao conteúdo, peca ao permitir acesso apenas a informações sobre obras e não sobre todos os contratos firmados pelo estado. Mesmo as informações sobre as obras, são insuficientes para permitir um acompanhamento efetivo do andamento da execução das mesmas.

#### 6.2.19 Portal de transparência do estado do Rio de Janeiro

##### a) Usabilidade: 38 pontos

- existe a página “Licitações, contratos e convênios”. Ao clicar sobre licitações, o usuário é enviado para a página de compras, que só é compatível ao navegador *Internet Explorer* versão 6 ou superior.
- no banco de dados de contratos, é possível gerar planilha em formato CSV;
- sobre as licitações, na página do SIGA, Sistema Integrado de Gestão de Aquisições, é apresentada uma lista de licitações, com opção de busca avançada com os seguintes filtros: nome, data de abertura, modalidade, órgão (em siglas) e departamento;
- a página de contratos possui uma ferramenta de busca por ano (2002 a 2015). Além dos filtros: unidade gestora, situação (apenas com a opção todas), modalidade (apenas com a opção todas), CPF, CNPJ, nome da contratada e contrato, os últimos quatro com preenchimento livre. É preciso escolher ao menos um filtro, além do ano. O usuário

pode escolher um órgão, disponível não por ordem alfabética, mas por código, ou preencher um dos últimos quatro filtros;

- a planilha no cabeçalho apresenta um resumo dos filtros escolhidos;

b) Conteúdo: 23 pontos

- no resultado da busca de licitações, na página do SIGA, cada página só apresenta 10 linhas de editais com colunas para código e edital. Ao clicar sobre uma linha aparece uma janela com mais informações, como órgão, data de abertura, status, documento do edital, ata da licitação, entre outros;
- apresenta banco de contratos único;
- não apresenta valor do contrato. Ao clicar sobre o número do contrato o usuário é encaminhado para uma página com as informações sobre valores empenhados, valores liquidados e valores pagos.

O portal alcançou 61 pontos na nota final. No quesito usabilidade atende a grande parte dos critérios, com margens para melhoria no formato de arquivos para *download* e nas ferramentas de busca.

Já em relação conteúdo, pode oferecer mais informações, já que não atendeu a maior parte dos critérios do protocolo de pesquisa como disponibilização do documento do contrato, valor do contrato, forma de pagamento e cronograma.

#### 6.2.20 Portal de transparência do estado do Rio Grande do Norte

a) Usabilidade: 24 pontos

- permite exportação nos formatos XLS, CSV e PDF;
- em muitas das seções disponíveis no sítio, o usuário é encaminhado para a página de outro órgão ou secretaria do estado;
- na página de despesas apresenta opção de visualização de gráficos sobre os gastos;
- não apresenta glossário para termos técnicos;
- não apresenta ferramenta de busca.

b) Conteúdo: 0 pontos



- não possui página sobre licitações. Na seção saúde, apresenta licitações da área. Como se trata de um tipo de licitação que atende a uma secretaria específica, o item foi desconsiderado para esta avaliação. A decisão foi tomada por se tratar de um item diferente do portal de transparência do Piauí, que disponibiliza um banco específico para obras, já que nesse caso pode abranger vários órgãos e maiores valores;
- não apresenta página sobre contratos firmados.

A nota final do portal foi 24. Apresenta muito potencial para melhoria em usabilidade, com destaque para ferramentas de busca. Em relação ao conteúdo precisa de atenção urgente, já que não atendeu a nenhum dos critérios do protocolo, sendo que muitos deles são obrigatórios de acordo com a legislação.

#### 6.2.21 Portal de transparência do estado do Rio Grande do Sul

##### a) Usabilidade: 40 pontos

- possui no *link* “dados abertos” todos os arquivos disponíveis no sítio, incluindo de contratos em formato CSV;
- apresenta análise gráfica para receitas e despesas;
- na página de contratos, o usuário encontra algumas opções para busca com contratos de: locação de bens imóveis, fornecimento de bens, obras e serviços de engenharia, serviços de terceiros e dívida pública;
- dentro de cada uma das subseções, é possível pesquisar por todos os contratos, por contratada ou por contratante;
- uma dificuldade, nos resultados, é encontrar contratos por ano ou mês, já que não existe filtro para período. Há uma ferramenta de busca no fim da página, assim como opção de classificar os itens em ordem crescente e decrescente, mas não é muito prático para quem quer saber o número de contratos em um determinado período sem exportar os dados;

- as informações sobre licitações estão no *link*: Outras informações. O usuário é encaminhado para a página CELIC, Central de Licitações, da Subsecretaria de Administração do estado.

b) Conteúdo: 19 pontos

- na página da CELIC é possível buscar por editais de licitação na seção consulta a editais. A tabela apresentada no resultado tem os seguintes itens: edital, objeto, modalidade e data. Ao clicar sobre o número do edital, o usuário tem acesso a informações mais completas, como situação, modalidade, documentos anexos (incluindo o edital) e informações para contato, entre outros;
- os termos de contrato não estão disponíveis.

A nota final foi 59 pontos. O portal atende a maioria dos critérios de usabilidade, mas poderia disponibilizar as informações em diferentes formatos. Em relação ao conteúdo, pode melhorar em vários itens sobre contratos e licitações. Não disponibiliza, por exemplo, forma de pagamento, cronograma para execução dos contratos, subcontratações, entre outros, que poderiam melhorar o acompanhamento de contratos pelos cidadãos.

#### 6.2.22 Portal de transparência do estado de Rondônia

a) Usabilidade: 32 pontos

- a página possui aparência inicial um pouco confusa, com ícones pequenos e letra de difícil visualização;
- um gráfico com receitas e despesas é apresentado na página inicial;
- usa ferramenta de busca do Google, mas a janela não está disponível no canto superior direito do sítio. É preciso clicar em um *link* que encaminha o usuário para outra página;
- existe uma seção sobre contratos, que traz um arquivo cronológico, mês a mês, sobre contratos firmados pelo estado com dados disponíveis desde 2012. Também há um arquivo sobre termos

aditivos de cada ano. Porém, o material está disponível apenas em formato PDF;

- na seção execução orçamentária, há uma página chamada Compras e Contratações, que permite buscas por exercício, período, unidade gestora e modalidade. Porém, a busca prevê, obrigatoriamente, busca por pagamentos já empenhados. Nesta página, é possível fazer *download* do banco nos formatos Excel, PDF, CSV e Word. Os dados disponíveis a partir de 2012.

b) Conteúdo: 16 pontos

- ao buscar informações sobre licitações o usuário é encaminhado para a página do governo de Rondônia, onde pode buscar licitações com os seguintes filtros: modalidade, unidade administrativa (em siglas), ano, e um campo de busca em branco;
- o resultado apresenta uma lista de licitações com as seguintes informações: data, modalidade, número de edital, parte do texto do objeto da licitação. Para mais informações é preciso clicar sobre a licitação desejada;
- para o quesito conteúdo, foi avaliada apenas a página de contratos, já que a página de compras e contratações traz apenas informações de despesas empenhadas;
- unidade gestora do contrato apresentado apenas em siglas.

O portal de Rondônia alcançou 48 pontos na nota final. Em relação à usabilidade, precisa melhorar as ferramentas de busca, tamanho das fontes e formato para *download*.

Em relação ao conteúdo, atendeu parcialmente a maioria das informações sobre licitações. Em relação aos contratos, tem as informações mês a mês em um documento PDF, com informações sobre aditivos separadamente. Além disso, faltam informações importantes para a fiscalização do andamento da execução do contrato como forma de pagamento, cronogramas e aumento de custos, quando houver.

### 6.2.23 Portal de transparência do estado de Roraima

O portal de transparência do estado de Roraima estava em manutenção durante duas tentativas de acesso, nos dias 08 e 09/11, conforme mostra a FIGURA 11.



FIGURA 11 - TELA DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DE RORAIMA.  
FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE RORAIMA (2015).  
NOTA: ACESSO EM 08 E 09/11/2015

No dia 10/11/2015 a pesquisadora conseguiu acessar, porém, apenas pelo encaminhamento da página inicial do portal do Governo de Roraima. O acesso usando o padrão <http://www.transparencia.rr.gov.br> continua indisponível.

Como foi impossível acessar a página de contratos a pesquisadora entrou em contato com um telefone disponível no sítio do governo de Roraima. A servidora da Casa Civil não soube dar o encaminhamento correto. O próximo contato foi com a Secretaria de Comunicação e Imprensa. A pesquisadora explicou que tinha dúvidas sobre o portal e, prontamente, foi lhe passado o telefone celular do Diretor do Centro de Tecnologia da Informação, Jaime Haickel Fernandez.

Em ligação realizada no dia 12/11/2015, Fernandez explicou que o portal de transparência está em manutenção e que, naquele dia, havia assinado um contrato para inclusão de melhorias, que inclui a divulgação de informações mais completas sobre licitações e contratos. A previsão para que o novo sítio esteja no ar é dia 15/01/2016.

O diretor comentou que para que as informações sejam divulgadas é preciso começar um processo eficiente a partir da alimentação dos dados que, às vezes, há dificuldade em conseguir a contribuição uniforme de todos os órgãos envolvidos.

Apesar de não haver nenhuma informação ao usuário do portal de transparência de Roraima sobre o período de manutenção, o portal não foi avaliado neste estudo, já que há um prazo para funcionamento do novo portal e o que está no ar inviabiliza uma avaliação por causa das mudanças pelas quais está passando.

#### 6.2.24 Portal de transparência do estado de Santa Catarina

##### a) Usabilidade: 35 pontos

- permite *download* no formato CSV;
- não é possível voltar à página inicial clicando sobre o logotipo do portal de transparência;
- permite análise gráfica da receita e da despesa;
- a página de contratos do poder executivo permite dois tipos de busca: contratos de materiais e serviços e contratos de obras, em bancos separados;
- elas possuem os seguintes filtros para busca, sem necessidade de preenchimento de nenhuma: período, situação, modalidade no caso de materiais e serviços e setor beneficiado no caso de obras, tipo de contrato, classificação, órgão, contratado (por nome, CPF ou CNPJ).

##### b) Conteúdo: 28 pontos

- na seção gasto público é possível acessar a página de licitações, situada no portal de compras do governo de Santa Catarina;
- em relação aos contratos, o detalhamento na seção de obras não estava abrindo, mesmo tentando em diferentes navegadores, conforme mostra a FIGURA 12.

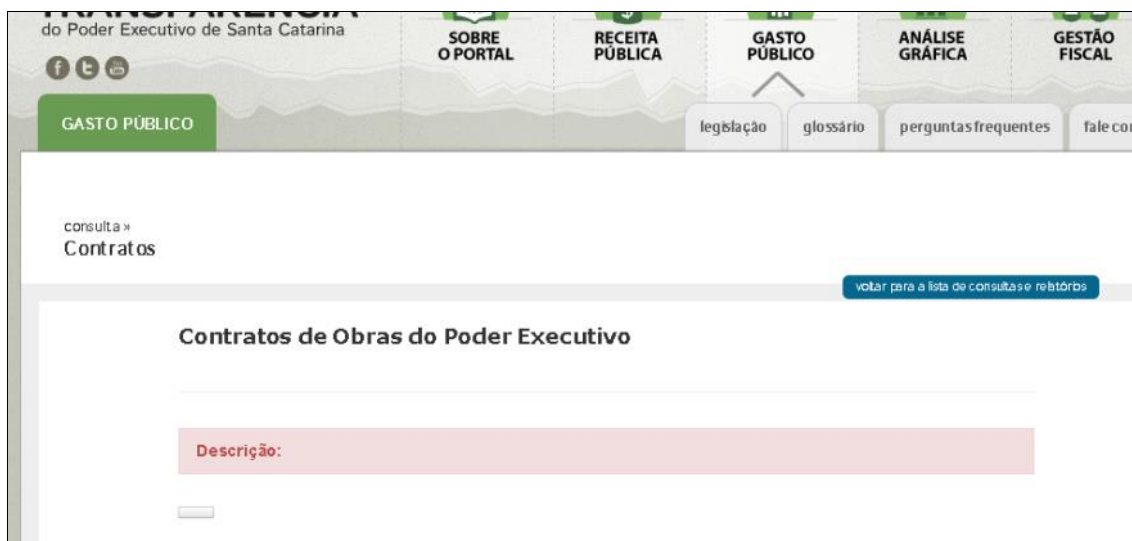


FIGURA 12 - CONTRATOS DE OBRAS DO PODER EXECUTIVO DE SANTA CATARINA.

FONTE: PORTA DE TRANSPARÊNCIA DE SANTA CATARINA

NOTA: ACESSO EM 08/11/2015.

- a página de detalhamento é bem completa, trazendo várias informações como: descrição, resumo financeiro, cronograma mensal e dotação.
- não é possível acessar o contrato.

A nota final do portal de Santa Catarina foi 63 pontos. Tem pontos para potencial melhoria em usabilidade principalmente nos quesitos formato de disponibilização dos arquivos para exportação e ferramentas de busca. No critério conteúdo, as sugestões são unificação dos bancos sobre contratos e disponibilização do documento do contrato, além de outros itens que podem melhorar o acompanhamento das obras pelos usuários, como informações de convênios e subcontratações, aumentos de custos e descumprimento de prazos.

#### 6.2.25 Portal de transparência do estado de São Paulo

##### a) Usabilidade: 29 pontos

- permite *download* nos formatos Excel e PDF;
- na página inicial do portal de transparência existe um botão intitulado “Licitações e contratos”, que permite o acesso a três opções:

“Licitações e contratações”, “Contratos de serviços especializados” e “Contratos de serviços terceirizados”;

- no quesito usabilidade, nem todos os portais permitiam a gravação das bases de dados, nem todas as informações são claras e entendíveis por qualquer cidadão;
- não é possível, por exemplo, saber quantos contratos determinada empresa tem com o estado e o montante de dinheiro recebido por ela. As buscas, em cada um dos portais são diferenciadas;
- não há padronização de bancos de dados sobre os acordos e contratos realizados entre governo e empresas privadas;
- na página de licitações e contratações, são quatro possibilidades de acessar informações sobre licitações públicas, em quatro páginas diferentes, que serão descritas abaixo:

1) E-negócios: página onde são divulgadas as licitações, aquisições com dispensa e inexigibilidade de licitação, editais e minutas de contratos da administração estadual. Ao clicar em E-Negócios, o usuário é encaminhado para a página da Imprensa Oficial do estado de São Paulo. Nesta página existe um “painel de licitações” que diz o número de licitações a realizar, além de especificar o número de licitações em cada modalidade. No painel, é possível clicar sobre as modalidades e acessar um banco de dados com todas as informações sobre as licitações abertas. Na seção de serviços, é possível buscar por licitações por área (imóveis, recursos humanos, obras, etc.), por subárea, licitador (unidade organização e unidade gestora orçamentária), modalidade, localidade, número de licitação, número do processo, status (em aberto, em andamento ou encerrada) e data da sessão. Não é necessário preencher todos os requisitos para a busca. O banco de dados, apresentado em formato de tabela, traz as seguintes informações: Licitador, modalidade, número da licitação, data de abertura e objeto. É possível clicar sobre o objeto e acessar informações detalhadas sobre o processo: edital completo, Unidade Organizadora, Unidade de Gestão Orçamentária, Unidade de Gestão Executora, órgão, modalidade, número do

processo, data de entrega do edital e de recebimento das propostas, data de abertura, local de execução, área e subárea, objeto e eventos como abertura, atas (com possibilidade de abrir as atas das licitações completas, dependendo da modalidade). Não é possível baixar o banco de dados completo. Não há nenhuma informação sobre contratos ou sua execução. No caso de licitações por meio da modalidade concorrência, há um extrato de contrato, onde é possível visualizar valor, empresa contratada e prazo para execução ou de vigência do contrato.

- 2) Bolsa Eletrônica de Compras (BEC): portal para compras integradas ao sistema por meio de procedimentos eletrônicos. Na página do pregão, então informações em formato gerencial para acompanhamento das compras do governo. Ao ser encaminhado para a página da BEC, o usuário tem acesso a dados sobre o número de pregões realizados pelo governo, separados por tipo (materiais, serviços, registro de preços, pregões suspensos, dispensa de licitações), além dos resultados, desde 2000, com valor total negociado, número de itens negociados e economia gerada ao estado. Ao clicar sobre cada tipo de pregão, o usuário será encaminhado para uma nova página, por exemplo, “Resumo de operações em negociação – Pregão eletrônico de materiais”, onde há uma lista por “Natureza da despesa” como medicamentos e insumos farmacêuticos, gêneros alimentícios, etc. É possível clicar em todos os itens e outra página será aberta, com informações sobre número do processo, unidade, compradora, modalidade e situação. Ao clicar sobre o número do processo, a página vai mostrar detalhes do processo como edital, atas de realização dos pregões, melhor oferta, quantidade entre outros. Há opção de legendas dentro do processo e abas com várias informações. Não é possível baixar o banco de dados.
- 3) Pregão: esta página disponibiliza informações em formato gerencial, que permitem o acompanhamento do desempenho das compras do governo feitas pela modalidade pregão.



- para o teste de Krug e demais avaliações de usabilidade relacionadas à página de contratos, foi analisado o portal de contratos de serviços especializados, já que o portal de serviços terceirizados permite apenas o *download* da base de dados.

b) Conteúdo: 25 pontos

- o usuário tem duas opções para acesso de informações sobre contratos no portal (lembrando que, dentro das três páginas acima: E-Negócios, BEC e Pregão, o usuário encontra alguns detalhes sobre as contratações):
- “Contratos de serviços especializados”: Ao clicar no *link* o usuário é encaminhado para um banco de dados, dentro do próprio portal de transparência. Há possibilidade de busca por órgão, incluindo administração direta e indireta. Na base, sem a necessidade de abrir os contratos, é possível visualizar informações como: órgão/entidade contratante, contratado, número do contrato e aditivo, termo, objeto, início, término, valor e ainda é possível visualizar o contrato digitalizado.
- os contratos são disponibilizados por determinação Do Decreto Estadual nº 59.954, de 13/12/2013, conforme explica a página inicial. Por isso, os contratos disponíveis são aqueles cujos editais foram publicados após o decreto, ou seja, após dezembro de 2013. A página permite a exportação do banco para o formato Excel.
- “Contratos de serviços terceirizados”: Nesta seção estão os contratos de serviços terceirizados vigentes, na administração direta e indireta, monitorados pela Controladoria-Geral da Administração. É possível acessar o banco baixando o arquivo em formato PDF ou Excel. A planilha apresenta os seguintes dados: Secretaria, Unidade de Gestão Orçamentária, Unidade de Gestão Executora, Número do contrato, início, fim, valor, CNPJ do fornecedor, nome do fornecedor e objeto contratado. Importante destacar que na tabela não há informações sobre a última atualização dos dados.

A nota final do portal foi 55 pontos. As informações sobre as compras do estado de São Paulo estão divididas em diferentes páginas e bancos de dados, o

que pode confundir o usuário e dificultar as buscas de informações para um cidadão comum.

Em relação aos procedimentos licitatórios, a página avaliada foi a do E-negócios. A página apresentou quase todos os itens avaliados, faltando apenas a justificativa para escolha da modalidade de licitação.

As informações sobre contratos firmados estavam facilmente acessíveis nas páginas de contratos de serviços especializados, mas a planilha apresentava poucas informações, sem possibilidade de acesso a outra informação que não fosse o contrato completo, em formato PDF.

Informações como forma de pagamento, cronogramas, datas de pagamento e estados de implementação dos projetos não estavam disponíveis.

#### 6.2.26 Portal de transparência do estado de Sergipe

##### a) Usabilidade: 13 pontos

- o portal do governo de Sergipe estava fora do ar nos dias 08, 09 e 10/11/2015 não permitindo avaliação do critério 1 do protocolo. Neste caso a pontuação foi zero;
- na página inicial do portal de transparência, existe um *link* para Licitações e contratos, que encaminha o usuário para a página [comprasnet.se.gov.br](http://comprasnet.se.gov.br);
- não permite *download* de informações. Em alguns casos, o usuário pode salvar arquivo em formato PDF, como por exemplo, na página de Receitas;
- página do “Fale Conosco” deu erro em dois dias de acesso pela pesquisadora (08 e 15/11/2015), a mensagem apresentada foi “*The requested URL /fale\_conosco.html was not found on this Server*”. Mas as informações de contato estavam disponíveis no rodapé da página do portal, porém, só com endereço e telefone, sem *e-mail*;
- excesso de texto, letra pequena e escolha de fonte tachada para nomenclatura de seções e subseções, o que pode dificultar a leitura.

b) Conteúdo: 8 pontos

- a página de Licitações e contratos apresenta informações sobre licitações em andamento e dispensas de licitação em andamento;
- na página há uma seção chamada “Compras Anteriores”, com compras realizadas antes de maio de 2015. Este *link* leva o usuário a um banco de dados com 62.659 licitações;
- há opção de busca com os filtros: descrição, modalidade, empresa (a única opção disponível é Governo do Sergipe), órgão (apenas em siglas), objeto, etapa, mês e ano;
- o resultado apresenta uma planilha com as seguintes informações: descrição (objeto e outros códigos), etapa, início e vencimento;
- é possível clicar sobre cada um dos resultados e o usuário é encaminhado para uma página com informações mais completas como: número de edital, empresa, modalidade, datas, responsável com nome, telefone e *e-mail*, documento do edital (exige cadastramento de usuário para o *download*), adendos, avisos e ata final da licitação;
- não apresenta banco de dados com informações sobre contratos.

A nota final do portal de transparência do Sergipe foi 21 pontos. A página precisa de melhorias básicas relacionadas à usabilidade, como uma fonte melhor para nomenclatura das seções, disponibilização das informações para *download* e ferramenta de busca.

Em relação ao conteúdo precisa de melhorias na apresentação de informações sobre licitações, que estão incompletas e criação de um banco de dados específico sobre os contratos firmados pelo governo do estado.

#### 6.2.27 Portal de transparência do estado de Tocantins

O portal de transparência do Tocantins, assim como o de Minas Gerais e de Roraima, foi retirado da análise. Na página de contratos, a pesquisadora fez

tentativas em vários órgãos e unidades gestoras e não obteve resultado em nenhuma tentativa, como é mostrado na FIGURA 13.

Controladoria Geral do Estado

Governo do TOCANTINS

Casa Civil

Busca rápida

Pesquisar

Exportação

Voltar

Contratado	Data			Vigência		Valor					
Processo	Inicial	Final	Prorrogada	Prazo	Tipo	Continuado	Objeto	Inicial	Acréscimo	Supressão	Total
Total Geral(0)											

[1 a 0 de 0]

Ir para 1 Visualizar 15

FIGURA 13 - CONSULTA DE CONTRATOS TOCANTINS  
 FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO TOCANTINS  
 NOTA: ACESSO EM 08/11/2015

Após as tentativas, foi realizado contato telefônico com o número disponível no portal. Sharlles Fernando Bezerra Lima, Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno da Controladoria Geral do Estado do Tocantins, informou que o sistema para acompanhamento de contratos teve uma atualização recente e no momento, apesar de haver uma ferramenta específica, ela não está alimentada com as informações. A previsão é que até o fim de dezembro pelo menos 80% das informações sobre contratos estejam disponíveis. Lima enviou um *e-mail* para a pesquisadora, que está no ANEXO 6, com explicações sobre a nova ferramenta para acompanhamento de contratos.

Apesar de não haver informação sobre a fase de implantação do sistema, fazendo com que o usuário se frustre com a busca, a pesquisadora foi prontamente atendida e as informações repassadas com agilidade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de vinte e quatro portais de transparência das unidades federativas do Brasil - excluindo-se três que estavam em manutenção ou em vias de implantação de páginas sobre contratos - mostrou-se desafiadora devido aos variados formatos de apresentação das informações, em diferentes páginas dentro de um portal de transparência ou por meio de encaminhamento a outros sítios dos governos. Ao mesmo tempo, confirmou a necessidade de uma análise que possa apontar pontos de potencial melhoria.

A média da nota final dos portais avaliados foi de 43 pontos. Em relação às médias por região, as regiões Sudeste, Sul e Nordeste ficaram acima da média geral. Já as regiões Centro-Oeste e Norte não alcançaram os 43 pontos. A região Sul teve a maior média entre as demais, alcançando 62 pontos, ou seja, 19 pontos acima da média geral. A região Norte alcançou a menor média, 32, 11 pontos abaixo da média. Esse padrão se repete quando calculadas as médias nos itens conteúdo e usabilidade.

A média de usabilidade foi 28,5 pontos e a de conteúdo foi 14 pontos. Considerando que cada critério chave poderia alcançar 50 pontos, fica demonstrado que há muito potencial para desenvolvimento de melhorias, principalmente em relação ao conteúdo de contratos públicos.

O portal de transparência do Ceará foi o melhor avaliado nos dois critérios chave, alcançando as maiores notas em cada um deles e a maior nota geral, 75 pontos dos 100 possíveis. Entre os pontos positivos está a divulgação de informações mais completas sobre os contratos, disponibilização do contrato e o edital de licitação que o precedeu. O portal inova ao disponibilizar duas opções de fiscalização: para obras rodoviárias e para investimentos. Mesmo bem colocado no ranking, ainda há muito potencial para melhoria, principalmente em relação ao conteúdo relacionado aos contratos.

Importante observar que a avaliação dos portais deu-se por meio de critérios baseados na legislação brasileira e em estudos e protocolos nacionais e internacionais. O resultado tem como principal objetivo indicar os pontos com potencial para desenvolvimento nesses sítios, mesmo que isso se dê por meio do apontamento das faltas. O protocolo de pesquisa, por si só, reúne vários critérios

que podem ser utilizados para a aplicação de mudanças com o objetivo de aperfeiçoar a apresentação de informações sobre contratos públicos e, dessa forma, permitir o acompanhamento por parte do cidadão comum.

A Lei da Transparência, complementar à Lei de Responsabilidade fiscal, especificou os instrumentos para a divulgação da gestão fiscal, determinando a garantia da transparência mediante incentivo da participação popular e a liberação de informações, em tempo real, para acompanhamento da execução orçamentária e financeira em meios eletrônicos de acesso ao público.

A Lei de Acesso à Informação torna obrigatória a divulgação de informações sobre licitações (incluindo editais e resultados) e contratos, mas, como os resultados do estudo mostraram, **quatro portais de transparência dos estados avaliados não apresentam nenhuma informação sobre licitações**. Poucos, aliás, atenderam completamente aos quatro critérios relacionados às licitações. **Oito ainda não divulgam as informações sobre contratos**.

Apesar de estabelecer a obrigatoriedade de divulgação das informações e, de alguns órgãos, como a Controladoria-Geral da União, criarem instrumentos para auxiliar a implementação das regras, a lei não especifica um formato de divulgação. Conforme alguns estudos citados na revisão da literatura, muitos portais de transparência apresentam informações ilegíveis ao cidadão comum.

A avaliação dos sítios mostrou algumas páginas que parecem planejadas para usuários profissionais, aqueles que buscam as informações para participar de licitações e pregões eletrônicos, mas que são pouco funcionais para o cidadão que pretende acompanhar a aplicação do dinheiro público. De acordo com KIM *et al.* (2005), para permitir o controle externo, o poder público deve seguir os princípios da transparência, com disponibilização de informações acessíveis, em diferentes formatos, completas e de fácil entendimento a todos aqueles que são afetados pelas decisões do poder público.

No entanto, a dinâmica dos portais da internet não pode ser ignorada. Entre o período de avaliação do pré-teste, para a banca de qualificação, e o período de avaliação para a conclusão da dissertação, a pesquisadora percebeu melhorias em alguns portais analisados. O portal do Espírito Santo, por exemplo, que não tinha um banco específico para contratos, agora possui uma página. Três portais não puderam ser analisados porque estão em manutenção, alguns com objetivo de melhorar a divulgação de informações sobre contratos.

Como sugestão ao gestor público, uma padronização da forma de divulgação das informações facilitaria análises e acompanhamentos por parte de cidadãos e órgãos de controle. Talvez, um aplicativo padronizado para a alimentação de informações como o do imposto de renda, e a criação de um portal único, onde o cidadão pudesse escolher informações sobre gastos de um estado, podendo inclusive comparar com gastos semelhantes de outras unidades federativas.

Alguns dos portais analisados mostraram pouca preocupação com a Arquitetura da Informação, que tem como raiz o conteúdo, o contexto e o usuário. No caso de um portal de transparência entende-se que o usuário, o cidadão, é uma das partes mais importantes a serem levadas em consideração na hora da construção do sítio. Mas, em alguns casos, essas necessidades parecem ter sido deixadas de lado, pois o conteúdo apresentado tinha difícil localização e muita fragmentação.

Muitos sítios governamentais analisados apresentam as informações sobre licitações públicas e contratos sem bons sistemas de organização, rotulagem e de navegação. Informações em páginas diferentes, dificuldade para visualizar as informações do processo de contratação de maneira integrada, que passa pela publicação do edital de licitação, a escolha da empresa, a assinatura do contrato e a execução do serviço ou obra, ou a entrega do bem adquirido, no prazo e pelos valores estabelecidos em contrato.

Retomando os ensinamentos de Krug sobre usabilidade, lembramos que uma página da internet deve ser evidente e auto-explicativa, ou seja, o usuário deve ser capaz de entendê-la e identificar o que ela é e como usá-la. Quando entra em um sítio, o usuário está à procura de alguma coisa. Para encontrá-la, ele pode optar por perguntar, por meio da ferramenta de busca, ou procurar primeiro, através da navegação pelos *links* e pela hierarquia da página. Se não encontra o que procura, pode ir embora frustrado.

A organização *Good Jobs First* destacou em seu relatório que os contratos firmados pelo poder público deveriam fornecer um produto ou serviço pelo menor preço, mas muitas vezes são fechados por interesses políticos. Para a instituição, a população precisa de dados sobre os contratos firmados para que possa haver um debate produtivo sobre as práticas de contratação dos estados.

Já o estudo *Following the Money: How 50 States Rate in Providing Online Access to Government Spending Data*, acredita que os sítios de transparência dos estados podem ajudar a economizar dinheiro de várias maneiras. Uma delas é possibilitando a negociação e o aumento da competitividade.

A *Open Government Partnership*, iniciativa com o objetivo de comprometer os governos a promover a transparência, combatendo a corrupção e usando tecnologias para fortalecer a governança, prega que as informações são coletadas e armazenadas pelos governos em nome do povo e que os cidadãos têm direito ao acesso a essas informações.

Em relação à Gestão da Informação, a pesquisa mostrou que é preciso haver integração entre os recursos informações, tecnológicos e humanos. No caso dos portais de transparência, especificamente em relação à divulgação de informações sobre contratos, é preciso que a alimentação dos dados seja eficiente. A gestão da informação precisa fazer parte das políticas organizacionais como um todo. O portal de transparência de Tocantins, por exemplo, já projetou uma nova plataforma para divulgação de informações sobre contratos. Um ofício foi enviado para todos os órgãos para que indiquem um servidor, que será treinado para alimentar o sistema com dados. Além disso, uma normativa deve prever a obrigatoriedade de utilização do sistema por todas as unidades do poder executivo.

No processo de gestão da informação pública, também deve ser considerado o cidadão, o usuário final desse sistema. Afinal, é para os cidadãos que a administração pública trabalha, e é neles que se deve pensar em primeiro plano, como base para qualquer definição política ou organizacional.

O cidadão não é apenas o usuário dos serviços públicos, mas quem provê o dinheiro que banca esses serviços. Para se ter uma ideia, de 1º de janeiro até 16 de novembro de 2015, o brasileiro já tinha pago mais de 1,7 trilhão de reais em impostos. O valor é suficiente para construir mais de 50,5 milhões de casas populares de até 40 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados) (IMPOSTRÔMETRO, 2015).

De acordo com estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) em 2015, 41,37% do rendimento do brasileiro será usado para pagar impostos. A porcentagem equivale a 151 (cento e cinquenta e um) dias, ou cinco meses de trabalho (G1, 2015). Assim como acompanha as receitas e despesas domésticas, o brasileiro tem direito de acompanhar receitas e despesas do governo, independente da esfera de poder.



Seria interessante ao cidadão saber, por exemplo, quanto o estado gastou em contratos com uma determinada empresa, quanto pagou a ela, quantos dos seus projetos foram concluídos, quantos tiveram atrasos e aditivos financeiros. Ou quantos contratos determinada secretaria ou órgão firmou em um período, quais foram os objetivos desses contratos e quantos foram concluídos no prazo, quanto estão atrasados, quanto dinheiro foi gasto nos contratos.

Acredita-se que a falta de divulgação de informações sobre um contrato, ou a divulgação com pouca clareza e difícil acesso, não significa necessariamente desvio de dinheiro público, mas não traz nenhum tipo de benefício à população. Já a divulgação clara e acessível pode contribuir para a aplicação mais eficaz do dinheiro do contribuinte.

Para estudos futuros sugere-se o cruzamento das notas dos portais de transparência com o Índice de Desenvolvimento Humano dos Estados. Em uma avaliação superficial, percebe-se uma diferença grande entre as notas dos portais, dependendo da região do país.

Além disso, fica a sugestão para que a avaliação pelo protocolo seja realizada por mais pessoas, chegando a uma nota média composta por vários avaliadores. O presente estudo foi realizado somente por uma pessoa, que pesquisou o tema, mas tem, principalmente, uma visão humanística e de comunicação. Sugere-se a aplicação por profissionais com outras qualificações, complementares as da autora, como profissionais de tecnologia da informação, direito administrativo e contabilidade, que possam ser somadas ao resultados e incluídas em uma nota média.

## REFERÊNCIAS

- ABRAJI. **Manual de jornalismo de dados 1.0**. Disponível em: <[http://datajournalismhandbook.org/pt/introducao\\_1.html#sthash.73dergS7.dpuf](http://datajournalismhandbook.org/pt/introducao_1.html#sthash.73dergS7.dpuf)>. Acesso em: 30/09/2014.
- AGNER, L. **Arquitetura de informação e governo eletrônico**: diálogo cidadãos-Estado na *World Wide Web* – estudo de caso e avaliação ergonômica de usabilidade de interfaces humano-computador. 2007. 354 p. Tese (Doutorado em Design)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- AGUILAR, A.M. Gestão da informação. In: CASTRO, C.L.F; GONTIJO, C.R.B. (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0016339049620b36a7dac>>. Acesso em: 14/10/2013.
- \_\_\_\_\_. Prestação de contas. In: CASTRO, C.L.F; GONTIJO, C.R.B. (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0016339049620b36a7dac>>. Acesso em: 14/10/2013.
- ALLEGRETTI, D.S. PLATT NETO, O. A. Funcionalidades, limitações e potencialidades do Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 9, n. 26, p. 79-95, abr./jul. 2010. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/33388/funcionalidades--limitacoes-e-potencialidades-do-portal-da-transparencia-do-estado-do-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 06/02/2015.
- ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS. **Facilidade de navegação é ponto fraco dos portais de transparência**. 2014. Disponível em: <<http://indicedetransparencia.com/2014/05/31/facilidade-de-navegacao-e-o-ponto-fraco-dos-portais-de-transparencia/>>. Acesso em: 06/02/2015.
- \_\_\_\_\_. **Índice da transparência**. Disponível em: <<http://indicedetransparencia.com/>>. Acesso em: 04/10/2013
- BASTIDA, F.; BENITO, B. Budget Transparency, fiscal performance, and political turnout: an international approach. **Public Administration Review**, v. 69, n. 3, p. 403-417, 2009. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/publication/229988203\\_Budget\\_Transparency\\_Fiscal\\_Performance\\_and\\_Political\\_Turnout\\_An\\_International\\_Approach](http://www.researchgate.net/publication/229988203_Budget_Transparency_Fiscal_Performance_and_Political_Turnout_An_International_Approach)>. Acesso em: 09/02/2015.

BAXANDALL, P.; SURKA, M. **Following the Money 2015**: How the 50 States Rate in Providing Online Access to Government Spending Data. U.S. PIRG Education Fund Frontier Group, 2015. Disponível em: <<http://www.uspirg.org/sites/pirg/files/reports/Following%20the%20Money%202015%20vUS.pdf>>. Acesso em: 03/06/2015.

BDTD. **Busca de teses e dissertações**. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>. Acesso em: 02/10/2014.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Portal da Transparência**: Governo Federal. Perguntas frequentes sobre o portal. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/faleConosco/perguntas-tema-transparencia-lei-complementar.asp#2>>. Acesso em: 06/06/2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 mai. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7185.htm)>. Acesso em: 03/02/2015.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 mai. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 04/10/2013.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 mai. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm)>. Acesso em: 02/02/2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 09/11/2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm)> . Acesso em: 04/10/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nos 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória no 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 ago. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm)> . Acesso em: 28/01/2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Glossário de termos**. Disponível em: < <http://www.tesouro.gov.br/pt/-/glossario>> . Acesso em: 17/11/2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Disponível em: <<http://emag.governoeletronico.gov.br/>>. Acesso em: 12/05/2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA**. 2013. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/instrucao-normativa-da-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos-2013-inda/view?searchterm=Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20de%20dados%20abertos>>. Acesso em: 28/04/2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Padrões Brasil e-Gov : Cartilha de Usabilidade**. Brasília : MP, SLTI, 2010. 50 p. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/cartilha-de-usabilidade-para-sitios-e-portais-do-governo-federal/view>>. Acesso em: 05/05/2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – ePING. Vs.** 2015. Disponível em: <<http://eping.governoeletronico.gov.br/>>. Acesso em: 04/05/2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Portaria nº 92, de 24 de dezembro de 2014. Institui a arquitetura ePING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico), que define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=50&data=26/12/2014>>. Acesso em: 05/05/2015.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 548, de 22 de novembro de 2010. Estabelece os requisitos mínimos de segurança e contábeis do sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, adicionais aos previstos no Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010.. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 nov. 2010. Disponível em: <[http://www.leidatransparencia.cnm.org.br/img/download/Portaria\\_MF\\_n\\_548\\_2010.pdf](http://www.leidatransparencia.cnm.org.br/img/download/Portaria_MF_n_548_2010.pdf)>. Acesso em: 03/02/2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Licitações & contratos: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Interno, 2003. 282 p.

CAMPOS, R.; PAIVA, D.; GOMES, S. Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 421-446, maio/agosto 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922013000200012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922013000200012&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20/08/2015.

CAPES. **Portal de periódicos**. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 02/10/2014.

CASTELLS, M. **A galáxia internet**: reflexões sobre internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 325 p.

CERRILO-I-MARTÍNEZ, A. La contribución de las TIC a la mejora de la transparencia administrativa. **ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura**, v. 188 – 756, jul – ago 2012. Disponível em: <<http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/download/1495/1506>>. Acesso em: 20/08/2015.

CHAFFEY, D; WOOD, S. **Business Information Management**: Improving Performance Using Information Systems. Inglaterra: Prentice Hall, Financial Times, 2005. 662 p.

CIBYS, W.; BETIOL, A. H.; FAUST, R. **Ergonomia e usabilidade**: conhecimentos, métodos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Novatec Editora, 2010. 422p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Lei da transparência**. Disponível em: <<http://www.leidatransparencia.cnm.org.br/pergunta-resposta.php>>. Acesso em: 03/02/2015.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. **Guia de implantação de Portal da Transparência**. Brasília: gráfica da União. 1ª Ed. 2013. Disponível Em: <<http://www.leidatransparencia.cnm.org.br/img/download/guia-implantacao-portal-transparencia.pdf>>. Acesso em: 03/02/2015.

DYE, R.F.; HUDSPETH, N. W.; MERRIMAN, D. F. **Transparency in State Budgets**: A search for best practices. Institute of Government & Public Affairs. University Of Illinois. Disponível em: <[http://igpa.uillinois.edu/system/files/IGPA\\_Transp\\_In\\_State\\_Budgets\\_Report\\_Final\\_093011.pdf](http://igpa.uillinois.edu/system/files/IGPA_Transp_In_State_Budgets_Report_Final_093011.pdf)>. Acesso em: 09/02/2015.

EARL, M.J. **Information Management**: The Organizational Dimension. Nova York: Oxford University Press Inc, 1996. 514 p.

ELSEVIER. **Scopus**. Disponível em: <<http://www.scopus.com/>>. Acesso em: 04/02/2015.

FERNANDES, C. B. M. **Tecnologias da informação e da Comunicação**. 2012. Disponível em: <<http://www.unisa.br/conteudos/8326/f1348623347/apostila/apostila.pdf>>. Acesso em: 02/09/2015.

G1. **Brasileiro trabalha até 31 de maio só para pagar impostos, diz IBPT**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/05/brasileiro-trabalhara-ate-31-de-maio-so-para-pagar-impostos-diz-ibpt.html>>. Acesso em: 15/06/2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Portal da transparência**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.pr.gov.br/>>. Acesso em: 14/10/2013.

IMPOSTÔMETRO. **Impostos**. Disponível em: <<http://www.impostometro.com.br/>>. Acesso em: 16/11/2015.

INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. **Open budget survey 2012**. Disponível em: <<http://internationalbudget.org/wp-content/uploads/OBI2012-Report-English.pdf>>. Acesso em: 30/05/2015.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **Code of good practices on fiscal transparency**. 2007. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/pp/2007/eng/051507c.pdf>>. Acesso em: 10/02/2015.

\_\_\_\_\_. **The fiscal transparency code**. 2014. Disponível em: <<http://blog-pfm.imf.org/files/ft-code.pdf>>. Acesso em: 30/05/2015

JAMBEIRO, O.; BORGES, J.; SOBREIRA, R. V. Políticas e gestão da informação pública: o caso da Prefeitura de Salvador. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 109-118, maio/ ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/632>>. Acesso em: 20/08/2015.

JARDIM, J. M. A face oculta do leviatã: gestão da informação e transparência administrativa. **Revista do Servidor Público**, Brasília, v. 119(01), p. 137-152, jan./abr. 1995. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/141>> . Acesso em: 20/08/2015.

KIM, P. S.; HALLIGAN, J.; CHO, N. et al. Toward participatory and transparent governance: report on the Sixth Global Forum on Reinventing Government. **Public Administration Review**, v. 65, n. 6, 2005. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-6210.2005.00494.x/abstract>>. Acesso em: 05/02/2015.

KOPITS, G.; CRAIG, J. **Transparency in Government Operations**. IMF Occasional Paper nº 158. 1998. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/op/158/op158.pdf>>. Acesso em: 10/02/2015.

KRUG, S. **Não me faça pensar!**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2006. 201 p.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. 260 p.

MARCONDES, C. H.; JARDIM, J. M. Políticas de Informação Governamental: a construção de Governo Eletrônico da Administração Federal do Brasil. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 4, n.2, abr/03. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/abr03/Art\\_04.htm](http://www.dgz.org.br/abr03/Art_04.htm)>. Acesso em: 05/09/2014.

MARCHAND, D.A.; KETTINGER, W.J.; ROLLINS, J.G. **Information Orientation: The Link Business Performance**. Nova York: Oxford University Press Inc., 2002. 314 p.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 286 p.

MATTERA, P.; WALTER, K.; FARBER BLAIN, J.; LEE, M. **The state of state disclosure**: an evaluation of online public information about economic development subsidies, procurement contracts and lobbying activities. Washington, DC: Corporate Research Project of Good Jobs First, 2007. 24 p. Disponível em: <<http://www.goodjobsfirst.org/sites/default/files/docs/pdf/statedisclosure.pdf>>. Acesso em: 30/05/2015.

MCGEE, J.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. 6.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 244 p.

MELLO, G. R.; SLOMSKI, V. Índice de governança eletrônica dos estados brasileiros (2009): no âmbito do poder executivo. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 375-408, 2010. Disponível em: <<http://www.jistem.fea.usp.br/index.php/jistem/article/view/10.4301%252FS1807-17752010000200007/213>>. Acesso em: 05/02/2015.

MOTTA, F. **Notas sobre publicidade e transparência na Lei de Responsabilidade Fiscal**. Salvador: Instituto Brasileiro de Direito Público, 2008. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/rede-14-abril-2008-fabricio%20motta.pdf>>. Acesso em: 04/02/2015.

NASCIMENTO, E.R.; DEBUS, I. **Gestão fiscal responsável**: teoria e prática da Lei complementar nº 101. Brasília: Editora J.M., 2001. 173 p.

NIELSEN, J. **10 Usability heuristics for user interface design**. Disponível em: <<http://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics/>>. Acesso em: 05/06/2015.

\_\_\_\_\_. **Usability 101**: Introduction to Usability. Disponível em: <<http://www.nngroup.com/articles/usability-101-introduction-to-usability/>>. Acesso em: 05/06/2015.

OPEN CONTRACTING PARTNERSHIP. **Contrataciones abiertas**: una guía para profesionales por profesionales. 2013. 178 p. Disponível em: <<http://issuu.com/transparenciamexicana/docs/ocpissuu/1>>. Acesso em: 01/06/2015.



OPEN GOVERNMENT DATA. **8 Principles of Open Government Data**. 2007. Disponível em: <[https://public.resource.org/8\\_principles.html](https://public.resource.org/8_principles.html)>. Acesso em: 10/02/2015.

OPEN GOVERNMENT DATA. **The annotated 8 principles of open government data**. 2015. Disponível em: <<http://opengovdata.org/>>. Acesso em: 10/02/2015.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (OCDE). **Cidadãos como parceiros**: informação, consulta e participação pública na formulação de políticas. Paris: OCDE, 2001. Disponível em: <<http://browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/free/9789264195561-sum-pt.pdf>>. Acesso em: 03/02/2015.

PINHO, J. A. G.; IGLESIAS, D. M.; SOUZA, A. C. P. Portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia e pouca democracia. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30. **Anais...** Salvador: Anpad, 2006. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2006/APS/2006\\_A\\_PSATC1.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2006/APS/2006_A_PSATC1.pdf)>. Acesso em: 05/02/2015.

RESMINI, A.; ROSATI, L. A Brief History of Information Architecture. **Journal of Information Architecture**, v. 3, n.2, 2011. Disponível em: <<http://journalofia.org/volume3/issue2/03-resmini/>>. Acesso em: 19/05/2015.

RODRIGUES, G. M. Indicadores de 'transparência ativa' em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 423-438, nov. 2013. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/616/441>>. Acesso em: 09/02/2015.

ROSENFELD, L; MORVILLE, P. **Information Architecture for the World Wide Web**. 3.ed. Sebastopol. CA: O'Reilly, 2006. 506 p.

SANTANA JUNIOR, J. J. B. et al. Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos estados e do Distrito Federal do Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 3, n. 3, p. 62-84. set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/101/64>>. Acesso em: 05/02/2015.

THOMSON REUTERS. **Web of science**. 2015. Disponível em: <<http://www.webofscience.com>>. Acesso em: 04/02/2015.

VIANA, C.C.; TAMER, C. M. V. S.; CARMO, S.S.F.; LIMA, M.S. Avaliação da Aderência aos Critérios Internacionais de Divulgação de Contas Públicas: Análise do

Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Manaus. **Revista Ambiente Contábil – UFRN**, Natal, v. 5. n. 1, p. 152-178, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/3320/2697>>. Acesso em: 08/02/2015.

VIEIRA, L.A. **Projeto de pesquisa e monografia**: o que é? Como se faz?: Normas atualizadas da ABNT. 3. ed. Curitiba: Champagnat: IBPEX, 2004. 71 p.

VILELLA, R. M. **Conteúdo, usabilidade e funcionalidade**: três dimensões para avaliação de portais estaduais de governo eletrônico na web. 2003. 262 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <[http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/vilella\\_conteudo\\_usabilidade\\_e\\_funcionalidade.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/vilella_conteudo_usabilidade_e_funcionalidade.pdf)>. Acesso em: 06/02/2015.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

## GLOSSÁRIO

**Administração indireta:** Conjunto de entidades públicas dotadas de personalidade jurídica própria, compreendendo: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas. Fonte: Tesouro Nacional

**Empenho da despesa:** Ato emanado de autoridade competente, que cria para o estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição; a garantia de que existe o crédito necessário para a liquidação de um compromisso assumido; é o primeiro estágio da despesa pública. Fonte: Tesouro Nacional

**Natureza da despesa:** A Natureza da Despesa, composta pela categoria econômica, pelo grupo a que pertence a despesa, pela modalidade de sua aplicação e pelo objeto final de gasto, possibilita tanto informação macroeconômica sobre o efeito do gasto do setor público na economia, através das primeiras três divisões, quanto para controle gerencial do gasto, através do elemento de despesa, segundo o Glossário da STN. O código da classificação da natureza da despesa é constituído por seis algarismos, distribuídos da seguinte forma: Categoria Econômica - 1º dígito Grupo de natureza da despesa - 2º dígito Modalidade de aplicação - 3º e 4º dígitos Elemento de despesa - 5º e 6º dígitos Duas situações especiais devem ser consideradas. A primeira relativa aos "investimentos em regime de programação especial", cujo código, na Lei Orçamentária, é "4.5.xx.99", onde "99" representa "elemento de despesa a classificar". Neste caso, o elemento de despesa "99" deve ser obrigatoriamente especificado quando da aprovação do plano de aplicação correspondente. A segunda situação diz respeito à reserva de contingência, que é identificada pelo código "9.0.00.00". Fonte: Tesouro Nacional

**Programa de Trabalho:** Instrumento que integra as solicitações de convênios, contendo todo o detalhamento das responsabilidades assumidas por cada um dos participantes, apresentado em propostas referentes à realização de projetos ou eventos de duração certa. (Fonte: sítio do Ministério do Desenvolvimento Agrário). Fonte: Tesouro Nacional

**Termo aditivo:** Instrumento elaborado com a finalidade de alterar itens de contratos, convênios ou acordos firmados pela administração pública. Fonte: Tesouro Nacional

## **APÊNDICES**

APÊNDICE 1 – PROTOCOLO DE PESQUISA .....	189
APÊNDICE 2 – PLANILHAS COM O RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA.....	192

## APÊNDICE 1 – PROTOCOLO DE PESQUISA

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS					
Para os critérios descritos abaixo , o padrão de respostas para evidências e características é: atende, atende parcialmente e não atende. A cada item foi conferida uma pontuação, sendo que os mais importantes receberam pontuação maior.					
Portal Analisado:					
USABILIDADE					
Geral	nº	Critério	Atende	Atende parcialmente	Não atende
1	1	É fácil encontrar o portal da transparência na página inicial do sítio do governo estadual	2	1	0
2	2	Acesso conforme modelo: <a href="http://www.transparencia.uf.gov.br">http://www.transparencia.uf.gov.br</a>	1	0	0
3	3	A página inicial é clara e o usuário consegue chegar com facilidade à página sobre contratos firmados	2	1	0
4	4	O acesso às informações é livre, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senha para acesso.	4	2	0
5	5	A página permite a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações. Os textos e dados não são gerados em documentos digitalizados	4	2	0
6	6	Indica local e apresenta instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio	2	1	0
7	7	Todas as páginas apresentam identidade, permitindo que o usuário saiba em que sítio está, mesmo que tenha chegado a elas por um sítio de buscas	2	1	0
8	8	A página tem carga reduzida de informações e é de fácil entendimento pelo usuário	2	1	0
9	9	Não apresenta rolagem horizontal na tela	2	1	0
10	10	Utiliza linguagem clara e objetiva, acessível a qualquer cidadão	2	1	0
11	11	Apresenta glossário para termos técnicos	1	0	0
12	12	Botões com formato de botões, para que o usuário não tenha dúvida de que pode clicar ali	2	1	0
13	13	Teste de Krug: A página de contratos apresenta:			
		1. Identificação do sítio	1	0	0
		2. O nome da página	1	0	0
		3. As seções e subseções	1	0	0
		4. A navegação local	1	0	0
		5. Indicadores "Você está aqui"	1	0	0
14	14	6. A pesquisa	1	0	0
		Há disponibilização de informações em formato de infográficos que facilitem o entendimento do conteúdo e comparem as informações com períodos anteriores	2	1	0

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS					
Para os critérios descritos abaixo , o padrão de respostas para evidências e características é: atende, atende parcialmente e não atende. A cada item foi conferida uma pontuação, sendo que os mais importantes receberam pontuação maior.					
Portal Analisado:					
USABILIDADE					
Geral	nº	Critério	Atende	Atende parcialmente	Não atende
15	15	Dispõe de ferramenta de busca em todas as páginas	2	1	0
16	16	Apresenta opção de busca avançada	1	0	0
17	17	Ferramenta de busca localizada no canto superior direito	1	0	0
18	18	A ferramenta de busca sugere, no resultado, termos parecidos ao digitado pelo usuário	2	1	0
A página que divulga as informações sobre contrato tem ferramenta de busca própria que permite:					
19	19	Encontrar uma empresa específica e saber que contratos ela tem com o estado	2	1	0
20	20	Busca por algum tipo de serviço contratado ou artigo comprado	2	1	0
21	21	Busca de contrato por secretaria, departamento ou qualquer outro órgão vinculado ao governo	2	1	0
22	22	Tem número de filtros reduzidos, utilizando apenas as informações necessárias para facilitar as buscas	2	1	0
23	23	Apresenta delimitação temporal das consultas: mensal, bimestral, trimestral, semestral ou anual	2	1	0
Pontuação usabilidade			50	20	0
CONTEÚDO					
Geral	nº	Critério	Atende	Atende parcialmente	Não atende
Em relação aos procedimentos licitatórios apresenta:					
24	1	Descrição básica do processo, com número do edital, data da realização, órgão licitante, objeto e resultados, sem necessidade de abertura do processo, mas com acesso ao Edital completo	4	2	0
25	2	Informações sobre os participantes da licitação, com razão social das empresas, CNPJ's e valores das propostas, sem necessidade de abertura do processo, mas com possibilidade de acesso ao mesmo	4	2	0
26	3	Na descrição básica do processo, constam informações sobre a modalidade da licitação e a justificativa para tal. Quando houver inexigibilidade de licitação também há apresentação de justificativa, sem necessidade de abertura do edital	4	2	0
27	4	As informações sobre processos licitatórios possibilitam a inclusão, quando houver necessidade, de anexos, que apresentem, por exemplo, estudos prévios sobre impactos ambientais e sociais	2	1	0
Em relação a contratos firmados :					
28	5	Apresenta as informações sobre todos os contratos em um único banco de dados	4	2	0
29	6	Os acordos contratuais entre governo e entidades públicas ou privadas estão acessíveis	4	2	0

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS					
Para os critérios descritos abaixo , o padrão de respostas para evidências e características é: atende, atende parcialmente e não atende. A cada item foi conferida uma pontuação, sendo que os mais importantes receberam pontuação maior.					
Portal Analisado:					
USABILIDADE					
Geral	nº	Critério	Atende	Atende parcialmente	Não atende
Apresenta as seguintes informações sobre os contratos sem necessidade de abertura dos mesmos:					
30	7	Unidade gestora do contrato, número do contrato e razão social da contratada	2	1	0
31	8	O objeto dos contratos está claramente estabelecido e em local de destaque e fácil localização na apresentação dos dados	2	1	0
32	9	O valor do contrato está disponível	1	0	0
33	10	Natureza da despesa e empenho	2	1	0
34	11	Possibilidade de acesso ao edital de licitação que gerou o contrato, por meio de <i>link</i>	1	0	0
35	12	Resumos de instrumentos de contratos ou de seus aditivos e comunicações ratificadas pela autoridade superior	2	1	0
36	13	A data de assinatura do contrato e o prazo estabelecido para conclusão	2	1	0
37	14	Há informação sobre forma de pagamento como, por exemplo, parcelado ou por conclusão de fases de uma obra ou entrega de produtos	2	1	0
38	15	A divulgação de contratos inclui cronogramas e suas alterações	2	1	0
39	16	Apresenta informações sobre convênios e subcontratações	2	1	0
40	17	Apresenta datas e montante dos pagamentos feitos e recebidos em cada etapa, comparado ao montante total do contrato, como uma linha do tempo ou gráfico	2	1	0
41	18	Apresenta informações financeiras sobre aumento nos custos e descumprimento de prazos, se houver	2	1	0
42	19	Apresenta informações sobre o estado de implementação do projeto contratado e suas metas	2	1	0
43	20	Há informações sobre quantos anos de arquivos de dados estão disponíveis	1	0	0
44	21	Inclui informações sobre contratos da administração direta e indireta	1	0	0
45	22	Apresenta ata de recibo final de serviços	2	0	0
<b>Pontuação conteúdo</b>			<b>50</b>	<b>22</b>	<b>0</b>
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>			<b>100</b>	<b>42</b>	<b>0</b>
<b>NOTA</b>					

FONTE: A AUTORA (2015)



## APÊNDICE 2 – PLANILHAS COM O RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO Á DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS																												
Geral	Critério	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
USABILIDADE		AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO
1	É fácil encontrar o portal da transparência na página inicial do sítio do governo estadual	2	0	2	1	1	2	2	2	0	2	2	0	-	1	2	2	0	1	2	2	2	2	-	2	2	0	-
2	Acesso conforme modelo: <a href="http://www.transparencia.uf.gov.br">http://www.transparencia.uf.gov.br</a>	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1	1	1	-
3	A página inicial é clara e o usuário consegue chegar com facilidade à página sobre contratos firmados	0	2	0	1	1	1	1	2	1	1	1	2	-	1	2	2	2	2	2	1	2	1	-	2	2	1	-
4	O acesso às informações é livre, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senha para acesso.	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	2	4	-	4	2	4	4	4	4	4	4	4	-	4	4	2	-
5	A página permite a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações. Os textos e dados não são gerados em documentos digitalizados	0	0	2	2	0	4	2	2	4	2	2	2	-	2	2	4	2	2	2	4	2	2	-	2	2	0	-
6	Indica local e apresenta instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio	0	2	2	1	2	2	1	2	2	2	1	2	-	2	1	2	2	2	2	2	2	2	-	2	2	1	-
7	Todas as páginas apresentam identidade, permitindo que o usuário saiba em que sítio está, mesmo que tenha chegado a elas por um sítio de buscas	2	2	2	2	2	2	2	1	2	2	1	2	-	2	2	2	2	1	2	2	2	2	-	2	2	2	-

**PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Geral	Critério	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
	USABILIDADE	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO
8	A página tem carga reduzida de informações e é de fácil entendimento pelo usuário	2	1	2	2	1	1	1	1	2	2	1	2	-	0	1	2	2	2	2	2	2	1	-	1	2	1	-
9	Não apresenta rolagem horizontal na tela	2	1	2	2	2	1	1	2	2	2	1	2	-	1	2	1	2	1	2	2	2	2	-	1	1	2	-
10	Utiliza linguagem clara e objetiva, acessível a qualquer cidadão	1	1	2	1	1	2	1	1	1	2	1	2	-	1	1	1	2	1	2	1	2	1	-	2	2	1	-
11	Apresenta glossário para termos técnicos	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1	1	1	1	1	1	0	1	1	-	1	1	1	-
12	Botões com formato de botões, para que o usuário não tenha dúvida de que pode clicar ali	1	2	2	2	2	2	1	2	2	2	1	2	-	2	2	2	2	2	2	2	2	2	-	2	2	1	-
	1. Identificação do sítio	0	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	-	0	1	1	0	1	1	0	1	1	-	1	1	0	-
	2. O nome da página	0	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	-	0	0	1	0	0	1	0	0	0	-	1	1	0	-
	3. As seções e subseções	0	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	-	0	0	0	0	0	1	0	0	1	-	1	1	0	-
	4. A navegação local	0	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	-	0	0	0	0	1	0	0	1	1	-	0	1	0	-
	5. Indicadores "Você está aqui"	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0	1	0	-	0	0	0	-
	6. A pesquisa	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	-	0	0	1	0	0	1	0	1	0	-	0	0	0	-
14	Há disponibilização de informações em formato de infográficos que facilitem o entendimento do conteúdo e comparem as informações com períodos anteriores	0	0	1	0	0	2	1	0	1	0	1	0	-	0	0	0	0	0	0	1	1	1	-	1	0	0	-
15	Dispõe de ferramenta de busca em todas as páginas	0	2	0	0	0	1	2	1	1	0	0	0	-	2	1	2	2	1	2	0	2	0	-	0	0	0	-
16	Apresenta opção de busca avançada	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	-	0	1	1	0	0	0	0	1	0	-	0	0	0	-
17	Ferramenta de busca localizada no canto superior direito	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	-	1	1	1	1	1	1	0	1	0	-	0	0	0	-
18	A ferramenta de busca sugere, no resultado, termos parecidos ao digitado pelo usuário	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	-	0	0	2	0	0	0	0	0	2	-	0	0	0	-
19	Encontrar uma empresa específica e saber que contratos	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	2	-	0	0	0	0	0	2	0	2	0	-	2	0	0	-

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO Á DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS																												
Geral	Critério	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
USABILIDADE		AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO
	ela tem com o estado																											
20	Busca por algum tipo de serviço contratado ou artigo comprado	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	1	0	0	2	0	-	1	0	0	-
21	Busca de contrato por secretaria,departamento ou qualquer outro órgão vinculado ao governo	0	0	0	2	0	2	2	1	0	1	0	2	-	0	2	2	0	2	2	0	2	2	-	2	2	0	-
22	Tem número de filtros reduzidos, utilizando apenas as informações necessárias para facilitar as buscas	0	0	0	1	0	2	2	0	0	1	1	2	-	0	1	0	0	1	1	0	1	1	-	2	0	0	-
23	Apresenta delimitação temporal das consultas: mensal, bimestral, trimestral, semestral ou anual	0	1	0	2	0	2	2	0	0	2	1	2	-	0	2	2	0	1	2	0	0	2	-	2	0	0	-
Pontuação usabilidade		14	28	23	29	22	41	36	30	26	31	18	34	-	21	28	37	25	29	38	24	40	32	-	35	29	13	-

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS																												
CONTEÚDO		AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO
24	Descrição básica do processo, com número do edital, data da realização, órgão licitante, objeto e resultados, sem necessidade de abertura do processo, mas com acesso ao Edital completo	0	0	0	2	0	2	2	2	2	2	2	2	-	2	2	2	2	2	4	0	2	2	-	4	4	2	-
25	Informações sobre os participantes da licitação, com razão social das empresas, CNPJ's e valores das propostas, sem necessidade de abertura do processo, mas com possibilidade de acesso ao mesmo	0	0	0	2	0	2	0	0	2	0	0	0	-	0	0	2	0	0	2	0	2	0	-	2	4	2	-
26	Na descrição básica do processo, constam informações sobre a modalidade da licitação e a justificativa para tal. Quando houver inexigibilidade de licitação também há apresentação de justificativa, sem necessidade de abertura do edital	0	0	0	2	0	4	2	2	2	2	2	2	-	2	2	2	2	2	2	0	2	2	-	2	2	2	-
27	As informações sobre processos licitatórios possibilitam a inclusão, quando houver necessidade, de anexos, que apresentem, por exemplo, estudos prévios sobre impactos ambientais e sociais	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	1	0	-	0	0	1	0	0	1	0	2	1	-	2	2	2	-
28	Apresenta as informações sobre todos os contratos em um único banco de dados	0	2	0	4	0	4	2	2	0	2	0	4	-	0	4	4	2	2	4	0	2	2	-	2	2	0	-
29	Os acordos contratuais entre governo e entidades públicas ou privadas estão acessíveis	0	2	0	0	0	4	0	4	0	0	0	4	-	0	4	4	0	0	0	0	0	0	-	0	4	0	-
30	Unidade gestora do contrato, número do contrato e razão social da contratada	0	1	0	2	0	2	2	1	0	2	0	2	-	0	2	2	2	1	2	0	2	2	-	2	2	0	-

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO À DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS																												
CONTEÚDO		AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO
31	O objeto dos contratos está claramente estabelecido e em local de destaque e fácil localização na apresentação dos dados	0	1	0	2	0	2	1	2	0	2	0	1	-	0	2	2	0	1	2	0	2	2	-	2	2	0	-
32	O valor do contrato está disponível	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	0	1	-	0	1	1	1	1	0	0	1	1	-	1	1	0	-
33	Natureza da despesa e empenho	0	0	0	1	0	2	2	0	0	0	0	2	-	0	1	1	0	0	1	0	0	0	-	2	0	0	-
34	Possibilidade de acesso ao edital de licitação que gerou o contrato, por meio de <i>link</i>	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	-
35	Resumos de instrumentos de contratos ou de seus aditivos e comunicações ratificadas pela autoridade superior	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	-	0	1	2	0	0	0	0	0	0	-	1	0	0	-
36	A data de assinatura do contrato e o prazo estabelecido para conclusão	0	1	0	2	0	2	2	1	0	2	0	2	-	0	2	2	2	1	2	0	2	2	-	2	2	0	-
37	Há informação sobre forma de pagamento como, por exemplo, parcelado ou por conclusão de fases de uma obra ou entrega de produtos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	1	0	0	-
38	A divulgação de contratos inclui cronogramas e suas alterações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	1	0	0	-
39	Apresenta informações sobre convênios e subcontratações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	-
40	Apresenta datas e montante dos pagamentos feitos e recebidos em cada etapa, comparado ao montante total do contrato, como uma linha do tempo ou gráfico	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	1	0	0	0	-	1	0	0	-
41	Apresenta informações financeiras sobre aumento nos custos e descumprimento de prazos, se houver	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	1	0	0	0	0	-	0	0	0	-

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA ESTADUAIS EM RELAÇÃO Á DIVULGAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS																												
CONTEÚDO		AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO
42	Apresenta informações sobre o estado de implementação do projeto contratado e suas metas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	1	0	0	-
43	Há informações sobre quantos anos de arquivos de dados estão disponíveis	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	0	1	-	0	1	1	0	0	1	0	1	1	-	1	0	0	-
44	Inclui informações sobre contratos da administração direta e indireta	0	1	0	1	0	1	1	1	0	1	0	1	-	0	1	1	0	1	1	0	1	1	-	1	1	0	-
45	Apresenta ata de recibo final de serviços	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	-
Pontuação conteúdo		0	8	0	22	0	34	18	16	7	15	5	24	-	4	23	27	11	12	23	0	19	16	-	28	26	8	-
PONTUAÇÃO TOTAL		14	36	23	51	22	75	54	46	33	46	23	58	-	25	51	64	36	41	61	24	59	48	-	63	55	21	-

FONTE: A AUTORA (2015)

**ANEXOS**

ANEXO 1 – REQUISITOS PARA PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA .....	199
ANEXO 2 – CONTEÚDO OBRIGATÓRIO PARA OS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA.....	201
ANEXO 3 – <i>PRINCIPIOS GLOBALES PARA LAS CONTRATACIONES ABIERTAS</i> .....	203
ANEXO 4 – <i>E-MAIL</i> RESPOSTA DO FALE CONOSCO DO SÍTIO DO GOVERNO DA BAHIA .....	207
ANEXO 5 – <i>E-MAIL</i> RESPOSTA DO FALE CONOSCO DO SÍTIO DO GOVERNO DE MINAS GERAIS .....	208
ANEXO 6 – <i>E-MAIL</i> DO GESTOR DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO TOCANTINS SOBRE A PÁGINA DE CONTRATOS.....	209

## ANEXO 1 – REQUISITOS PARA PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA

Sobre o sítio eletrônico			
Assunto	Orientação	Referência	Cumprimento
Nome do domínio	O domínio deve seguir o padrão "município.uf.gov.br".	Resolução CGI.br/RES/2008/008/P	Obrigatório
Registro no <a href="http://www.contaspublicas.gov.br">www.contaspublicas.gov.br</a>	Veja detalhes em <a href="http://www.contaspublicas.gov.br">www.contaspublicas.gov.br</a>	Lei nº 9.755/98	Obrigatório
Ferramenta de busca	O sítio deve conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão; Recomenda-se atentar para as boas práticas de indexação das páginas da internet.	Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. I)	Recomendável*
Seção "Fale Conosco"	Recomenda-se informar e-mail e número de telefone para contatos.	Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. VII)	Recomendável*
Seção "Perguntas mais frequentes"	O sítio deve ter uma seção de "Perguntas mais frequentes".	Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §1º, Inc. VI)	Recomendável*
Acesso livre	Não pode haver exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso. O acesso deve ser livre.	Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º, §2º, Inc. III)	Recomendável*
Acesso por outros sistemas	O sítio deve possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina.	Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. III)	Recomendável*
Acessibilidade	O sítio deve adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. VIII)</li> <li>- Lei nº 10.098/2000 (art. 17)</li> <li>- Art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.</li> </ul>	Recomendável*
Características da informação	O sítio deve garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso.	Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. V)	Recomendável*
Gravação de relatório	O sítio deve possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;	Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. II)	Recomendável*



Sobre o sítio eletrônico			
Formatos utilizados para a estruturação das informações	Devem ser divulgados, em detalhes, os formatos utilizados para estruturação da informação.	Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. IV)	Recomendável*
Nome do link estático para acesso ao portal da transparência do município	Recomenda-se que o link siga o padrão "Município.uf.gov.br/transparência". Este link poderá redirecionar a um site externo ao site institucional da prefeitura.	Recomendação em linha com Art. 8º caput da Lei nº 12.527/2011	Recomendável
Adesão ao Portal da Transparência do Governo Federal	Saiba mais em: <a href="http://ac.transparencia.gov.br/informacoes/orientacoes">http://ac.transparencia.gov.br/informacoes/orientacoes</a>	Portal da Transparência do Governo Federal	Recomendável
Adoção de boas práticas de usabilidade	Recomenda-se a adoção de boas práticas de aplicação de usabilidade nos sites de governo eletrônico	Padrões Web em Governo Eletrônico – Cartilha de Usabilidade. <a href="http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/padroes-brasil-e-gov-cartilha-de-usabilidade">http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/padroes-brasil-e-gov-cartilha-de-usabilidade</a>	Recomendável
Suporte ao e-MAG	Requisito para acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Portaria MP/SLTI nº 3/2007;</li> <li>- Decreto nº 7.185/2010 (Art. 6º Inc II)</li> <li>- Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. VIII)</li> </ul>	Recomendável
Utilização do e-Ping	Requisito de uso de padrões de interoperabilidade e formatos abertos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Portaria MP/SLTI nº 5/2005</li> <li>- Art. 8º §3º Incs. II e III Lei nº 12.527/2011</li> </ul>	Recomendável

OBSERVAÇÃO: (\*) Os requisitos tecnológicos para a criação de sítios eletrônicos que constam da Lei 12.527/2011 são obrigatórios nos sítios em que serão publicadas as informações do Art. 8, da Lei 12.527.

FONTE: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (2013)

A observação do ANEXO 1 se refere a municípios com menos de 10 mil habitantes, que ficam dispensados de atender alguns requisitos da lei presentes nos parágrafos 2º e 3º do art. 8º da LAI. Portanto, todos os requisitos são obrigatórios nos portais dos governos estaduais.

## ANEXO 2 - CONTEÚDO OBRIGATÓRIO PARA OS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA

Sobre o conteúdo			
Assunto	Orientação	Referência	Cumprimento
<i>Detalhamento das Despesas</i>			
Data da despesa	A informação deve possibilitar o acompanhamento da publicação das despesas em tempo real.	Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II)	Obrigatório
Valor do empenho, liquidação e pagamento		Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea a)	Obrigatório
Número de processo da execução	Quando houver a possibilidade, deve-se publicar essa informação.	Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea b)	Obrigatório
Classificação orçamentária	A classificação orçamentária deve especificar a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea c)	Obrigatório
Identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	A identificação do beneficiário deve ocorrer inclusive nos desembolsos de operações, independentes da execução orçamentária. Recomenda-se, além do nome ou razão social, informar o CNPJ da pessoa jurídica integralmente e o CPF da pessoa física, ocultando os três primeiros dígitos e os dois últimos dígitos.	Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea d)	Obrigatório
Procedimento licitatório realizado	Divulgação do procedimento licitatório, bem como, quando for o caso, a sua dispensa ou inexigibilidade com o número do correspondente processo.	Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea e)	Obrigatório
Descrição do bem fornecido ou serviço prestado	Detalhamento do bem fornecido ou serviço prestado.	Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea f)	Obrigatório
Unidade gestora		Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. IV)	Obrigatório
<i>Detalhamento das Receitas</i>			
Data da posição	Possibilita acompanhar a publicação das receitas em tempo real.	Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II)	Obrigatório
Unidade Gestora		Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II caput)	Obrigatório
Natureza da Receita		Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II caput)	Obrigatório
Valor da previsão		Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II alínea a)	Obrigatório

Sobre o conteúdo			
Assunto	Orientação	Referência	Cumprimento
Valor do lançamento	Quando houver a possibilidade, deve-se publicar essa informação.	Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II alínea b)	Obrigatório
Valor da arrecadação	Indica o valor da arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.	Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II alínea c)	Obrigatório
<i>Informações Financeiras</i>			
Plano Plurianual (PPA)	Publicar versão simplificada.	Art. 48 LRF	Obrigatório
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	Publicar versão simplificada.	Art. 48 LRF	Obrigatório
Prestação de Contas	A prestação de contas deve ser acompanhada do parecer prévio do Tribunal de Contas e de versões simplificadas	Art. 48 LRF	Obrigatório
Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)	Publicar versão simplificada.	Art. 48 LRF	Obrigatório
Relatório de Gestão Fiscal (RGF)	Publicar versão simplificada.	Art. 48 LRF	Obrigatório
Balanco Anual do Exercício Anterior		Lei 9.755/98 (Art. 1º Inciso IV)	Obrigatório
<i>Procedimentos Licitatórios</i>			
Informações concernentes a procedimentos licitatórios	Publicação que contenha todas as informações relativas a procedimentos licitatórios, incluindo os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados.	Lei 12.527/2011 (Art. 8º §1º Inciso IV)	Obrigatório
Resumo dos instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei 9.755/98 (Art. 1º inciso V); (Art. 26 caput); (Art. 61 § único); (Art. 62 § 3º)</li> <li>- Lei nº 8.666/93 (Arts. 116, 117, 119 e 124)</li> </ul>	Obrigatório
Relações Mensais de todas as compras feitas pela Administração direta e indireta	Esta relação deve discriminar, obrigatoriamente: identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei 9.755/98 (Art. 1º Inciso VI)</li> <li>- Lei 8.666/93 (Art. 16)</li> </ul>	Obrigatório

FONTE: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (2013)

## **ANEXO 3 – PRINCIPIOS GLOBALES PARA LAS CONTRATACIONES ABIERTAS**

### **PRINCIPIOS GLOBALES PARA LAS CONTRATACIONES ABIERTAS**

**Preámbulo:** *estos Principios reflejan la convicción de que una amplia divulgación y participación en las contrataciones públicas contribuirá a que las contrataciones sean más competitivas y justas, mejorando el desempeño contractual y asegurando el logro de los resultados de desarrollo previstos. Aunque se reconoce que la necesidad legítima de confidencialidad podría justificar excepciones en algunas circunstancias, estos Principios tienen por objeto guiar a los gobiernos y a otros grupos de interés para que apliquen el principio de publicidad proactiva a los documentos e información relativos a las contrataciones públicas con el fin de permitir una comprensión significativa, un monitoreo efectivo, un desempeño eficiente y una rendición de cuentas con relación a los resultados. Estos Principios deben adaptarse a sectores específicos y contextos locales y son complementarios a las iniciativas de transparencia sectorial y a otras iniciativas globales sobre gobierno abierto.*

#### **Divulgación Proactiva**

1. *Los gobiernos reconocerán el derecho de los ciudadanos a acceder a información relacionada con la formación, adjudicación, ejecución, cumplimiento y terminación de los contratos públicos.*

2. *La contratación pública se realizará en forma transparente y equitativa, de conformidad con las normas que explican el funcionamiento del proceso, incluyendo las políticas relativas a la publicidad del mismo.*

3. *Los gobiernos requerirán la publicación oportuna, actual y sistemática de información suficiente relacionada con la formación, adjudicación, ejecución, cumplimiento y terminación de los contratos públicos a fin de permitir al público, a los medios de comunicación y a la sociedad civil, entender y monitorear el proceso, como medida de protección contra el uso ineficiente, ineficaz o corrupto de los recursos públicos. Esto requerirá la divulgación proactiva de:*

- a) Contratos, licencias, concesiones, permisos, subvenciones o cualquier otro documento mediante el cual se intercambien bienes, activos o*

*recursos públicos (incluyendo todos los anexos, cronogramas y documentos incorporados por referencia) y cualquier enmienda a los mismos;*

*b) Estudios previos, documentos de licitaciones, evaluaciones de desempeño de los contratos, garantías e informes de supervisión y auditoría.*

*c) Información referida a la formación del contrato, que incluya:*

- i. El proceso de planeación;*
- ii. El método de adquisición o adjudicación y la justificación del mismo;*
- iii. El alcance y las especificaciones de cada contrato;*
- iv. El criterio de evaluación y selección del licitante adjudicado;*
- v. Los oferentes o participantes del proceso, los documentos que demuestran su elegibilidad y las excepciones que les son aplicables;*
- vi. Cualquier conflicto de intereses o inhabilidad revelados;*
- vii. Los resultados de la evaluación, incluyendo la justificación de la adjudicación; y*
- viii. La identidad del adjudicatario del contrato y cualquier declaración de titularidad real realizada;*

*d) Información relacionada con el desempeño y el cumplimiento de los contratos públicos, incluyendo información referida a los convenios de subcontratación, modificaciones y ampliaciones a los contratos, como por ejemplo:*

- i. Cronogramas de trabajo o de entrega, destacando hitos importantes en la ejecución del contrato, y cualquier cambio a los mismos;*
- ii. Estado de la implementación relativo a tales hitos;*
- iii. Fechas y pagos efectuados o recibidos por etapas (en relación con el importe total) y el origen de esos pagos;*
- iv. Actas de recibo final de los servicios;*
- v. Condiciones para la terminación del contrato;*
- vi. Actas de liquidación final;*
- vii. Evaluaciones de impacto ambiental y social de la ejecución del contrato;*

- viii. *Estimaciones de activos y obligaciones gubernamentales relacionados con el contrato;*
- ix. *Disposiciones para la gestión de riesgos e imprevistos;*
- x. *Información financiera relativa a los ingresos y gastos así como sobrecostos e incumplimiento de plazos, si los hubiere.*

4. *Los gobiernos desarrollarán sistemas para recolectar, administrar, simplificar y publicar datos referidos a la celebración, adjudicación, cumplimiento y terminación de contratos públicos en un formato abierto y estructurado, que presente los datos de forma amigable y que facilite su búsqueda, todo esto de conformidad con el Estándar de Datos de Contrataciones Abiertas que está siendo desarrollado.*

5. *La información pública de los contratos será lo más completa posible, con las excepciones o limitaciones definidas por la ley, asegurando a los ciudadanos derecho a interponer recurso en circunstancias en las cuales el acceso a la información sea negada.*

6. *Las entidades contratantes, incluyendo las instituciones financieras internacionales, apoyarán la divulgación de la información de las contrataciones públicas evitando cláusulas de confidencialidad, aplicando la confidencialidad de manera restringida a fin de que abarque sólo las excepciones permitidas, o incluyendo disposiciones en las cláusulas y condiciones contractuales que permitan la divulgación del contrato y de la información relacionada.*

### ***Participación, monitoreo y supervisión***

7. *Los gobiernos reconocerán el derecho de la sociedad en general a participar en la supervisión de la formación, adjudicación, cumplimiento y terminación de contratos públicos.*

8. *Los gobiernos fomentarán un entorno favorable que reconozca, fomente, promocióne, proteja y genere oportunidades de consulta y monitoreo por parte de la ciudadanía en relación a las contrataciones públicas, desde la etapa de planificación hasta la terminación de las obligaciones contractuales, para lo cual puede ser necesario adoptar nueva legislación.*

9. *Los gobiernos deberán trabajar de forma conjunta con el sector privado, donantes y sociedad civil con el fin de fortalecer las capacidades de todos estos actores, para comprender, monitorear y mejorar el desempeño de las contrataciones*

*públicas, así como para crear mecanismos de financiación sostenibles que apoyen la participación en las contrataciones públicas.*

*10. Los gobiernos tienen la obligación de asegurar a las agencias de control – incluyendo los parlamentos y las auditorías generales – y a las entidades ejecutoras, formas de acceso y uso de la información divulgada. Así mismo, deberán asegurar que estas entidades reciben la retroalimentación de los ciudadanos, actúan con base en ella y fomentan el diálogo y consulta entre las partes contratantes y las organizaciones de sociedad civil a fin de mejorar la calidad de los resultados de las contrataciones.*

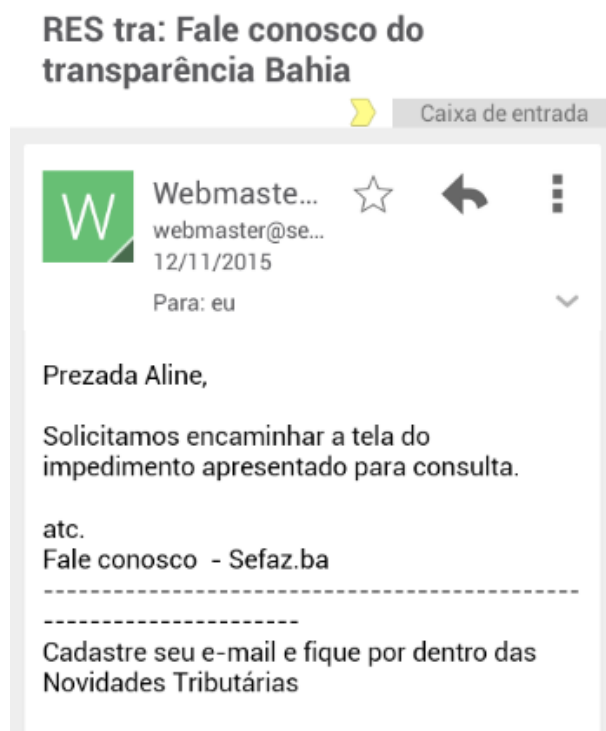
*11. En relación con los contratos de impacto significativo, las partes contratantes deben articular estrategias de consulta ciudadana y de participación durante la ejecución del contrato.*

#### **Referência:**

**OPEN CONTRACTING. Principios Globales para las Contrataciones Abiertas.** 2014. Disponível em: <[http://www.open-contracting.org/principios\\_globales\\_para\\_las\\_contrataciones\\_abiertas](http://www.open-contracting.org/principios_globales_para_las_contrataciones_abiertas)> Acesso em: 10/05/2015



## ANEXO 4 – E-MAIL RESPOSTA DO FALE CONOSCO DO SÍTIO DO GOVERNO A BAHIA



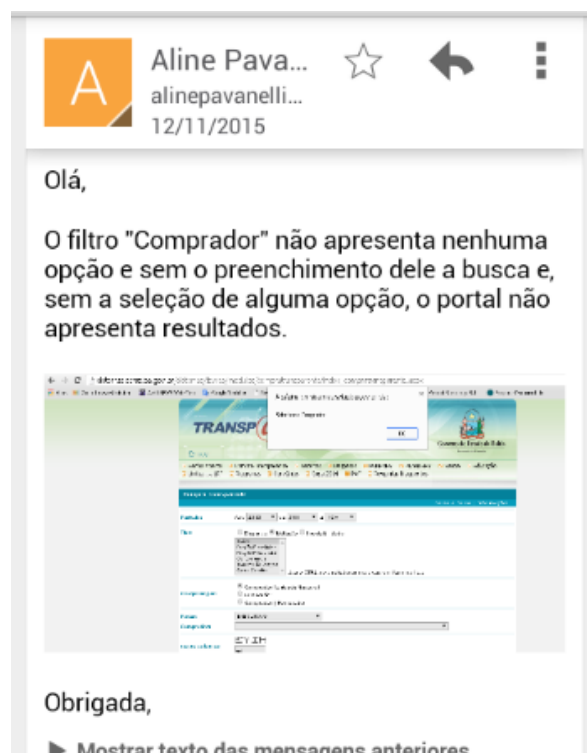
Nome do remetente: Aline Pavaneli

E-Mail do remetente:  
[alinepavanelli@gmail.com](mailto:alinepavanelli@gmail.com)

Cidade do remetente: Curitiba-PR

Mensagem:

Olá, Sou mestrande e estou fazendo uma pesquisa sobre portais de transparência. Acessei o portal de vocês na seção "Compra Transparente", mas não consegui nenhum resultado, em várias tentativas. Não aparece nenhum item para preenchimento dos filtros e não há como fazer a pesquisa sem escolher um dos itens. Existe algum problema pontual? Há algum prazo para solução? Muito obrigada





## ANEXO 5 – E-MAIL RESPOSTA DO FALE CONOSCO DO SÍTIO DO GOVERNO DE MINAS GERAIS

10/11/2015
Gmail - Resposta de Demanda - Outros - CGE - Código: 336705


Aline Pavanelli <alinepavanelli@gmail.com>

---

**Resposta de Demanda - Outros - CGE - Código: 336705**  
1 mensagem

naoresponda@planejamento.mg.gov.br  
<naoresponda@planejamento.mg.gov.br>  
Para: alinepavanelli@gmail.com
10 de novembro de 2015  
12:37

Prezado(a) Aline B. Pavanelli

Sua solicitação registrada com o código 336705 e assunto "Outros - CGE" foi respondida.

---

Data: 09/11/2015 15:16

Mensagem:

Sou mestrande e estou fazendo uma pesquisa sobre portais de transparência. Estou tentando acessar o portal de transparência de Minas Gerais há alguns dias, mas o site está em manutenção. Há previsão para que volte a funcionar? Muito obrigada

Resposta:

Prezada Aline, O Portal da Transparência do Estado está em manutenção por tempo indeterminado. Mas é possível ter acesso aos dados públicos por meio da Lei de Acesso à Informação. Para fazer um pedido basta acessar o site: [acessoainformacao.mg.gov.br](http://acessoainformacao.mg.gov.br).

---

**Para que possa avaliar o atendimento recebido ou reabrir a demanda, por favor, clique no link abaixo.**

[Avaliação](#)

<https://mail.google.com/mail/u/0/?ui=2&ik=4c0d22b655&as=pt&q=mg.gov.br&q=trai&search=query&siml=150f194e4c0d08a&siml=150f194e4c0d08a>
1/1

## ANEXO 6 – E-MAIL DO GESTOR DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO TOCANTINS SOBRE A PÁGINA DE CONTRATOS



Aline Pavaneli <alinepavaneli@gmail.com>

---

### Consulta contratos

Sharles Fernando Bezerra Lima <sharles.lima@cge.to.gov.br>  
Para: Aline Pavaneli <alinepavaneli@gmail.com>

12 de novembro de 2015 09:55

Bom dia.

Prezada mestrand, informo que nosso sistema de acompanhamento dos contratos administrativos firmados pelo executivo estadual teve, recentemente, uma última atualização de suas finalidades, razão pela qual ainda não constam informações no portal da transparência, no link que você acessou.

Informo que, atualmente, está sendo enviado ofício circular aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual para que indiquem servidor (es) responsável (eis) pela inserção dos dados no sistema, a ser efetuada após capacitação promovida por esta Controladoria Geral do Estado. Também está sendo elaborada instrução normativa dispoendo sobre a obrigatoriedade de utilização do sistema por todas unidades do executivo.

Todas essas atividades preliminares deverão ser concluídas até o mês de dezembro do corrente ano, quando, então, esperamos estar com pelo menos 80% dos contratos lançados no sistema, momento que também já estarão disponíveis no portal da transparência, uma vez que a disponibilização é em tempo real.

A fim de contribuir para o aperfeiçoamento da máquina pública, solicito avaliar a possibilidade de disponibilizar seu trabalho acadêmico, após conclusão, para possamos ter conhecimento da situação e desempenho de outros portais da transparência.

Espero, assim, ter, de alguma forma, contribuído com o seu trabalho, e nos mantemos sempre à disposição.

Att.

Sharles Fernando Bezerra Lima  
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno  
Controladoria Geral do Estado do Tocantins  
(63) 3218-2569